A logo of a country

AI-generated content may be incorrect.

**República de Moçambique**

**Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas**

**Direcção Nacional do Ambiente e Mudanças Climáticas**

**Revisão da Política Nacional do Ambiente e Elaboração da Futura Política**

**A long shot of a beach

AI-generated content may be incorrect.**

**Relatório de Diagnóstico da Situação Actual**

*Versão Preliminar*

Preparado por:



17 de Agosto de 2025

**Índice**

[Lista de Siglas e Acrónimos 5](#_Toc208048383)

[1 Contextualização 8](#_Toc208048384)

[1.1 Objectivos do Relatório de Diagnostico 9](#_Toc208048385)

[1.2 Metodologia de Elaboração do Diagnostico 10](#_Toc208048386)

[2 Política Nacional do Ambiente Vigente 12](#_Toc208048387)

[2.1 Objectivos 12](#_Toc208048388)

[2.2 Principais Directrizes da Política do Ambiente 12](#_Toc208048389)

[3 Desempenho do Sector Ambiental à luz da Política do Ambiente Vigente 14](#_Toc208048390)

[3.1 Desempenho da Política Vigente por Directriz 15](#_Toc208048391)

[3.1.1 Aspectos institucionais 15](#_Toc208048392)

[3.1.2 Aspectos Legais 15](#_Toc208048393)

[3.1.3 Integração dos Aspectos Ambientais na Planificação Sócio-económica 16](#_Toc208048394)

[3.1.4 Desenvolvimento de Políticas Sectoriais e Coordenação Inter-sectorial 16](#_Toc208048395)

[3.1.5 Educação e Divulgação Ambiental 17](#_Toc208048396)

[3.1.6 Formação de Profissionais Ambientais 18](#_Toc208048397)

[3.1.7 Investigação, Monitoria Ambiental e Banco de Dados 19](#_Toc208048398)

[3.1.8 Papel da Mulher, Comunidade e Sector Privado na Gestão Ambiental 20](#_Toc208048399)

[3.1.9 Cooperação Internacional 20](#_Toc208048400)

[3.2 Desempenho por Componentes Ambientais 21](#_Toc208048401)

[3.2.1 Terra e Recursos Afins 22](#_Toc208048402)

[3.2.2 Recursos Hídricos e seus Associados 23](#_Toc208048403)

[3.2.3 Gestão dos Ecossistemas Costeiros, Marinhos e Ilhas 25](#_Toc208048404)

[3.2.4 Pesca e Aquacultura 26](#_Toc208048405)

[3.2.5 Turismo 27](#_Toc208048406)

[3.2.6 Biodiversidade 28](#_Toc208048407)

[3.2.7 Ambiente Urbano 29](#_Toc208048408)

[3.2.8 População e Saúde 31](#_Toc208048409)

[3.2.9 Água e Saneamento 32](#_Toc208048410)

[3.2.10 Bem-Estar 32](#_Toc208048411)

[3.2.11 Conhecimento e cultura 34](#_Toc208048412)

[3.2.12 Comunidade e Governação 35](#_Toc208048413)

[3.2.13 Equidade 36](#_Toc208048414)

[3.3 Despesa Pública e Mecanismos de Financiamento ao Sector do Ambiente 37](#_Toc208048415)

[3.3.1 Mecanismos de Financiamento ao Sector do Ambiente 37](#_Toc208048416)

[3.3.2 Despesa do Sector do Ambiente 38](#_Toc208048417)

[3.4 Constatações Sobre o Desempenho do Sector Ambiental 39](#_Toc208048418)

[4 Sistema de Gestão de Informação Ambiental 42](#_Toc208048419)

[4.1 Contextualização 42](#_Toc208048420)

[4.2 Sistema de Informação para a Gestão Ambiental 42](#_Toc208048421)

[4.3 SIGIT – Sistema de Gestão de Informação de Terras 42](#_Toc208048422)

[4.4 SIF-Sistema de Informação Florestal 42](#_Toc208048423)

[4.5 SIBMOZ-Sistema de Informação sobre Biodiversidade 43](#_Toc208048424)

[4.6 Sistema de Aviso Prévio Baseado na Comunidade 43](#_Toc208048425)

[4.7 Cadastro Mineiro 43](#_Toc208048426)

[4.8 BAU – Balcão Único de Atendimento 43](#_Toc208048427)

[4.9 e-Sistafe – Sistema de Administração Financeira do Estado 43](#_Toc208048428)

[4.10 e-Tributação – O novo Sistema de Administração de Impostos 44](#_Toc208048429)

[4.11 Constatações 44](#_Toc208048430)

[5 Indicadores Ambientais 45](#_Toc208048431)

[6 O Estado do Ambiente em Moçambique 46](#_Toc208048432)

[6.1 Ambiente e Desenvolvimento Económico 46](#_Toc208048433)

[6.2 Transportes 47](#_Toc208048434)

[6.2.1 Transporte Aéreo 47](#_Toc208048435)

[6.2.2 Transporte Rodoviário 47](#_Toc208048436)

[6.2.3 Transporte Marítimo 47](#_Toc208048437)

[6.2.4 Transporte Ferroviário 48](#_Toc208048438)

[6.3 Terra 48](#_Toc208048439)

[6.4 Sector Agrário 50](#_Toc208048440)

[6.5 Recursos Florestais 51](#_Toc208048441)

[6.6 Biodiversidade 52](#_Toc208048442)

[6.7 Ecossistemas Marinhos e Costeiros 53](#_Toc208048443)

[6.8 Sector de Pescas 53](#_Toc208048444)

[6.9 Recursos hídricos 54](#_Toc208048445)

[6.10 Sector Industrial 54](#_Toc208048446)

[6.11 Sector de Mineração 55](#_Toc208048447)

[6.12 Sector de Energia 57](#_Toc208048448)

[6.13 Qualidade Ambiental 57](#_Toc208048449)

[6.14 População 59](#_Toc208048450)

[6.15 Pobreza e Ambiente 60](#_Toc208048451)

[6.16 Mudanças Climáticas e Gestão de Risco de Desastres 61](#_Toc208048452)

[6.16.1 Tendências na Temperatura 61](#_Toc208048453)

[6.16.2 Tendências na Precipitação 62](#_Toc208048454)

[6.16.3 Actividade Ciclónica 62](#_Toc208048455)

[6.16.4 Alterações na Hidrologia Fluvial 63](#_Toc208048456)

[6.16.5 Desastres Naturais 64](#_Toc208048457)

[6.16.6 Aumento observado do nível médio das águas do mar 64](#_Toc208048458)

[6.16.7 Resposta Nacional às Mudanças Climáticas no Período Pós-Copenhaga e Acordo de Paris 64](#_Toc208048459)

[7 Síntese das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) na Implementação da PNA 65](#_Toc208048460)

[Forças 65](#_Toc208048461)

[Fraquezas 65](#_Toc208048462)

[Oportunidades 65](#_Toc208048463)

[Ameaças 65](#_Toc208048464)

[8 Síntese da Análise Funcional do ex-MTA, Análise Jurídica e Implicações para a Nova Política 66](#_Toc208048465)

[8.1 Análise Funcional do ex-MTA e Implicações para a Nova Política 66](#_Toc208048466)

[8.2 Análise Jurídica da PNA 68](#_Toc208048467)

[9 Lições Aprendidas da Política Vigente 70](#_Toc208048468)

[10 Recomendações (Prioridades para a Futura Política) 72](#_Toc208048469)

[10.1 Prioridades Plasmadas na ENDE 2025-2044 72](#_Toc208048470)

[10.2 Outras Recomendações 73](#_Toc208048471)

[11 Referências Bibliográficas 75](#_Toc208048472)

[Anexos 79](#_Toc208048473)

[Anexo A – Lista de Entrevistados 79](#_Toc208048474)

[Anexo B – Convenções e Acordos Ractificados 81](#_Toc208048475)

[Anexo C – Principal Legislação Pertinente ao Ambiente 83](#_Toc208048476)

[Anexo D – Guião de Entrevistas 90](#_Toc208048477)

**Índice de Figuras**

[Figura 1: Fases do Diagnóstico 10](#_Toc206348353)

[Figura 2: Dotação Orçamental ao Sector do Ambiente em 2007 38](#_Toc206348354)

[Figura 3: Distribuição dos locais de Mineração artesanal de Ouro em Manica e Sofala 55](#_Toc206348355)

[Figura 4: Poluição de rios e fontes de água, Província de Manica 56](#_Toc206348356)

[Figura 5: Repartição da população por género e extensão em 2017 59](#_Toc206348357)

[Figura 6: evolução da densidade populacional em moçambique entre 1985 e 2020 59](#_Toc206348358)

[Figura 7: Projecões do crescimento populacional de 2010-2050 59](#_Toc206348359)

[Figura 8: Anomalia de temperatura media anual de Moçambique (INAM, 2023) 61](#_Toc206348360)

**Índice de Tabelas**

[Tabela 1:Quadro resumo da avaliação da implementação da Política por directrizes 40](#_Toc206348361)

# Lista de Siglas e Acrónimos

|  |  |
| --- | --- |
| **AAE** | Avaliação Ambiental Estratégica |
| **AASE** | Avaliação Ambiental e Social Estratégica |
| **AFD** | Agência Francesa de Desenvolvimento |
| **AIA** | Avaliação de Impacto Ambiental |
| **ANAC** | Administração Nacional para Áreas de Conservação |
| **ARA** | Administração Regional de Águas |
| **AQUA** | Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental |
| **AURA** | Autoridade Reguladora de Águas, IP |
| **BIOFUND** | Fundação para a Conservação da Biodiversidade |
| **CAIRIM** | Centro de Arqueologia, Investigação e Recursos da Ilha de Moçambique |
| **CC** | Conselho Consultivo |
| **CCP** | Conselhos Comunitários de Pesca |
| **CDS** | Centro de Desenvolvimento Sustentável |
| **CEAGRE** | Centro de Estudos de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais |
| **CEDH** | Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat |
| **CePTMar** | Centro de Pesquisa e Tecnologia do Mar |
| **CIAM** | Centro de Interpretação Ambiental de Moçambique |
| **CICA** | Centro de Investigação e Conservação Ambiental |
| **CITES** | Convenção do Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas |
| **CNA** | Comissão Nacional do Ambiente |
| **CONDES** | Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável |
| **CEPAM** | Centro de Pesquisa do Ambiente Marinho |
| **CQNUMC** | Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas |
| **CRPLA** | Comissão de Revisão da Política e Lei do Ambiente |
| **CT** | Conselho Técnico |
| **CTA** | Confederação das Associações Económicas de Moçambique |
| **DINAB** | Direcção Nacional do Ambiente |
| **DINABMC** | Direcção Nacional do Ambiente e Mudanças Climáticas |
| **DMC** | Direcção Nacional de Mudanças Climáticas |
| **DNAAS** | Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento |
| **DNGRH** | Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos |
| **EADS** | Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável |
| **EDEA** | Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul |
| **EDENR** | Estratégia de Desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis |
| **EGIZC** | Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira |
| **EIA** | Estudo de Impacto Ambiental |
| **ENAMMC** | Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas |
| **ENDE** | Estratégia Nacional de Educação |
| **ENEA** | Estratégia Nacional de Educação Ambiental |
| **ETAR** | Estação de Tratamento das Águas Residuais |
| **FCT** | Fórum de Consulta Sobre Terras |
| **FCPF** | Mecanismo de Parceira de Carbono Florestal *(Forest Carbon Partnership Facility)* |
| **FFEM** | Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial |
| **FMI** | Fundo Monetário Internacional |
| **FNDS** | Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável |
| **GCF** | Fundo Climático Verde *(Green Climate Fund)* |
| **GdM** | Governo de Moçambique |
| **GEF** | Fundo Global para o Ambiente |
| **GHI** | Grupo de Harmonização Intra-sectorial da Revisão da Política |
| **GRSU** | Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos |
| **IFC** | *International Finance Corporation* |
| **IIP** | Instituto de Investigação Pesqueira |
| **INAM** | Instituto Nacional de Meteorologia |
| **INGD** | Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres |
| **InOM** | Instituto Oceanográfico de Moçambique |
| **INPF** | Instituto Medio de Planeamento Físico |
| **INFATEC** | Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia |
| **IOT** | Instrumentos de Ordenamento do Território |
| **KBAs** | *Key Biodiversity Areas* |
| **MAAP** | Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas |
| **MICOA** | Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental |
| **MIMAIP** | Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas |
| **MITADER** | Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural |
| **MOPHRH** | Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos |
| **MRV** | Monitorização, Relatórios e Verificação |
| **MTA** | Ministério da Terra e Ambiente |
| **NAP** | Plano Nacional de Adaptação de Moçambique |
| **NDC** | Contribuição Nacionalmente Determinada |
| **OCBs** | Organizações Comunitárias de Base |
| **ODS** | Objectivos de Desenvolvimento Sustentável |
| **OGM** | Organismos Geneticamente Modificados |
| **OMI** | Organização Marítima Internacional |
| **ONG** | Organizações Não-Governamentais |
| **PAN** | Plano de Ação Nacional |
| **PARP** | Plano de Acção para a Redução da Pobreza |
| **PARPA** | Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta |
| **PDMAS** | Planos Directores Municipais de Água e Saneamento |
| **PDUL** | Projecto de Desenvolvimento Urbano e Local |
| **PECODA** | Programa de Educação, Comunicação, Divulgação Ambiental |
| **PES** | Plano Económico e Social |
| **PESOE** | Planos Económicos e Sociais e Orçamento do Estado |
| **PEOT** | Plano Especial de Ordenamento Territorial |
| **PGCB** | Planos de Gestão de Contrabalanços da Biodiversidade |
| **PNA** | Política Nacional do Ambiente |
| **PNGA** | Programa Nacional de Gestão Ambiental |
| **POEM** | Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo |
| **POLMAR** | Política e Estratégia do Mar |
| **POPs** | Poluentes Orgânicos Persistentes |
| **PPP** | Parcerias Público-Privadas |
| **PQG** | Plano Quinquenal do Governo |
| **PSA** | Pagamentos por Serviços Ambientais |
| **PTUM** | Projecto de Transformação Urbana de Maputo |
| **QGD** | Quadro da Gestão Delegada |
| **QP** | Quadro de Pessoal |
| **RAIA** | Regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental |
| **RAQUA** | Regulamento da Aquacultura |
| **REDD+** | Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation plus |
| **REPMAR** | Regulamento da Pesca Marítima |
| **RGRSU** | Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos |
| **RINO** | Recursos, Inovação e Desenvolvimento para as áreas de conservação |
| **SADC** | *Southern African Development Community* |
| **SIGA** | Sistema de Informação para Gestão Ambiental |
| **SNMAMC** | Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação das Mudanças Climáticas |
| **SWOT** | *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* |
| **TdR** | Termos de Referência |
| **UEM** | Universidade Eduardo Mondlane |
| **UDM** | Universidade Técnica de Moçambique |
| **UNCCD** | Convenção das Nações Unidas sobre o Combate à seca e Desertificação |
| **UNCLOS** | Convenção da ONU sobre o Direito do Mar |
| **UNESCO** | *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* |
| **UNFCCC** | Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas |
| **UP** | Universidade Pedagógica |
| **WCS** | *Wildlife Conservation Society* |
| **WWF** | *World Wildlife Fund* |

# Contextualização

Moçambique situa-se na África Austral, sendo banhado pelo Oceano Indico entre a foz do Rio Rovuma e a República da África do Sul, numa extensão de 2700 Quilómetros. O país ocupa uma área de cerca de 799.380 km2 e, segundo estimativas baseadas no censo realizado em 2017, em 2025, o país conta com cerca de 30 milhões de habitantes maioritariamente vivendo ao longo da costa.

A geografia de Moçambique é caracterizada por planícies ao longo das regiões costeiras. Todavia, à medida que se caminha para o interior e zona norte do país, observa-se uma elevação na altitude, com a sucessão de planícies, planaltos e montanhas. A altitude média é de 370 metros. Existe uma clara distinção entre a região sul do Rio Save, com uma altitude média de apenas 120 metros, com a região a norte do Rio Save que apresenta uma altitude média de 435 metros.

A região norte do país é caracterizada por largas extensões de planaltos intercalados por montanhas, que coincidem com o limite a Este do Vale do Rift que se estende desde os Grandes Lagos na África Oriental até a região central do País. A zona central do país é muito influenciada pelo Vale do Zambeze. Na vizinhança da região do delta do Zambeze o vale é caracterizado por planícies, enquanto nas regiões mais interiores – a Província de Tete – as margens do vale apresentam uma forma de “Alpes”. A parte sul do país é caracterizada por extensas planícies litorais junto aos montes Libombos, limitadas por formações montanhosas junto a fronteira ocidental (Atlas Geográfico, 2007).

Porque o país encontra-se localizado entre as zonas inter-tropical e sub-tropical do Hemisfério Sul, está sujeito aos quatro principais factores da circulação atmosférica:

* A posição da Frente Inter-tropical de Convergência Sul;
* Os anti-ciclones dos Oceanos Atlântico Sul e Indico;
* Depressões de origem térmica durante a época quente;
* Ciclones tropicais do Canal de Moçambique.

No sul do país, a temperatura média varia entre 23º C, nas regiões costeiras e 25º C no interior, onde o clima é mais seco. Ao norte, em geral, as temperaturas são mais altas, com uma média anual entre 25-26º C em zonas baixas das zonas costeiras. Nas zonas mais altas, a temperatura é baixa. Este é o caso da Cidade de Lichinga, no nordeste, localizada a cerca de 1,200 m acima do nível médio das águas do mar, onde a temperatura média anual é de 18º C. Na região central do país, a temperatura média anual é de 25º C, mas nas zonas altas ela baixa para 20º C.

No que respeita a precipitação, existe uma grande variação entre o norte e o sul do país, e entre a costa e o interior. Ao longo da faixa costeira a precipitação média anual está na ordem dos 800 a 1000 mm. A sul de Pemba, observa-se uma redução para abaixo de 800 mm e, entre Beira e Quelimane, a precipitação é maior que 1200 mm. Devido a influência da Monção do Nordeste, a qual afecta o norte e o centro do país e a influencia da altitude, esta região é caracterizada por uma precipitação média anual de 1000 a 2000 mm excepto a região entre Tete e Chemba, onde apenas 500 a 600 mm de precipitação média ocorre anualmente. A estação chuvosa, a qual é quente e húmida, estende-se de Novembro a Março, sendo seguida por uma estação seca e relativamente fria entre Abril e Outubro.

As regiões com altitudes notáveis (as regiões montanhosas de Manica, Alta Zambézia e os planaltos de Angónia, Marávia e Lichinga) são também as regiões de maior precipitação.

No que diz respeito à base económica, a maior parte da população vive nas zonas rurais e sobrevive graças à agricultura, silvicultura e pesca. Nestas zonas, a agricultura é a actividade mais importante, estimando-se que perto de 90% da população depende exclusivamente da actividade agrícola, o que atesta a grande dependência da nossa economia aos recursos naturais e a pertinência da gestão ambiental responsável.

Apesar de grandes potencialidades e oportunidades de desenvolvimento, Moçambique continua a figurar nas estatísticas internacionais como um dos países mais pobres do mundo. No entanto, nos últimos 30 anos, o país tem estado a experimentar um comportamento oscilatório no seu crescimento económico. De uma média de 7% nos finais da década de 1990, a mesma testemunhou uma redução drástica no ano 2000, na sequência de severas inundações, as quais tiveram efeitos negativos no PIB, tendo imposto um decréscimo de 7.3% em 1999 para apenas 2% em 2000. Nos anos subsequentes as estatísticas indicam uma relativa subida dos indicadores do PIB até 2014, contudo, nos últimos 10 anos o crescimento económico tem registado um notável decréscimo, apesar de manifesta vontade de o reverter. Outrossim, os desafios que se colocam a um país que deve lutar para atingir índices altos de crescimento da sua economia, centram-se no facto de que o desenvolvimento não ocorra a todo o custo, minando o potencial futuro do país e dos ecossistemas que suportam a vida, devendo, sim, basear-se num modelo de desenvolvimento que traga benefícios para todos, particularmente para as mulheres, jovens, crianças e grupos mais vulneráveis.

No Concerto das Nações, Moçambique tornou-se membro de pleno direito das Organização das Nações (ONU) desde 1975, desempenhado um papel relevante em matéria ambiental. Nesta base o País adoptou vários instrumentos globais que concorrem para uma gestão ambiental responsável, alinhada às grandes prioridades globais, regionais e locais. Assim, de entre os vários instrumentos adoptados destacam-se os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), o Acordo de Paris, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção de Combate à Desertificação (UNCCD). A nível africano, alinha-se à Agenda 2063 da União Africana, no âmbito da SADC é parte activa do Protocolo Ambiental, dos acordos de gestão integrada de bacias hidrográficas e da conservação transfronteiriça. Destaca-se também a adesão ao Acordo de Maputo (2020), que promove a cooperação regional em sistemas de aviso prévio, para reduzir riscos de desastres.

Apraz referir que desde a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento promovida pela Organização das Nações Unidas na Cidade do Rio de Janeiro em 1992, o mundo tem assumido que a prosperidade, a paz e o desenvolvimento económico dos Países depende do meio ambiente, e da sua correcta gestão. No nosso caso, a grande vulnerabilidade do pais aos efeitos nefastos das mudanças climáticas levou os sucessivos governos de Moçambique a colocar a gestão ambiental e a adaptação, mitigação e resiliência climática no topo da agenda de governação, tendo para tal sido determinado que a responsabilidade da gestão ambiental passe a ser tarefa de todos actores, desde o Governo, sociedade civil, sector privado e outros, partindo do comando politico de que gerir o ambiente de forma responsável em Moçambique não é tarefa exclusiva do Governo.

Em 1995, através da resolução N.º 6/95, foi aprovada a Política Nacional do Ambiente (PNA), que constituiu um marco decisivo no estabelecimento das bases normativas e institucionais para a gestão ambiental no país, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável e reconhecendo a importância da proteção ambiental como pilar fundamental do progresso socioeconómico, e consequentemente foi aprovada a Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro, Lei do Ambiente, um instrumento aplicável a todas as actividades públicas ou privadas que directa ou indirectamente possam influir nas componentes ambientais de solo/subsolo, ar e água.

Volvidos cerca de 30 anos da sua aprovação, a PNA mostra-se desfasada da realidade para responder aos actuais desafios de desenvolvimento e desarticulada com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, com a legislação nacional aplicável e os acordos regionais e globais ractificados por Moçambique como resposta aos actuais desafios caracterizados por várias dinâmicas de natureza estruturais e conjunturais socioeconómica e ambientais.

Neste contexto, o governo determinou a necessidade da revisão e actualização da PNA, adequando-a aos desafios ambientais actuais e futuros.

## Objectivos do Relatório de Diagnostico

**Objectivo Geral**

Diagnosticar a situação ambiental prevalecente no país à luz da implementação da PNA vigente, por forma a subsidiar a elaboração da futura Política.

**Objectivos Específicos**

* Avaliar a qualidade do conteúdo da actual política;
* Avaliar a qualidade das condições e do processo de implementação da actual política;
* Propor recomendações para a maximização de pontos fortes e para a solução dos problemas e fraquezas identificados.

## Metodologia de Elaboração do Diagnostico

A metodologia para elaboração do Diagnóstico priorizou a recolha, análise e sistematização de dados primários e secundários. Recorreu-se a bibliográfica disponibilizada pelas diferentes instituições governamentais a nível central, parceiros de cooperação, pesquisa por meio de plataformas digitais e, entrevistas semi-estruturadas a actores-chave a nível central e provincial.

A nossa abordagem metodológica observou cinco fases, nomeadamente: (i) Revisão Bibliográfica, (ii) Consulta a Actores-chave, (iii) Análise e Sistematização de Dados, (iv) Elaboração do Relatório de Diagnóstico, (v) Consultas para Validação do Relatório de Diagnóstico. A figura abaixo representa as diferentes fases do processo.



Figura 1: Fases do Diagnóstico

1. **Revisão Bibliográfica**

A revisão bibliográfica incidiu essencialmente na informação escrita disponível para consulta pública nas Plataformas virtuais e a disponibilizada pela Direcção Nacional do Ambiente e Mudanças Climáticas. Entre as plataformas virtuais destaca-se o Portal do Governo de Moçambique, SibMoz, Páginas de ONGs e outros parceiros de cooperação, Instituições públicas e privadas*,* entre outros, conforme bibliografia referenciada em anexo.

1. **Consultas a Actores Chave[[1]](#footnote-1)**

Para uma melhor análise do grau de implementação da Política Nacional do Ambiente vigente no concernente à promoção do desenvolvimento sustentável do país, tornou-se imprescindível a interacção e diálogo com um número limitado de actores chave para captar percepções sobre o actual estágio de implementação, desafios e orientações para a futura política. A metodologia para as consultas consistiu em audiências, materializadas por entrevistas individuais e uma sessão em grupo seguindo a abordagem de *brainstorming*.

1. **Entrevistas Individuais**

As entrevistas individuais foram realizadas presencialmente e de forma virtual usando a plataforma Microsoft Teams, garantindo a comunicação e agendamento prévio com cada actor-chave. O número de entrevistas por dia variou e esteve condicionado à disponibilidade dos actores-chave. As entrevistas foram conduzidas de forma semi-estruturada, com recurso a um guião de entrevistas para o efeito produzido (vide anexo D).

1. **Auscultação em grupo**

A escolha deste método permitiu reunir parte dos representantes do sector do ambiente nas províncias em um mesmo espaço, capitalizando deste modo as visões em relação às matérias a discutir. À semelhança das entrevistas individuais, para a realização desta sessão os actores foram previamente comunicados e convidados a participar. O foco da auscultação em grupo foram os representantes provinciais do sector do ambiente. A auscultação em grupo foi conduzida com recurso à plataforma Microsoft Teams.

1. **Sistematização e Análise da Informação**

Foi realizada a triangulação das diferentes informações (dados qualitativos e quantitativos), análises das notas das consultas e análise bibliográfica.

Os dados das entrevistas individuais e a sessão em grupo, foram tratados de forma qualitativa e, onde possível, foram realizadas categorizações das constatações e recomendações por área temática. Por cada entrevista realizada foi produzida a respectiva síntese com as notas validadas pela equipa.

A metodologia FOFA permitiu a identificação das principais Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças ao longo da implementação da PNA, fornecendo subsídios para a elaboração do Ante-projecto da Futura Política Nacional do Ambiente.

1. **Elaboração do Relatório de Diagnóstico**

A etapa constituiu a consolidação e interpretação crítica dos dados obtidos nas fases anteriores, nomeadamente da revisão documental, das consultas aos actores-chave e da análise das contribuições recolhidas. Este relatório constituiu o principal produto intermediário da consultoria, servindo de base para as discussões e orientar a elaboração da nova política. O documento inclui a análise do desempenho à luz da implementação da actual PNA, incluindo os avanços, lacunas e desafios identificados, a análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) como base para fundamentar as opções estratégicas da futura política.

1. **Consultas para Validação do Relatório de Diagnóstico**

Após a elaboração do Relatório de Diagnóstico, foi conduzida uma nova ronda de consultas com os principais actores institucionais e representantes da sociedade civil para validação do Relatório de Diagnóstico. Esta fase visou assegurar a legitimidade do diagnóstico, bem como promover o alinhamento entre os diferentes actores. As consultas incluíram:

* Retiro para apresentação e discussão do Relatório com os Órgãos do CRPLA, nomeadamente Sessão Plenária, GHI e Secretariado, incluindo a realização de trabalhos em grupo;
* Integração das sugestões consensuais no documento final do diagnóstico.

O processo de validação garantiu a transparência e o envolvimento inclusivo dos principais intervenientes, reforçando o compromisso com uma abordagem participativa e baseada em evidências para a revisão da Política Nacional do Ambiente

# Política Nacional do Ambiente Vigente

## Objectivos

O objectivo principal da PNA é assegurar um desenvolvimento sustentável do país, considerando as suas condições específicas, através de um compromisso aceitável e realístico entre o progresso sócio-económico e a protecção do meio ambiente, a PNA procura:

* Assegurar uma qualidade de vida adequada aos cidadãos;
* Assegurar a gestão dos recursos naturais e do ambiente em geral, de modo que mantenham a sua capacidade funcional e produtiva para as gerações presentes e futuras;
* Desenvolver uma consciência ambiental da população, para possibilitar a participação pública na gestão ambiental;
* Assegurar a integração de considerações ambientais na planificação sócio-económica;
* Promover a participação da comunidade local na planificação e tomada de decisões sobre o uso dos recursos naturais;
* Proteger os ecossistemas e os processos ecológicos essenciais;
* Integrar os esforços regional e mundial na procura de soluções para os problemas ambientais.

Na prossecução destes objectivos, a PNA fixou também um conjunto de princípios fundamentais, sobre os quais devia ser implementada, a saber: (i) o Homem é um componente importante do ambiente e é o beneficiário principal da sua gestão adequada; (ii) a utilização dos recursos naturais deve ser optimizada; (iii) devem ser aplicadas leis, incentivos e desincentivos para a gestão ambiental; (iv) o poluidor deve repor a qualidade do ambiente danificado e/ou pagar os custos para a prevenção e eliminação da poluição por si causada; (v) deve ser garantida a participação pública na tomada de decisões com impactos ambientais; (vi) as comunidades locais devem beneficiar da distribuição dos rendimentos provenientes do uso racional dos recursos naturais; (vii) deve-se reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional das comunidades locais na gestão ambiental.

## Principais Directrizes da Política do Ambiente

A Política, sendo o instrumento pelo qual o Governo reconhece de forma clara e inequívoca a interdependência entre o desenvolvimento e o ambiente, estabeleceu um conjunto de orientações-chave para o desenvolvimento sustentável do país, organizando-as em doze componentes (aspectos específicos), designadamente:

1. **Aspectos institucionais** - Reforço do MICOA, dotando-o de poderes compatíveis com o papel de planificação, supervisão e coordenação das actividades sócio-económicas, procedendo, tanto quanto possível, a descentralização e democratização da gestão dos recursos naturais, através de instrumentos tais como o Programa de Reforma dos Órgãos Locais, a Lei dos Municípios e outros fundamentos similares. Bem como, para a revisão e clarificação dos papéis e funções de cada estrutura envolvida na gestão ambiental, para se evitar duplicação de esforços e recursos.
2. **Aspectos legais** – Adopção de uma Lei do Ambiente que aborde os aspectos ambientais no seu todo e impulsione a elaboração e aplicação de regulamentos específicos, tais como, avaliação do impacto ambiental, padrões de qualidade ambiental, produtos tóxicos, desenvolvimento industrial, entre outros.
3. **Integração dos aspectos ambientais na planificação sócio-económica** – Integração também de directrizes referentes às variáveis ambientais nos planos de desenvolvimento, quer na fase da sua concepção como durante e após a sua materialização.
4. **Desenvolvimento de políticas sectoriais** – Desenvolvimento de políticas sectoriais equilibradas, reforçando o seu papel decisivo no estabelecimento de uma cultura de racionalidade e sustentabilidade no uso dos recursos naturais.
5. **Educação e divulgação ambiental** – Adopção de uma estratégia de educação ambiental que passa por proporcionar uma educação ambiental extensiva a todos os níveis do sistema educativo, elaborar programas específicos e disponibilizar verbas para o efeito e, rever os métodos e práticas de ensino usados nas instituições públicas responsáveis por iniciativas de educação ambiental. Por outro lado, orienta-se para implementação de programas de educação não formal.
6. **Formação de profissionais ambientais** – Formação e capacitação dos recursos humanos necessários e estabelecimento de um fórum multidisciplinar capaz de aconselhar e orientar os órgãos competentes na implementação da política ambiental.
7. **Investigação ambiental e banco de dados** - apetrechamento dos centros de investigação com mais e melhores recursos humanos, financeiros e materiais, informação e divulgação mais sistemática dos resultados das investigações realizadas, melhorar o fluxo de informação inter-institucional, entre outras.
8. **Monitorização ambiental** – Estabelecimento de mecanismos apropriados de fiscalização e monitorização da degradação e outras mudanças no ambiente e um centro de análise e acompanhamento dessas mudanças.
9. **Papel da mulher na gestão ambiental** – Desenvolvimento de programas de gestão de recursos naturais, de educação ambiental e outros programas tendentes a facultar à mulher igualdade de oportunidades.
10. **Papel da comunidade na gestão ambiental** - Activa participação das comunidades, valorizando e utilizando as suas tradições e experiências. Encorajar e reforçar a capacidade das comunidades em conhecer e aplicar princípios e regras de gestão dos recursos naturais que orientam a sociedade em geral, delegando-lhes competências e instrumentos que facilitem o estreitamento da cooperação com as estruturas formais e informais.
11. **Papel do sector privado na gestão ambiental** – Criação de incentivos para que o sector privado participe de forma activa na gestão dos recursos naturais, auxiliando e comparticipando nos esforços de preservação ambiental com acções concretas.
12. **Cooperação internacional** – reforçar a troca de informações e investigação bem como participar activamente em eventos internacionais que requeiram a sua participação, considerando as suas responsabilidades específicas e de acordo com as suas capacidades.

Para a materialização da PNA, foi definida uma estratégia de implementação identificando as áreas de intervenção prioritária, a estratégia a ser seguida para sua concretização, bem como as acções imediatas, as de horizonte de médio e longo prazos.

# Desempenho do Sector Ambiental à luz da Política do Ambiente Vigente

Até 2007, a implementação da Política Nacional do Ambiente, baseava-se no Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA), que evolui para a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EADS) aprovada em Sessão do Conselho de Ministros. O PNGA enfocou na institucionalização do sector do ambiente, com a transformação da Comissão Nacional do Ambiente, então subordinada ao Ministro dos Recursos Minerais, em Ministério para a Coordenação da Accão Ambiental que veio a estruturar o seu mandato a nível central, provincial e pontos focais a nível central e distrital, para alem de representar o país em fóruns globais, continentais e da região da SADC. Outro destaque e a Educação Ambiental, por via de palestras de consciencialização sobre ambiente, plantio de arvores, criação da consciência ambiental a nível da sociedade civil, grupos de jovens e mulheres, decisores a todos os níveis incluindo a localidade por via da publicação e distribuição regular da Revista Moçambiente. Após 2007, o desempenho ambiental passou a ser orientado pela EADS, com forte enfoque na gestão transversal do ambiente e na Responsabilidade Ambiental Corporativa do sector privado. O estabelecimento do CONDES-Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável, dirigido pelo 1º Ministro, constitui um marco importante no compromisso da gestão ambiental transversal do ambiente no período em analise.

Para a análise do Desempenho da Implementação da PNA a metodologia adoptada preconiza a análise do Desempenho focada nas Directrizes emanadas pela PNA vigente, em primeiro lugar. Seguidamente analisou-se o Desempenho à luz do plasmado na EADS aprovada em 2007.

## Desempenho da Política Vigente por Directriz

A seguir apresenta-se o Desempenho referente às Directrizes da PNA plasmadas em 12 componentes.

### Aspectos institucionais

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Directriz** | **Estratégia** | **Desempenho** |
| * Reforço do MICOA, dotando-o de poderes compatíveis com o papel de planificação, supervisão e coordenação das actividades socio-económicas, procedendo, tanto quanto possível, a descentralização e democratização da gestão dos recursos naturais, através de instrumentos tais como o Programa de Reforma dos Órgãos Locais, a Lei dos Municípios e outros fundamentos similares. * Revisão e clarificação dos papeis e funções de cada estrutura envolvida na gestão ambiental, para se evitar duplicação de esforços e recursos. | * Definir as políticas gerais de desenvolvimento sustentável, incluindo a respectiva legislação; * Estabelecer e operacionalizar os mecanismos adequados a uma boa coordenação inter-sectorial; * Promover, em coordenação com os sectores afins, a educação, investigação e divulgação ambientais, recorrendo, tanto quanto possível, a execução de projectos-piloto; * Garantir a fiscalização, inspecção e monitorização das actividades de desenvolvimento socio-económico. * Estabelecer representações do Ministério para Coordenação de Acção Ambiental em todas as províncias; * Estabelecer centros nacionais de especialidade que se dediquem a actividades investigativas e de treinamento ambientais com abrangência nacional. | * Criado o MICOA (1995-2014) * Criado o MITADER (2015-2019) * Criado MTA (2020-2024) * Criado o MAAP (2025) * Aprovada a EADS * Criados Núcleos e Clubes Ambientais a todos os níveis * Implementados vários projectos-piloto demonstrativos tais como: (i) projectos de gestão urbana em 5 Municípios culminando com o Programa de Desenvolvimento Municipal (PRODEM); (ii) Projecto de Gestão Costeira, abrangendo as províncias de Gaza e Inhambane; (iii) Projectos de Gestão Costeira nas Províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa; (iv) Programa de Gestão de Recursos Naturais na Província de Manica e Sofala-Zona Tampão do Parque de Gorongosa * Aprovada a legislação de licenciamento e auditoria ambiental * Estabelecidas as Direcções e Serviços Provinciais em todo o País * Criados 3 Centros de Desenvolvimento Sustentável (Gestão Costeira, Gestão Urbana e Gestão de Recursos Naturais) * Criado o Centro de Pesquisa do Ambiente Marinho (CEPAM) * Criado a Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA) |

### Aspectos Legais

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Directriz** | **Estratégia** | **Desempenho** |
| * Adopção de uma Lei do Ambiente que aborde os aspectos ambientais no seu todo e impulsione a elaboração e aplicação de regulamentos específicos, tais como, avaliação do impacto ambiental, padrões de qualidade ambiental, produtos tóxicos, desenvolvimento industrial, entre outros. | * Propor a aprovação da Lei do Ambiente; * Elaboração de regulamentos para a implementação da Lei do Ambiente; * Ajustamento das leis e regulamentos sectoriais à Lei do Ambiente; * Capacitação técnico-profissional em matéria de legislação ambiental: * Constituição de um grupo de trabalho multissectorial sobre aspectos relacionados com a legislação ambiental. | * Aprovada a Lei n⁰ 20/1997, de 1 de Outubro, Lei do Ambiente; * Aprovado Regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental e de Auditoria Ambiental; * Aprovada o Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes; * Aprovada a legislação sobre Crimes Ambientais; * Aprovada legislação sectorial específica para a protecção ambiental nas actividades desenvolvidas por cada sector (Regulamento Mineiro, de Petróleo e Gás, entre outros); * Realizadas várias capacitações sobre a legislação ambiental e de ordenamento do território aos decisores. |

### Integração dos Aspectos Ambientais na Planificação Sócio-económica

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Directriz** | **Estratégia** | **Desempenho** |
| * A sustentabilidade dos pIanos de desenvolvimento, a médio e longo prazos, pressupõe que aqueles, para além dos critérios económicos e sociais, integrem também directrizes referentes as variáveis ambientais a serem consideradas, quer na fase da sua concepção como durante e após a sua materialização | * Sem estratégia claramente definida na Política vigente. | * Aprovada a EADS com enfatizando a gestão transversal do ambiente, atribuindo responsabilidades específicas a cada sector * Criadas Unidades Ambientais nos sectores * Realizadas capacitações aos decisores sobre a Agenda 21 |

### Desenvolvimento de Políticas Sectoriais e Coordenação Inter-sectorial

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Directriz** | **Estratégia** | **Desempenho** |
| * Desenvolvimento de políticas sectoriais equilibradas, reforçando o seu papel decisivo no estabelecimento de uma cultura de racionalidade e sustentabilidade no uso dos recursos naturais. | * Propor a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES), subordinado ao Conselho de Ministros, definindo a sua composição, mandato e responsabilidades entre membros permanentes e não permanentes; * Estabelecer um secretariado permanente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável e respectivos termos de referência | * Criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES), subordinado ao Conselho de Ministros e dirigido pelo Primeiro-Ministro * Alteração da composição do CONDES, pelo Decreto n⁰ 19/2016, de 17 de Maio, que passa a ser presidido pelo presidido pelo Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural * Criado o Secretariado do CONDES * Extinto o Secretariado do CONDES, passando o apoio técnico e administrativo para o Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural |

### Educação e Divulgação Ambiental

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Directriz** | **Estratégia** | **Desempenho** |
| * Adopção de uma estratégia de educação ambiental que passa por proporcionar uma educação ambiental extensiva a todos os níveis do sistema educativo * Elaborar programas específicos e disponibilizar verbas para o efeito * Rever os métodos e praticas de ensino usados nas instituições públicas responsáveis por iniciativas de educação ambiental. * Implementação de programas de educação não formal. | * Promover a definição de uma política de educação ambiental, baseada na realidade nacional e no princípio fundamental de coordenação dos sectores envolvidos; * Promover e apoiar a integração gradual dos aspectos ambientais nos programas escolares dos diferentes níveis de ensino formal; * Elevar a capacidade técnico-profissional no Ministério da Educação, Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, Universidade Pedagógica, Universidade Eduardo Mondlane e outras instituições de ensino, na área da educação ambiental; * Priorizar a revisão dos programas escolares do ensino primário, da formação de professores, de alguns programas chave do ensino superior bem como a integração dos aspectos ambientais nos programas dos cursos da capacitação dos professores; * Alicerçar a revisão curricular, em relação aos aspectos ambientais, nos problemas prioritários do país e possibilidades para a sua solução; * Garantir, no processo de revisão curricular, a consideração do caracter multidisciplinar dos aspectos ambientais e da necessidade da integração em paralelo, de métodos pedagógicos participativos e actividades praticas no processo de ensino; * Promover o estudo das possibilidades de introdução de actividades ambientais no ensino que contribuam para o melhoramento da situação do sector a nível local; * Promover actividades de educação ambiental não-formal nas escolas, para apoiar o processo de integração gradual das questões ambientais, com fundamentos práticos, nos programas de ensino formal * Promover a coordenação inter-sectorial na área de educação ambiental não-formal * Incentivar a cooperação permanente entre o Ministério para a Coordenação de Acção Ambiental e os meios de Comunicação social; * Activar a cooperação entre o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental e as Organizações Não-Governamentais activas na área de educação cívica e/ou ambiental; * Priorizar a sensibilização ambiental de grupos chave, tais como mulheres, professores, jornalistas, extensionistas, empresários e decisores; * Promover a integração gradual de aspectos ambientais nos programas de formação da educação não-formal; * Promover e apoiar a criação de Organizações Não-Governamentais nacionais ambientais; * Incentivar e apoiar a produção de material educativo na área do ambiente * Promover a produção de programas ambientais radiofónicos e televisivos e de outros materiais áudio-visuais; * Promover o desenvolvimento de meios efectivos de Comunicação para a divulgação de assuntos ambientais | * Elaborada a Estratégia Nacional de Educação Ambiental * Implementado o PECODA * Integrados aspectos ambientais nos currícula de educação a todos os níveis * Institucionalizados cursos específicos de ambiente a nível médio e superior, não só na UEM e UP, mas em outros estabelecimentos de ensino privado e público; * Implementados vários pragramos e iniciativas de educação ambiental nas escolas a todos os níveis, tais como Clubes do Ambiente, Iniciativa presidencial Uma Criança, Uma Árvore por Ano; Programa Escola Verde, Escola Gira; (iv) Feiras de Ambiente; A minha escola é mais verde; entre outros * Criada a revista MOÇAMBIENTE |

### Formação de Profissionais Ambientais

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Directriz** | **Estratégia** | **Desempenho** |
| * Formação e capacitação dos recursos humanos necessários e estabelecimento de um fórum multi-disciplinar capaz de aconselhar e orientar os órgãos competentes na implementação da política ambiental | * Capacitação e formação ambientais dos técnicos do Ministério para a Coordenação de Acção Ambiental, e dos restantes sectores, em gestão ambiental | * Atribuídas mais de 50 bolsas de estudo a jovens graduados no pré-universitário para formação superior específica em ambiente dentro e fora do país * Criado o CONDES * Atribuídas bolsas de estudo para formação em gestão ambiental na área de Petróleo e Gás * Criado o IMPFA (Instituto Médio de Planeamento Físico e Ambiente) |

### Investigação, Monitoria Ambiental e Banco de Dados

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Directriz** | **Estratégia** | **Desempenho** |
| * Apetrechamento dos centros de investigação com mais e melhores recursos humanos, financeiros e materiais, informação e divulgação mais sistemática dos resultados das investigações realizadas, melhorar o fluxo de informação inter-institucional, entre outras * Estabelecimento de mecanismos apropriados de fiscalização e monitorização da degradação e outras mudanças no ambiente e um centro de analise e acompanhamento dessas mudanças | * Estabelecer no Ministério para a Coordenação de Acção Ambiental um Centro de Informação Ambiental, apoiado por uma biblioteca e um banco de dados informatizado; * Criar uma Rede Nacional de Informação Ambiental, ligando todas as instituições governamentais e não-governamentais, * Concentrar o Sistema de Informação Geográfica às seguintes áreas de actividade: monitoramento ambiental, análise das avaliações dos impactos ambientais, cartografia digital e criação do banco de dados; * Capacitar técnica e profissionalmente o Ministério para a Coordenação de Acção Ambiental para a recolha, processamento e troca de dados ambientais todos os níveis; * Facilitar a utilização dos dados disponíveis às instituições interessadas e ao público em geral; * Priorizar a investigação de assuntos relacionados com as áreas de educação ambiental, caracterização do estado do ambiente, identificação e utilização de fontes alternativas de energia, aspectos sociais (conhecimentos tradicionais sobre gestão ambiental e assuntos de género) e realização de estudos em cooperação com instituições especializadas; * Promover a realização de trabalhos de investigação na área do ambiente nas instituições de ensino superior; * Encorajar a edição de publicações científicas e a divulgação dos resultados de trabalhos de investigação em áreas ligadas ao ambiente. | * Ensaiada a Criação do Sistema de Informação para Gestão Ambiental (SIGA); * Desenvolvido o Cadastro Mineiro Informatizado; * Criado o Sistema de Informação sobre o Licenciamento Ambiental * Criado o Sistema de Informação sobre os Instrumentos de Ordenamento do Território * Criado o Sistema de Informação sobre as Autarquias Locais * Criado o SIGIT – Sistema de Gestão de Informação de Terras * Criado o SIF-Sistema de Informação Florestal * Criado o SIBMOZ-Sistema de Informação sobre Biodiversidade * Criado o Sistema de alerta antecipado baseado na comunidade * Criado o BAU – Balcão de Atendimento Único * Criado o e-Sistafe – Sistema de Administração Financeira do Estado * Criado o e-Tributação – O novo Sistema de Administração de Impostos |

### Papel da Mulher, Comunidade e Sector Privado na Gestão Ambiental

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Directriz** | **Estratégia** | **Desempenho** |
| * Desenvolvimento de programas de gestão de recursos naturais, de educação ambiental e outros programas tendentes a facultar à mulher igualdade de oportunidades. * Activa participação das comunidades, valorizando e utilizando as suas tradições e experiências. Encorajar e reforçar a capacidade das comunidades em conhecer e aplicar princípios e regras de gestão dos recursos naturais que orientam a sociedade em geral, delegando-lhes competências e instrumentos que facilitem o estreitamento da cooperação com as estruturas formais e informais; * Criação de incentivos para que o sector privado participe de forma activa na gestão dos recursos naturais, auxiliando e comparticipando nos esforços de preservação ambiental com acções concretas. | * Sem estratégia claramente definida na Política vigente. | * Aprovada a EADS que identifica o papel específico de cada um dos actores acima elencados, na gestão ambiental; * Criadas diversas plataformas de diálogo, de actuação e articulação com o Governo agregando as comunidades, o sector privado e Mulheres, bem como Jovens e outros grupos de interesse. |

### Cooperação Internacional

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Directriz** | **Estratégia** | **Desempenho** |
| * Reforçar a troca de informações e investigação bem como participar activamente em eventos internacionais que requeiram a sua participação, considerando as suas responsabilidades especificas e de acordo com as suas capacidades. | * Sem estratégia claramente definida na Política vigente. | * Moçambique tem sido um actor-chave na agenda ambiental global, continental e regional, tendo aderido e ractificado a várias convenções e acordos. (Vide anexo B) * Moçambique tem se beneficiado de apoio multiforme Bilateral e Multi-lateral na área do ambiente * Moçambique foi identificado como campeão de gestão do risco de desastres a nível da União Africana * Moçambique hospeda o Centro Regional de Coordenação de Monitoria, Controlo e Fiscalização de Pescas da SADC (SADC MCS CC) em Katembe * Moçambique assumiu o papel de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas * Moçambique tem estado activo no mecanismo de Revisão de Pares, que inclui uma visão crítica dos planos e programas do sector ambiental * Moçambique hospeda o Centro Regional de Operações Humanitárias e de Emergências da SADC, em Nacala |

## Desempenho por Componentes Ambientais

No auge da implementação da actual Política Nacional do Ambiente, em 2007, o Governo elaborou a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EADS) de Moçambique. A EADS toma como ponto de partida que o ambiente não é da responsabilidade exclusiva do Governo, de uma organização específica ou de grupo de indivíduos, visando sobretudo o alcance de visão comum sobre o tratamento dos assuntos em Moçambique, baseando-se no princípio de que a sua implementação é, portanto, da responsabilidade de todos. Pressupõe um conjunto de acções harmonizadas numa atitude de divisão de responsabilidades, sendo que o Governo de Moçambique, através do Ministério que superintende a área do Ambiente, assume o papel de liderança na coordenação do processo. Cabe aos restantes Ministérios, ao sector privado, às ONGs, aos grupos comunitários, aos cidadãos ao nível individual, com a participação das Agências Internacionais de Desenvolvimento, o comprometimento de prosseguir com a implementação do preconizado pela Estratégia. Nesta base, a Estratégia atribui responsabilidades específicas a cada um dos actores, como se segue.

**Papel do Governo, Sector Privado e Sociedade Civil**

As responsabilidades do Governo quanto ao desenvolvimento sustentável no país incluem o estabelecimento de políticas, normas, instituições, programas que assegurem um caminho visando a implantação de uma cultura para uma correcta gestão e uso sustentável dos recursos disponíveis, bem como o desempenho de funções de planificação, desenvolvimento de políticas, monitoramento, regulação e controlo.

O sector privado, cujo papel e contribuição no crescimento económico nacional vem assumindo um papel cada vez mais crescente, é chamado a participar na gestão dos recursos naturais de forma activa e comparticipando nos esforços de preservação ambiental com acções concretas por via da criação de Unidades Ambientais para a prossecução da agenda ambiental do pais que assegurem a implementação efectiva dos respectivos Planos de Gestão Ambiental por forma a assegurar que os processos produtivos respeitem a preservação ambiental e reduzam ao mínimo possível os danos à saúde publica dos trabalhadores e do público nas áreas circunvizinhas, por via da Responsabilidade Ambiental Corporativa.

O Governo aposta na criação de um ambiente favorável, através do conhecimento dos padrões de uso dos recursos, formas de gestão tradicional e hábitos de vida das comunidades. Paralelamente, procura, também, encorajar e reforçar a capacidade destas comunidades em conhecer e aplicar princípios e regras de gestão dos recursos naturais que orientam a sociedade em geral, delegando-lhes, através do Programa de Reforma dos Órgãos Locais em curso no país, poder administrativo, assim como facilitar o estreitamento da cooperação com as estruturas formais e informais, com particular enfoque para as ONG’s e Agências Internacionais de Desenvolvimento. As mulheres, sobretudo ao nível das comunidades rurais, desempenham um papel fundamental no uso sustentável de recursos naturais (terra, água e florestas) sendo, por isso, importante para elas que a Sociedade Civil participe activamente na transmissão das técnicas de um melhor uso. Neste âmbito foram elencadas a visão, as aspirações e acções estratégicas, assim como a forma como os diferentes intervenientes conduzem as suas actividades.

A análise do desempenho foi desagregada por componentes ambientais à luz do preconizado na EADS, recorrendo aos Balanços Anuais e Quinquenais dos Planos Económicos e Sociais e dos Planos Quinquenais do Governo dos últimos 20 anos, bem como outra documentação relevante. Nesta base foram compulsadas as seguintes componentes ambientais: (i) Terras e Recursos Afins; (ii) Recursos Hídricos e seus Associados; (iii) Gestão dos Ecossistemas Costeiros, Marinhos e Ilhas; (iv) Pesca e Aquacultura; (v) Turismo; (vi) Biodiversidade; (vii) Ambiente Urbano; (viii) População e Saúde; (ix) Água e Saneamento; (x) Bem-Estar; (xi) Conhecimento e Cultura; (xii) Comunidade e Governação e (xiii) Equidade. As tabelas abaixo sumarizam o desempenho olhando para a visão, os objectivos e estratégias por componente ambiental.

### Terra e Recursos Afins

A **visão** a longo prazo era a de assegurar o acesso à terra de forma igual e uma gestão e exploração dos recursos naturais em geral, de modo que mantenham a sua capacidade funcional e produtiva para as gerações presentes e futuras pois, para Moçambique, a agricultura desempenha um papel fundamental na abordagem da questão da satisfação das necessidades duma população em crescimento, estando intrinsecamente ligada a erradicação da pobreza.

| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| --- | --- | --- |
| * Melhoria do uso da terra na agricultura de subsistência; * Assegurar o uso dos recursos naturais para diminuição da pobreza e na perspectiva do género; * Melhoria da economia através do uso sustentável dos recursos naturais; * Alcançar uma gestão integrada da terra, água, da flora e da fauna, fortalecendo as capacidades locais, nacionais e regionais; * Reduzir significativamente a deflorestação e a perda da biodiversidade florestal; * Alcançar uma exploração mineira e de actividades afins sustentáveis; * Desenvolver e pôr em prática a gestão integrada da terra e planos de uso da água, com base no uso sustentável de recursos renováveis, na avaliação integrada dos potenciais sócio-económicos e ambientais e fortalecer a capacidade do governo, autoridades locais e comunidades para monitorar e gerir a quantidade e a qualidade dos recursos de água e de terra. | * Realizar a capacitação institucional com o envolvimento dos gestores e directores das empresas em programas de gestão eficiente dos recursos naturais; * Reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional das comunidades locais na gestão da terra e dos recursos naturais; * Relacionar a disponibilidade real dos recursos naturais, em quantidade e qualidade, com o número de utilizadores, apoiando-se numa política de população coerente, num desenvolvimento industrial ecologicamente sustentável; * Promover a sustentabilidade no que respeita à exploração dos produtos florestais e derivados procurando manter o equilíbrio dos ecossistemas; * Optimizar as vantagens comparativas que advém do aproveitamento regrado da fauna bravia associada ao turismo; * Promover o aumento da participação da mulher em todos os aspectos com relação a agricultura sustentável e à segurança alimentar; * Adoptar medidas integradas para a prevenção e combate da desertificação, bem como a mitigação dos efeitos da seca, através do estabelecimento de políticas e programas relevantes tais como a gestão da terra, da água e da floresta, práticas agrícolas, desenvolvimento rural, sistemas de aviso prévio, ambiente, energia recursos naturais, saúde, educação e alívio da pobreza; * Reforçar, no sector mineiro, esforços que visem abordar impactos ambientais para além das tradicionais avaliações económicas, sanitárias e sociais preconizadas para o sector; * Promover programas para intensificar duma forma sustentável a produtividade da terra e o uso eficiente de recursos hídricos na agricultura, actividade florestal, terras húmidas, pesca artesanal e aquacultura, sobretudo, através de abordagens baseadas em conhecimentos tradicionais e das comunidades locais; * Promulgar, onde tal for apropriado, medidas que protejam sistemas tradicionais de gestão de recursos e apoiar a contribuição de todos os intervenientes – tanto homens como mulheres – na planificação e desenvolvimento rural. | * Aprovada a Política Nacional de Terras, Lei de Terras e respectiva regulamentação * Aprovada a Política Florestal e Estratégia de sua Implementação * Aprovada a Lei do Ordenamento do Território * Estabelecida a Política e Estratégia de Conservação da Biodiversidade * Aprovada a Lei de Conservação da Biodiversidade * Aprovado o regulamento sobre o uso do solo urbano * Aprovado o Diploma Ministerial no 93/2005 de 4 de Maio, preconiza a Consignação, à favor das Comunidades, de 20% de valor das receitas provenientes da exploração de exploração florestal. * Elaborado Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário – PNISA I e PNISA II * Elaborado o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) * Aprovado o Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial * Elaborados e aprovados Planos De Ordenamento Territorial * Elaborado o Plano Especial de Ordenamento Territorial (PEOT) do Vale do Zambeze * Aprovado o Plano de Acção de Combate à Seca e à Desertificação * Ractificada a Convenção das Nações Unidas sobre o Combate à seca e Desertificação (UNCCD) * Elaborada a Estratégias e Plano de Ação do RED++ * Aprovada a Estratégia de implementação de assentamentos informais * Aprovada a Estratégia de Neutralidade e degradação de Solos * Iniciativa da grande Muralha verde * Elaborados planos de maneio florestal, que permitem aferir sobre os cortes admissíveis * Elaborado plano de maneio faunístico * Elaborados planos de Reassentamento resultante tanto de actividades económicas como de conflitos homem fauna bravia, e desastres naturais * Criado o Instituto de Medicina tradicional e alternativa * Criado o centro etnobotânico de Namaacha * Criada a AQUA * Criados comités de gestão de recursos naturais * Criados os CCPs (Conselho Comunitários de Pesca) * Criado o FEMA (Fórum Empresarial para o Meio Ambiente) * Constituído o Fórum de Consulta Sobre Terras (FCT) * Atribuição de cotas para caça e exploração florestal * Ractificado o Protocolo de Nagoya * Reforçadas acções de Fiscalização de Terras * Realizada Titulação Massiva de Terras no âmbito do Programa Terra Segura no âmbito do Projecto MozLand * Implementados programas de Promoção do Reflorestamento * Aprovado o regulamento sobre o acesso e partilha de benefício e conhecimento tradicional associado (Decreto 19/2007 de 9 de Agosto). * Em revisão o regulamento ABS para adequá-lo ao protocolo de Nagoya * Elaborado inventário florestal e Faunístico * Elaborado inventário marinho e gestão costeira * Elaborado o inventário de terras húmidas * Estabelecido o Sistema de Informação Florestal (SIF) * Desenvolvida a Plataforma de Pagamento de Taxas de DUAT * Introduzido o Sistema de Referência do Desmatamento baseado em Satélite (SDRS), que visa identificar e mapear as alterações na cobertura florestal em tempo semi-real |

### Recursos Hídricos e seus Associados

A **visão** a longo prazo era a de alcançar uma gestão integrada e eficiente da água, incluindo o melhoramento da sua qualidade, bem como a definição de estratégias de poupança e dos respectivos fluxos ecológicos aliados a actividades afins e, ainda, tornar acessível a todos os moçambicanos a água potável e o saneamento básico.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Alcançar uma gestão eficiente e alocação de recursos de água, incluindo qualidade da água, estratégias de poupança de água e fluxos ecológicos; * Proteger os aquíferos e gerir racionalmente as reservas; * Gerir eficientemente os cursos dos rios e as bacias hidrográficas respectivas, através de abordagens locais e além- fronteiras dentro das políticas dos países da região; * Incrementar o uso sustentável dos recursos das terras húmidas, incluindo a pesca de água doce e a exploração dos recursos dos estuários, zonas estas particularmente sensíveis às actividades humanas a montante | * Acelerar a implementação dos acordos em relação às bacias partilhadas, sobretudo para as mais críticas, por forma a assegurar a recepção equitativa na partilha dos recursos hídricos; * Estabelecer políticas específicas para gestão dos resíduos sólidos dos megaprojectos, como forma de assegurar um eficiente controlo da qualidade da água nos efluentes; * Intensificar a prevenção da poluição das águas, com vista à redução dos perigos para a saúde e proteger os ecossistemas, através da introdução de tecnologias economicamente acessíveis de tratamento de resíduos sanitários, industriais e domésticos, bem como tratamento de águas residuais, visando mitigar os efeitos da contaminação das águas subterrâneas, estabelecendo um sistema formal de monitoria do sistema ao nível nacional; * Adoptar medidas de prevenção e protecção das águas, com objectivo de promover o uso sustentável destas em casos de estiagem ou de ocorrência de cheias; * Recorrer a políticas, programas de monitoria, medidas voluntárias, incluindo regulamentos e instrumentos baseados nas informações de mercado, na gestão do uso da terra e nos custos de recuperação dos serviços de água, por forma a que a água seja acessível às camadas mais pobres; * Promover a avaliação e monitoria das quantidades e da qualidade dos recursos aquíferos, incluindo o estabelecimento de uma base de dados nacional, de uma rede nacional de monitoria e o desenvolvimento de indicadores relevantes; * Intensificar a prevenção da poluição da água para reduzir os perigos para a saúde e proteger os ecossistemas, através de tecnologias que assegurem saneamento acessível e tratamento dos efluentes líquidos domésticos e industriais, através da mitigação dos efeitos da contaminação das águas subterrâneas e através do estabelecimento de sistemas de monitoria e de quadros legais eficazes; * Promover o acesso e ratificação de acordos internacionais relevantes para a conservação da biodiversidade, especialmente a Convenção de RAMSAR sobre zonas Húmidas de Importância Internacional e particularmente como habitat de Aves Aquáticas. | * Aprovado o Regulamento de Água Subterrânea * Aprovado o Regulamento de Lagos e Albufeiras * Aprovado o Regulamento de Licenças e Concessões o uso de aproveitamento da Água Bruta * Aprovado o Regulamento de Pequenas Barragens * Aprovado o Regulamento de Segurança de Barragens * Aprovado o regulamento de padoes de Qualidade da água Bruta e de descarga de efluentes líquidos e sólidos * Criação das ARAs * Criada a AQUA * Implementado o Plano de Controlo da Qualidade de Água * Capacitados técnicos em matérias relacionadas a qualidade de água e ambiente. * Realizadas Monitorias dos Caudais das águas dos rios partilhados com os países vizinhos. * Realizadas acções de monitoria ambiental em todas as principais albufeiras do País. |

### Gestão dos Ecossistemas Costeiros, Marinhos e Ilhas

Reconhecendo a existência de grande pressão e consequente degradação dos ecossistemas costeiros e marinhos, face à exploração e uso diferenciado dessas zonas, a **visão** de Moçambique a longo prazo, espera mitigar os efeitos da degradação desses ecossistemas e orientar a sua utilização de forma auto-sustentada

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Garantir a segurança alimentar, a prosperidade económica sustentável e o bem-estar das populações; * Promover acções de conservação e gestão dos oceanos e mares a todos os níveis, tomando em consideração as convenções internacionais relevantes; * Promover a coordenação inter-sectorial, na base de um quadro jurídico correspondente, visando o uso múltiplo e o desenvolvimento das zonas costeiras e marinhas; * Aderir e implementar o Programa Global de Acção para a Protecção do Ambiente Marinho das Actividades Baseadas em Terra e da Declaração de Montreal, capítulo referente a alteração física, destruição de habitats e nutrientes; * Envidar esforços para examinar e melhorar as medidas e regulamentos internacionalmente acordados, referentes à segurança e mecanismos eficientes para o transporte marítimo internacional e outros movimentos transfronteiriços de materiais e desperdícios radioactivos e óleos usados; * Reduzir os factores adversos que travam o desenvolvimento harmonioso e sustentável de ilhas; * Conservar a biodiversidade marinha e costeira. | * Promover a implementação do Capítulo 17 da Agenda 21, que se refere ao Programa de Acção para se alcançar o desenvolvimento sustentável dos oceanos, zonas costeiras e mares, através da gestão integrada e sustentável das mesmas, incluindo a zona económica exclusiva; a protecção marinha ambiental; o uso sustentável e conservação dos recursos marinhos; os aspectos da gestão do ambiente marinho e das mudanças climáticas; a coordenação e cooperação regionais; e o desenvolvimento sustentável das ilhas; * Protecção e zoneamento dos ecossistemas críticos; * Desenvolver programas ao nível nacional, regional e internacional, conducentes à recuperação e valorização das perdas da biodiversidade marinha, incluindo os recifes de coral e terras húmidas; * Criar capacidade na investigação, informação e gestão dos oceanos e mares, promovendo o uso de técnicas de Avaliação do Impacto Ambiental para projectos ou actividades potencialmente nocivas ao ambiente costeiro e marinho, incluindo os recursos associados; * Estabelecer planos estratégicos em estreita ligação com programas regionais de acção para o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos e costeiros com particular ênfase para as áreas sujeitas a mudanças ambientais aceleradas e a grandes pressões; * Ractificar e implementar as convenções, protocolos e outros instrumentos da Organização Marítima Internacional referentes à segurança e protecção do ambiente marinho, contra a poluição e danos ambientais causados pelos navios; * Implementar programas de prevenção e controle de erosão, poluição e perda de habitats nas zonas costeiras e ilhas. | * Aprovada a Política e Estratégia de Conservação da Biodiversidade * Aprovada a Lei de Conservação da Biodiversidade * Aprovada a Política de Gestão Costeira * Elaborado Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Áreas de Conservação. * Criado o Parque Nacional das Quirimbas. * Criado o centro de desenvolvimento sustentável para zonas costeiras * Criada a AQUA * Criada o INAMAR * Criada a Área de Proteção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas * Aprovada a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas * Aprovada a Estratégia e plano de acção nacional para restauração do Mangal * Aprovada a Estratégia Nacional de Gestão e Conservação dos Corais * Implementados programas e iniciativas para restauração de mangal, campanhas de sensibilização nas comunidades e inclusão das comunidades locais e líderes tradicionais na gestão e protecção destas florestas * Aprovado o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – POEM * Aprovado o Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes * Aprovado o Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho e Costeiro * Aprovado o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental * Desenvolvido o mapa histórico dos ecossistemas de Moçambique * Realizada a primeira avaliação nacional da Lista Vermelha de Ecossistemas de acordo com a metodologia da UICN * Estabelecidas as áreas protegidas de Mangal * Desenvolvidos planos de maneio para as áreas de conservação * Ractificada a Convenção de Nairobi sobre a Proteccão, Gestão e Desenvolvimento Marinho e Costeiro da Região Oriental de África * Ractificada a Convenção sobre Diversidade Biológica * Criado o Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (PROAZUL) * Aprovado o regulamento de gestão e ordenamento da zona costeira e das praias * Aprovada a Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira |

### Pesca e Aquacultura

A **visão** de Moçambique é de desenvolver a actividade pesqueira e aquacultura de maneira a alcançar a segurança alimentar, contribuindo assim para a geração de receitas tanto para o Estado como para as populações, tendo como base o uso sustentável dos recursos pesqueiros

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores em geral e para a geração de receitas para o país em particular, num ambiente de exploração responsável dos recursos pesqueiros e aquacultura; * Fomentar a prática da pesca e aquacultura responsáveis; * Manter ou restaurar os estoques ao nível da captura máxima sustentável; * Conservar a biodiversidade marinha e costeira; * Proceder à implementação do Código de Conduta para a Pesca Responsável, adoptado em 1995 | * Disseminar o uso de técnicas sustentáveis para exploração dos recursos marinhos com vista a aliviar a pressão sobre os recursos costeiros que normalmente é exercida pela pesca de pequena escala com o fim de aumentar os rendimentos das comunidades costeiras; * Protecção e zoneamento das zonas de pesca e aquacultura críticas; * Adopção, com maior brevidade possível, do Plano de Acção Internacional para a gestão da capacidade de pesca e do Plano de Acção Internacional para a prevenir, reduzir e eliminar a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada; * Ratificar e aplicar a abordagem sobre os ecossistemas marinhos sugeridos na Declaração Reykjavik sobre Pesca Responsável no Ecossistema Marinho e a decisão V/6 da Conferência das Parte da Convenção da Diversidade Biológica; * Desenvolver políticas, programas e planos de gestão integrada e sustentável das áreas costeiras, lagos e albufeiras, bem como das actividades pesqueiras de pequena escala a nível regional e sub-regional; * Promover investigação sobre aspectos físicos e biológicos dos ecossistemas e habitats marinhos para efeitos de monitoramento e conhecimento dos seus mananciais. | * Elaborada a Política de Monitorização, Controlo e Fiscalização da Pesca * Aprovada a Lei das Pescas * Elaborada a Estratégia de Economia Azul * Aprovada a Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira * Aprovada o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores * Aprovada o Regulamento da Aquacultura * Aprovada o Regulamento da Pesca Recreativa e Desportiva * Criado o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira * Criado o Centro de Pesquisa do Ambiente Marinho e Costeiro * Criado o instituto de inspecção do pescado * Instituído o Fundo de Desenvolvimento Pesqueiro * Ractificada a Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do MAR * Implementado o Projecto de Gestão da Biodiversidade Marinha e Costeira * Realizada a Avaliação Ambiental Estratégica ao longo da Zona Costeira (AAE) * Realizados diversos cursos de modo a criar capacidade adequada de gestão dos recursos no sector das pescas |

### Turismo

A **visão** de Moçambique, assume o turismo de praia e mar como uma das fontes para a contribuição na economia nacional numa base de práticas mundialmente aceites e ambientalmente sustentáveis

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Promover um desenvolvimento do turismo orientado na base da capacidade de carga dos ecossistemas; * Assegurar o desenvolvimento de uma indústria de turismo que, durante as fases de planeamento e implementação, incorpore considerações para a conservação e uso sustentável da biodiversidade; * Promover o desenvolvimento sustentável do turismo, incluindo o turismo não consumista e o eco-turismo; * Promover o desenvolvimento sustentável do turismo e capacitação institucional a fim de contribuir para o fortalecimento das comunidades rurais e locais. | * Promover um desenvolvimento do turismo sustentável tendo em conta o espírito da Declaração de Quebeque e do Código Global de Ética para o Turismo, por forma a incrementar o turismo que beneficie as comunidades hospedeiras, mantendo simultaneamente a integridade cultural e ambiental, protegendo as áreas ecológicas sensíveis e os patrimónios naturais; * Harmonizar o funcionamento de várias constituições que intervêm no sector de turismo e criar mecanismos para regular a actividade; * Desenvolver programas de educação e sensibilização que encorajem as pessoas a participarem no eco-turismo, bem como capacitar as comunidades locais a desenvolverem e beneficiarem-se do eco-turismo, aumentar a cooperação de todos os interessados no desenvolvimento do turismo e na preservação do património de maneira a promover a protecção do ambiente, dos recursos naturais e do património e heranças culturais; * Capacitar as autoridades centrais e locais do turismo em matérias ambientais; * Assistir as comunidades hospedeiras na gestão das visitas aos seus pontos de atracção turística para o seu máximo proveito, mas, garantindo que os impactos negativos e os riscos para as suas tradições, cultura e ambiente sejam minimizados. | * Elaborada a Política de Turismo e Estratégia de Desenvolvimento do Turismo * Aprovada a Lei do Turismo * Aprovado o Regulamento do Ecoturismo * Aprovada a Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira * Aprovadas as Áreas Prioritárias de Investimento Turístico * Criada iniciativa de ZDTI – Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado * Programa de Turismo Sustentável na Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro (com Peace Parks Foundation) * Aprovada a implementação de iniciativas de Eco-Turismo em Áreas de Conservação Marinhas (Bazaruto, Quirimbas, Ponta do Ouro) * Estabelecidas Concessões para empreendimentos comunitários de ecoturismo com objectivo de melhorar a gestão das Áreas de Conservação (AC) |

### Biodiversidade

A **visão** de Moçambique era proteger, conservar e gerir os ecossistemas, espécies, diversidade genética e os processos ecológicos associados duma maneira sustentável, para o benefício das pessoas no presente e no futuro

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Garantir uma diversidade de habitats representada nos parques; * Garantir uma representação de algumas espécies ameaçadas nos parques; * Estabelecer uma lei nacional de parques-zonas contíguas; * Estabelecer parcerias entre o sector público e o privado na conservação da biodiversidade; * Reverter as actuais tendências de perda da biodiversidade; * Garantir o aproveitamento turístico destas áreas. * Preservar pelo menos 10% de plantas e vertebrados da lista das espécies ameaçadas; * Estabelecer um grupo executivo multisectorial, activo para velar pelas questões de Biodiversidade; * Estabelecer uma Política ambiental racional e efectiva; * Definir e monitorar os indicadores de biodiversidade; * Proteger os ecossistemas montanhosos frágeis e vulneráveis dos efeitos adversos das mudanças climáticas; * Conservação da biodiversidade marinha e costeira. * Documentar e preservar os locais arqueológicos, históricos e culturais. * Compreender o significado dos locais históricos e a sua relação tradicional e cultural, visando estabelecer a sua continuidade e preservação | * Garantir que as considerações sobre a biodiversidade sejam parte integrante da legislação, políticas e estratégias do governo; * Assegurar a plena participação prioritária e coordenada de Moçambique, regional e internacionalmente, em iniciativas que visem a conservação e uso sustentável da diversidade biológica; * Controlar a introdução e disseminação de espécies exóticas e organismos geneticamente modificados que ameacem ou tenham o potencial para ameaçar a diversidade biológica de Moçambique, através da introdução de medidas alternativas num processo participativo que envolva as autoridades agrárias e comerciais do país e os grupos potenciais de usuários; * Desenvolver directrizes para as avaliações do impacto ambiental e assegurar que essas avaliações sejam efectuadas em políticas, programas, projectos e actividades que possam ter efeitos adversos significativos na biodiversidade; * Explorar e promover formas de protecção da terra e da biodiversidade proporcionando modelos alternativos para o estado de conservação dos parques, como seja a criação de parques privados e abordagens comunitárias com uma completa descentralização de direitos, autoridade e responsabilidades até ao nível mais baixo possível; * Promover a concertação de interesses do estado das comunidades e do sector privado na protecção da diversidade biológica; * Encorajar e permitir a contribuição de todos os actores na implementação dos objectivos da Convenção sobre Conservação da Diversidade Biológica e, em particular, reconhecer o papel específico desempenhado pela juventude, pelas mulheres e pelas comunidades locais na conservação e uso da biodiversidade duma forma sustentável. * Determinar o estado de todas as plantas e vertebrados de Moçambique, assim como os habitats/ecossistemas chave, em termos da sua conservação, vulnerabilidade e da perspectiva de degradação e risco de extinção. Com base nesta avaliação, deve desenhar-se um plano prioritário de acção para a conservação da biodiversidade em Moçambique. Estas tarefas são da competência e jurisdição da Unidade Nacional de Biodiversidade; * Implementar programas orientados para mitigar a deflorestação, erosão, degradação da terra e perda da biodiversidade das montanhas; * Promover e apoiar iniciativas para o desenvolvimento e preservação de áreas sensíveis e outros essenciais para a biodiversidade e estabelecer, ainda, corredores e redes ecológicas nacionais e regionais. * Desenvolver pesquisas para acrescentar os actuais níveis de conhecimentos sobre os achados arqueológicos, locais históricos e culturais do país, visando a sua localização ou preservação, manutenção ou transformação em local aberto para visitas; * Promover a participação integral das comunidades das zonas montanhosas na tomada de decisões sobre assuntos que os afectem e integrar o conhecimento local, o património e a herança cultural em iniciativas de desenvolvimento. | * Aprovada a Lei da Conservação * Aprovada a Lei da Conservação e republicada como Lei de proteção, conservação e uso sustentável da Biodiversidade Biológica * Aprovado o Regulamento da Lei de Conservação * Aprovado o Regulamento para o Controlo de Espécies Exóticas e Invasoras * Aprovado o Regulamento de Caça * Aprovado o Regulamento sobre o Valor das Taxas de Exploração dos Recursos Faunísticos * Aprovado o Regulamento sobre Taxas a Cobrar nas Áreas de Conservação * Aprovado o Regulamento do Caçador-Guia * Aprovado o Regulamento Sobre a Convenção CITES * Aprovado o regulamento sobre acesso e partilha de benefícios provenientes dos recursos genéticos e conhecimento tradicional associados * Aprovada a Directiva sobre contrabalanços da biodiversidade * Aprovada a Estratégia e Plano de Ação para a Conservação da Diversidade Biológica * Aprovada a Estratégia Nacional REDD+ e respectivo plano de acção * Aprovada a Estratégia Nacional de Gestão e Conservação dos Corais * Elaborado o Plano de Acção de Combate à Seca e à Desertificação * Elaborado o Plano de Ação para a Conservação da Chita e do Mabeco * Elaborada a Estratégia e Plano de Acção para a Conservação do Elefante * Elaborado o Plano de Acção da Economia Verde * Elaborada a Estratégia De Conservação E Uso Sustentável Da Energia Da Biomassa * Criada a Unidade Técnico-Científica para Contrabalanços de Biodiversidade * Criado o centro de desenvolvimento sustentável para recursos Naturais * Ratificada a convenção de Biodiversidades * Desenvolvido o SIBMOZ (Sistema de Informação sobre a Biodiversidade de Moçambique) |

### Ambiente Urbano

A **visão** de Moçambique ao nível dos aglomerados urbanos, era alcançar uma correcta gestão ambiental, com a existência de instituições vocacionadas e capacitadas para o efeito, recursos humanos à altura das necessidades e uma boa articulação entre os vários intervenientes.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Garantir uma gestão integrada, dinâmica e participativa do ambiente urbano; * Gestão eficiente do ambiente no processo de desenvolvimento urbano. * Estabelecer os Centros nacionais especializados para investigação e treinamento em matéria de gestão ambiental; * Melhorar continuamente os serviços de abastecimento de água, saneamento, recolha e tratamento do lixo; * Introduzir a componente ambiental nas instituições de gestão dos centros urbanos; * Minimizar a produção de lixos e resíduos e maximizar o seu reuso; * Renovar o compromisso com a Agenda 21 no que se refere à boa gestão dos químicos; * Alcançar uma abordagem integrada para avaliação, prevenção, gestão, mitigação e pronta resposta para a vulnerabilidade aos riscos ambientais e aos causados pelo homem e pelos desastres naturais; * Contribuir para as iniciativas globais tendentes a estabilizar o efeito estufa a um nível que reduza a perigosa interferência do Homem com o sistema climático, num período suficiente que permita a adaptação natural dos ecossistemas às mudanças climáticas, para assegurar que a produção alimentar não seja ameaçada e permitir que o desenvolvimento económico prossiga de uma maneira sustentável; * Fortalecer a capacidade do país para medir, reduzir e avaliar os impactos da poluição do ar, incluindo os impactos sobre a saúde e providenciar apoio financeiro e técnico para este tipo de actividades; * Cumprir com todos os compromissos e obrigações nos termos da UNFCCC. * Reduzir para metade, até ao ano 2015, o número de pessoas sem acesso ou sem condições de ter água potável e ao saneamento básico. * Mobilizar interna e internacionalmente recursos financeiros, a todos os níveis, transferir a tecnologia, promover as boas práticas e apoiar a capacitação em prol do desenvolvimento de serviços e infraestruturas de água e saneamento, assegurando que essas infra-estruturas e serviços satisfaçam as necessidades dos mais pobres e respeitem as questões de género. | * Capacitar em Planificação Urbana e Ambiental os agentes de transformação urbana; * Promover a adopção de um planeamento ambiental urbano assente em bases legalmente estabelecidas; * Alocar os recursos humanos e financeiros mínimos para a materialização de princípios básicos do planeamento e gestão ambiental urbana; * Desenvolver sistemas de gestão de resíduos, colocando-se como prioridade máxima a prevenção de formação de resíduos e maximização da reutilização e reciclagem, bem como a criação de facilidades de evacuação de resíduos que sejam benéficos ao ambiente, incluindo tecnologia de extracção da energia contida nos resíduos, encorajando o surgimento de pequenas iniciativas de reciclagem de resíduos que contribuam para a gestão urbana enquanto proporcionam oportunidades de geração de rendimentos; * Melhorar o acesso à posse da terra, habitação adequada e serviços sociais básicos para os mais pobres, em áreas urbanas periféricas, com particular destaque para chefes de família de sexo feminino; * Utilizar tecnologias apropriadas e materiais sustentáveis de baixo custo, para a construção de habitação adequada e segura para os mais pobres, levando em conta a sua cultura, o clima, condições sociais específicas e a vulnerabilidade a desastres naturais. * Criação de incentivos para as indústrias que no seu processo de laboração desenvolvam projectos de melhoria da qualidade do meio ambiente; * Definição e formulação de uma política de desenvolvimento urbano; * Desenvolver sistemas de gestão de lixos e resíduos priorizando a prevenção, minimização, re - uso, reciclagem e criação de facilidades de depósito e recolha que sejam ambientalmente compatíveis, usando tecnologias para o aproveitamento da energia contida nos resíduos, encorajar iniciativas de pequena escala que suportem a gestão dos resíduos, que contribuam para a geração de rendimentos e constituam fontes para o desenvolvimento local; * Promoção de educação ambiental e divulgação de técnicas alternativas para gestão de lixos domésticos; * Promover a redução dos riscos representados pelos metais pesados prejudiciais à saúde humana e ao ambiente, através da revisão de estudos da UNEP; * Encorajar as estruturas competentes, a todos os níveis, a tomarem em conta as considerações relativas ao desenvolvimento sustentável nos processos de tomada de decisão, incluindo na formulação dos planos nacionais e territoriais de desenvolvimento, investimento em infra-estruturas, desenvolvimento de negócios e aprovisionamento público; * Promover a interiorização dos custos ambientais e o uso de instrumentos económicos, tomando em consideração a filosofia de que, é o agente poluidor que, em princípio, deve suportar os custos trazidos pela poluição, com o devido respeito ao interesse público e sem distorcer o investimento. * Promover, nas indústrias, o uso de tecnologias que reduzam ao mínimo a poluição ambiental; * Combater a desertificação e mitigação dos efeitos das secas e das cheias, através de medidas como sejam o uso correcto da informação sobre as alterações climatéricas e previsões meteorológicas, o estabelecimento de sistemas de alerta e de aviso prévio, a gestão da terra e dos recursos naturais, a introdução de práticas agrícolas e conservação de ecossistemas, por forma a minimizar e alterar as actuais tendências contínuas de degradação da terra e dos recursos hídricos; * Melhorar o acesso às alternativas a substâncias destruidoras da camada de ozono até 2010 adoptando medidas para enfrentar o tráfico ilegal de substâncias destruidoras do ozono; * Desenvolver e fortalecer as capacidades, a todos os níveis, de coligir e disseminar informação científica e técnica, incluindo o melhoramento dos sistemas de aviso prévio para a predição dos eventos climáticos extremos, especialmente os fenómenos El Niño/La Niña; * Criar incentivos às indústrias para o aperfeiçoamento e utilização de tecnologias limpas e apropriadas; * Promover a observação sistemática da atmosfera do planeta, superfície terrestre e oceanos, através do melhoramento das estações de monitoramento, intensificação do uso de satélites e, ainda, a integração adequada destas observações de modo a produzir dados de alta qualidade que possam ser disseminados para utilização adequada; * Apoiar esforços que visem a redução das emissões de gases nocivos, através do encorajamento do uso de combustíveis limpos e do emprego de técnicas modernas de controle da poluição. | * Aprovada a Política de Urbanização * Aprovado o Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos * Aprovado o Regulamento sobre a gestão e controlo do saco de plástico * Aprovado o Regulamento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Biomédicos * Aprovado o Regulamento sobre Inspeção Ambiental * Desenvolvidos Planos Directores Municipais de Água e Saneamento (PDMAS) * Desenvolvido o guião metodológico para a elaboração dos PDMAS * Publicado um Guião Metodológico Para A Elaboração De Planos De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos Urbanos * Elaborada a Estratégia De Conservação E Uso Sustentável Da Energia Da Biomassa * Elaborados os códigos de posturas Municipais * Criado o centro de desenvolvimento sustentável para zonas urbanas * Criada a AQUA * Realizado Inventário Nacional sobre a Gestão Ambiental Urbana * Implementados Programas que visam implantar infraestruturas para a Gestão de Resíduos nos Municípios e Vilas * Implementadas Iniciativas para utilização de fogões melhorados em todas as províncias * Existência de PMEs robustas que se dedicam a produção de fogões melhorados, como a MozCarbon, bem como vários artesões individuais |

### População e Saúde

A **visão** de Moçambique para área de população e saúde, era crescer com populações estáveis e com um equilíbrio de grupos etários dentro dos limites sócio-económicos e ambientais sustentáveis.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Proporcionar à população informação, formação e outros meios que permitam às mulheres, homens e adolescentes, guiarem a sua vida reprodutiva sexual, em conformidade com os seus desejos, capacidades individuais e sentido de responsabilidade cívica e social, visando atingir um desenvolvimento económico mais equitativo e sustentável; * Reduzir as causas e os impactos das questões ambientais sobre a saúde das populações, especialmente para mulheres e crianças, no que se refere ao índice das doenças respiratórias e outros impactos para a saúde, resultantes da poluição do ar; * Diminuição da incidência e prevalência das doenças comuns endémicas, em particular aquelas que tem grande expressão nas taxas de morbilidade e de mortalidade, com particular incidência para a malária e a cólera, que são provocados por problemas relacionados com o ambiente; | * Promover a sensibilização entre os dirigentes, personalidades nacionais e a comunidade em geral, sobre os problemas do rápido crescimento da população e seus efeitos no desenvolvimento nacional, tendo em conta o equilíbrio Homem–Recursos Naturais; * Reforçar a capacidade organizava e técnica das instituições do Governo a todos os níveis, enfatizando a formação e capacitação dos recursos humanos no campo da população, especialmente nas áreas de investigação, planificação e gestão de programas e projectos populacionais, visando estabelecer o equilíbrio na relação Homem–Recursos; * Aumentar a disponibilidade e o acesso a alimentos adequados, nutritivos, culturalmente aceitáveis, para todos os moçambicanos, bem como a protecção sanitária do consumidor; * Providenciar serviços básicos de saúde para todos, através da redução das ameaças à saúde ambiental, com especial atenção para as crianças, estabelecendo relações entre a pobreza , saúde e ambiente; * Estabelecer as conexões e índices de risco entre as condições ambientais e a prevalência e incidência das doenças endémicas; * Promover a eliminação da produção de tintas fabricadas com base no chumbo e noutras fontes de exposição humana, evitando, em particular, a exposição de crianças ao chumbo, intensificando as acções de monitoramento e vigilância, bem como o tratamento de casos de envenenamento pelo chumbo. | * Aprovada a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano * Regulamento sobre a gestão das substâncias que destroem a camada de ozono * Aprovado o Regulamento sobre o Controlo dos Hidroclorofluorcarbonetos (HCFCs), Hidrofluorcarbonetos (HFCs) e seus equipamentos * Aprovado o regulamento sobre gestão de produtos Químicos e POPs * Aprovada a Estratégia Nacional de Intervenção em Assentamentos * Ratificadas as convenções de Roterdão, Estocolmo, Basileia, MinaMata (Convenção do Mercúrio) * Realizados os Censos Populacionais (1997, 2007, 2017) aferindo dados sobre densidade populacional, urbanização, acesso a água, saneamento, ocupação do solo * Elaborado o 1º Compêndio de Estatísticas Ambientais * Divulgadas Técnicas Construtivas Resilientes a Mudanças Climáticas * Implementada a iniciativa de *roll back* malaria * Campanhas de tratamento de água |

### Água e Saneamento

A **Visão** de Moçambique, a médio prazo, preconizava satisfazer as necessidades básicas de água potável, bem como reduzir o impacto negativo dos resíduos sólidos e dos esgotos sobre o ambiente, visando uma gestão ecologicamente racional dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Promover a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos para satisfazer, agora e no futuro, as necessidades básicas em água à população, assegurando-se a protecção do meio ambiente e estimulando o desenvolvimento sócio-económico; * Garantir que pelo menos 43% da população rural tenha disponibilidade de água potável através de fontes próprias a uma distância mínima de 500 metros de distância. * Melhorar a actual taxa de cobertura de saneamento e de esgotos que actualmente é de 36% nas zonas peri-urbanas, 10% nas zonas urbanas e 18% nas áreas rurais visando salvaguardar a saúde pública e o bem estar da população; * Promover uma gestão ecológica e racional dos resíduos sólidos nas áreas urbanas. | * Monitorar qualitativa e quantitativamente os recursos hídricos principalmente nas fronteiras, por forma a garantir os níveis de consumo necessários; * Investir no melhoramento da saúde pública, através da garantia do provimento de água potável e de saneamento básico para as populações mais carentes; * Reforçar os programas de extensão da cobertura dos sistemas de água para as periferias das cidades, incluindo a reabilitação dos já existentes. * Descentralizar a gestão dos recursos hídricos, saneamento, envolvendo, onde for necessário, a componente comunitária e privada; * Implementar os sistemas de saneamento a baixo custo e medidas que visem a mitigação de problemas derivados da sua ausência e a redução dos gastos com a gestão dos mesmos, pesquisando a utilização de tecnologias apropriadas, visando soluções mais sustentáveis; * Reduzir a quantidade dos resíduos sólidos concentrados nos centros urbanos e melhorar a sua recolha e eliminação. Nos casos mais graves, desencadear medidas de remediação, de modo a contribuir para a prevenção da poluição e os danos à saúde pública; * Identificar e controlar os danos ambientais associados à qualidade do abastecimento da água e saneamento do meio. | * Aprovada a Política de Águas (resolução n.º 42/2016 de 30 de Dezembro) * Aprovada a Lei de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento (Lei n.º 9/2024, de 7 de Junho) * Aprovado o Regulamento de Licenças e Concessões de água bruta (Decreto n.º 43/2007 de 30 de Outubro) * Aprovado o Regulamento de Pequenas Barragens que inclui aspectos inerentes à gestão ambiental * Aprovado o Regulamento de Pesquisa e Exploração de Águas Subterrâneas - RPEAS (Decreto n.º 18/2012) * Aprovada a Estratégia de Saneamento Rural * Implementado o Programa Nacional de Águas e Saneamento Rural (PRONASAR) * Realizadas monitorias dos caudais das águas dos rios partilhados com os países vizinhos * Implementados programas de sensibilização das populações de modo a evitar que estas joguem para o rio substâncias que possam poluir a água |

### Bem-Estar

A **visão** de Moçambique a médio prazo, preconizava a integração dos factores populacionais em todas demais políticas e programas, visando assegurar o melhoramento da qualidade de vida da população, com particular incidência no alívio à pobreza das camadas mais necessitadas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Providenciar, às populações exclusivamente dependentes da agricultura, o acesso aos recursos agrícolas promovendo um apropriado sistema de posse de terras, reconhecendo e protegendo a propriedade comum e a gestão comunitária dos recursos. * Incrementar o papel da mulher a todos os níveis e em todos os aspectos do desenvolvimento rural, especialmente na agricultura, nutrição e na segurança alimentar; * Estabelecer uma agricultura sustentável e um desenvolvimento rural baseados numa abordagem integrada para aumentar a produção alimentar e contribuir para a segurança alimentar; * Fortalecer a contribuição do desenvolvimento industrial para o alívio da pobreza baseando-se numa gestão sustentável dos recursos naturais a explorar. * Contribuir o desenvolvimento social e o bem-estar da população no quadro dos investimentos em programas de desenvolvimento económico equilibrado. | * Transferir conhecimentos e técnicas básicas da agricultura sustentável, incluindo medidas para a gestão dos recursos naturais para os pequenos e médios agricultores, visando o incremento de uma agricultura produtiva e segurança alimentar; * Desenvolver e implementar programas de gestão integrada de terras e do uso da água que sejam baseados num uso sustentável de recursos renováveis e numa avaliação sócio-económica integrada de potências ambientais, fortalecendo a capacidade do governo, autoridades locais e comunitárias, para monitorar e gerir a quantidade e qualidade da terra e dos recursos aquíferos; * Providenciar assistência e mobilizar recursos para incrementar a produtividade e competitividade industriais, assim como o desenvolvimento industrial, incluindo a transferência de tecnologias ambientalmente aceites; * Providenciar apoio na gestão da exploração dos recursos naturais para a geração de rendimentos, para a população vivendo abaixo dos níveis de pobreza; * Introduzir a noção de custos ambientais e a responsabilização sobre os danos ambientais resultantes das actividades nocivas, sem distorcer ou desencorajar os interesses dos negócios e de investimentos por nacionais e estrangeiros; * Promover programas para uma boa, efectiva e eficiente gestão ambiental dos processos de fertilização de solos e controlo de pragas; * Desincentivar o negócio e actividades de desenvolvimento (ou componentes) passíveis de causar danos ambientais significativos. * Melhorar o acesso às fontes alternativas de energia económica e socialmente viáveis e ambientalmente sustentáveis, tomando em consideração as especificidades e circunstâncias nacionais, através da electrificação rural, sistemas de energia descentralizados, incremento do uso de combustíveis gasosos e líquidos, limpos e renováveis, reforçando a eficiência energética; * Melhorar e promover o acesso a tecnologias modernas de uso da biomassa e das fontes de combustível lenhoso, sua distribuição e comercialização, incluindo o uso de resíduos agrícolas, sobretudo nas zonas rurais e onde esta prática seja sustentável; * Apoiar o processo de transição do uso de combustíveis fósseis líquidos e gasosos limpos, onde forem considerados ambientalmente viáveis, socialmente aceitáveis e rentáveis; * Assistir e facilitar, de forma acelerada, a participação em parcerias do sector privado e público, bem como o acesso das pessoas vivendo em situação de pobreza aos serviços de energia fiáveis, economicamente viáveis e ambientalmente e socialmente aceitáveis, visando o melhoramento dos padrões de vida e o alívio à pobreza. | * Aprovada a Política de Género e Estratégia de Implementação * Elaborada a Lei da Proteção Social Básica * Elaborada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável * Elaborados planos de Reassentamento resultantes de actividades económicas * Criado o Fundo Nacional do Ambiente * Aprovada o Programa de Proteção Social Básica * Implementados Programas de Geração de Renda para Mulheres Rurais * Adoptada a Inclusão de Actividades Produtivas e Protecção Social nos Reassentamentos |

### Conhecimento e cultura

A **visão** de Moçambique à médio prazo, apontava para a necessidade de dotar o País de uma população com conhecimentos, informação e cultura suficientes para ajudar a enfrentar os cada vez mais crescentes e complexos problemas do ambiente e do desenvolvimento.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Melhoria na circulação de informação ambiental. * Disponibilização da informação ambiental. * Aumento da capacidade inovativa para intervir para a solução de questões ambientais. * Criadas instituições de ensino específico em matérias de ambiente; * Técnicos em quantidade e qualidade preparados na área ambiental; * Elevado nível de pesquisa e investigação ambientas. * Descentralizar a gestão de alguns recursos prevendo o papel activo da comunidade no seu maneio; * Gestão integrada e utilização comunitária do património cultural | * Estabelecimento de um Centro de Documentação Ambiental integrado no sistema bibliotecário nacional proposto pela Política de Ciência e Tecnologia, que sirva de repositório dos estudos ambientais do país, apoiado por uma biblioteca e um banco de dados informáticos; * Criação de uma Rede nacional de Informação Ambiental, ligando as instituições governamentais e não governamentais. * Promoção de acções de educação ambiental nas indústrias que incidam em temas como o uso racional de energia, água e combustíveis de forma a promover o uso sustentável desses recursos; * Disseminação de tecnologias limpas empregues nas indústrias em revistas e brochuras sobre o meio ambiente; * Incentivar o aproveitamento de resíduos industriais, o uso racional dos recursos naturais, através de palestras e seminários, tanto ao nível da base, isto é, os operários, assim como a nível dos produtores; * Criação do Conselho Científico para o sector ambiental; * Promoção de programas de investigação que visam o conhecimento actual do estado do meio ambiente e a melhoria da qualidade do ambiente no país; * Promover a formação de cientistas capazes de executar e conceber programas de pesquisa ambientas e capazes de avaliar a utilidade e a viabilidade de diversas opções tecnológicas; * Institucionalização de um banco de dados sobre a situação ambiental em Moçambique, incluindo a actualização do inventário de recursos naturais; * Criação de condições para o estabelecimento nas províncias e de centros de acesso à informação de índole ambiental quer através de bibliotecas quer através da forma electrónica. * Desenvolver estudos científicos sobre a relação entre o património cultural e o meio em que este se encontra, de forma a permitir a conservação dos ecossistemas e das entidades culturais locais; * Assistir as comunidades hospedeiras de turismo na gestão das visitas aos seus centros de atracção turística, para tirar o máximo proveito e assegurar que se cause um mínimo de impactos negativos e riscos sobre as suas tradições, cultura e ambiente; * Reconhecer, através de legislação pertinente, os direitos das comunidades locais à partilha dos benefícios resultantes do uso dos recursos naturais, por estas serem as detentoras do conhecimento tradicional, inovações e práticas de gestão tradicionais; * Promover uma participação efectiva das comunidades locais na tomada de decisões e elaboração de políticas referentes ao uso do seu conhecimento tradicional; * Encorajar e capacitar todos os interessados na preservação e uso da biodiversidade, em particular os jovens, as mulheres e as comunidades locais, a contribuírem para a implementação dos objectivos da Convenção sobre a biodiversidade. | * Elaborada a Estratégia Nacional de Educação Ambiental * Estabelecidos Centros de Investigação/Extensão na área do ambiente * Inaugurado o primeiro Centro de Interpretação Ambiental de Moçambique * Estabelecidas Brigadas e Educadores Ambientais * Criados Clubes e Núcleos Ambientais, Comités de Gestão dos Recursos Naturais * Implementados Programas e Iniciativas de Educação Ambiental, em cooperação com agências parceiras, ONGs, Associações e sector privado * Implementado o Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental – PECODA * Capacitados Educadores Ambientais e outros Grupos da Sociedade em matéria de educação ambiental e gestão de recursos naturais * Formados actores-chave da Gestão Ambiental incluindo Órgãos Locais do Estado (Presidentes dos Conselhos Municipais, Técnicos dos Municípios), Associações, ONGs, Líderes Comunitários, Agentes Económicos, Jornalistas, OCBs e Professores * Produzidos e Divulgados Materiais Promocionais sobre a Gestão Ambiental * Promovidas Acções de Educação Ambiental Massiva nas Comunidades * Introduzidos a nível da educação formal, no ensino superior, cursos específicos na área do ambiente * Introduzido nos Curricula do Ensino Básico, matérias específicas relacionadas ao Ambiente |

### Comunidade e Governação

Moçambique esperava, a médio e longo prazos, atingir uma boa governação onde a legalidade e a justiça constituam prioridade, visando a melhoria da segurança pública, tranquilidade e a protecção dos direitos dos seus cidadãos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * A manutenção de uma boa governação no uso gestão e aproveitamento dos recursos naturais. | * Reforço da boa governação, legalidade e justiça na atribuição e concessão do uso dos recursos naturais; * Criação de mecanismos para fazer cumprir as leis relativas à conservação do ambiente, que garantam sancionamento em casos de infracção; * Desenvolvimento na sociedade do espírito de auto-ajuda para a solução dos seus próprios problemas. | * Aprovada a Lei do Direito à Informação que garante às Comunidades acesso a informação ambiental, fundiária e sobre investimentos públicos * Legislação sobre Crimes Ambientais * Aprovada a Directiva sobre a Consulta Pública em projetos com impacto socioambiental * Estabelecido o Instituto Medio de Planeamento Físico (INPF) * Estabelecido o Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia (INFATEC) |

### Equidade

A **visão** de Moçambique, aspirava num futuro a médio prazo, que todos tivessem a oportunidade de beneficiar dos esforços de todos e de puderem desenvolver os seus talentos visando a prosperidade do país, livres de qualquer discriminação, sobretudo de ordem cultural, religiosa, sexual e étnica.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Objectivos** | **Estratégias** | **Desempenho** |
| * Contribuir, através de uma boa gestão do ambiente, para a redução da pobreza absoluta do nível de 70% em 1997 para menos de 60% em 2005 e menos de 50% até 2015. | * Reforçar as capacidades institucionais e técnicas de investigação sobre as inter-relações entre a variável ambiental e as questões socioculturais, económicas e demográficas para o desenvolvimento; * Adoptar políticas e implementar leis que garantam e reforcem o direito ao uso da terra e da água, promovendo a posse legal e reconhecendo a existência de diferentes leis ou sistemas de acesso e posse dos recursos; * Aumentar, nas zonas rurais, as oportunidades geradoras de rendimento e de produtividade, bem como o acesso aos mercados; * Aumentar as capacidades do Governo e da sociedade civil na definição e implementação de projectos e programas de desenvolvimento socioeconómico específicos, que concorram para o uso sustentável dos recursos naturais; * Promover programas específicos para a redução da vulnerabilidade a desastres naturais; | * Implementado o Fundo de Desenvolvimento Económico Local, conhecido por Fundo dos 7.000.000,00 MZN * Aprovadas a Lei de Minas e Lei de Petróleos que reforçam o princípio de canalização de 2.75% de receitas para as comunidades locais * Aprovado Decreto n.12/2002, Regulamento de Florestas e Fauna Bravia, que define a consignação de 20% de qualquer taxa de exploração florestal ou faunística em benefício das comunidades locais; define ainda que 20% das taxas de licenciamento às comunidades locais * Aprovado o Decreto Ministerial n.93/2005, de 4 de Maio que tem por objecto a definição dos mecanismos de canalização e utilização dos 20% do valor das taxas consignadas a favor das comunidades locais, prevê a divisão equitativa dos fundos pelas comunidades beneficiárias independentemente do seu tamanho. |

## Despesa Pública e Mecanismos de Financiamento ao Sector do Ambiente

### Mecanismos de Financiamento ao Sector do Ambiente

As actividades do sector ambiental são actualmente financiadas por meio de dois principais mecanismos, sendo o primeiro, a fonte interna (Orçamento do Estado) e o segundo, as fontes externas, como abaixo descrito:

* **Orçamento do Estado,** que assegura a cobertura das despesas de funcionamento e investimento público, que inclui as Receitas geradas por actividades de gestão ambiental, tais como:
  + Taxas sobre concessões para a exploração de recursos naturais (como florestas, recursos naturais e pescas);
  + Taxas de licenciamento ambiental;
  + Taxas provenientes do registo de consultores qualificados para realizar Estudos de Impacto Ambiental e para a elaboração de instrumentos de ordenamento do território por parte de entidades privadas;
  + Multas provenientes de sanções e penalizações decorrentes de infracções;
  + Pagamentos por Reduções de Emissões do Mecanismo de Parceira de Carbono Florestal ([*Forest Carbon Partnership Facility*](https://www.forestcarbonpartnership.org/) - FCPF), no âmbito do REDD+.
* **Fontes externas**, direccionadas ao investimento público, comportando:
  + Fundos provenientes de parceiros e agências de cooperação quer de forma directa quer por via de parceiros de implementação;
  + Green Climate Fund (GCF), ou Fundo Verde para o Clima, é um mecanismo financeiro criado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC) com o objectivo de ajudar países em desenvolvimento a responder as mudanças climáticas;
  + Global Environment Facility (GEF), que está a apoiar activamente Moçambique em áreas como adaptação às mudanças climáticas, conservação da biodiversidade, resiliência dos ecossistemas e gestão de resíduos eletrónicos, através de diversos projectos com foco nacional e regional;
  + Blue Action Fund: Financia projetos implementados por ONGs para conservar o oceano e melhorar os meios de subsistência das comunidades costeiras.

Os Fundos do orçamento Geral do Estado são disponibilizado por via do Tesouro no Ministério das Finanças. Este fundo tem assegurado as despesas com o pessoal, uma parte das necessidades em bens e serviços. Adicionalmente, o Tesouro tem disponibilizado fundos de investimento visando a expansão de infra-estruturas, bem como o pagamento de serviços de vária ordem que incluem acções de planeamento, infra-estruturas de protecção costeira em particular, combate a desertificação e resposta a emergências derivadas de desastres naturais e climáticas.

Em apoio a estas duas fontes, os sectores foram desenvolvendo regulamentação específica que resultou em outros mecanismos mais rápidos, flexíveis e eficazes de angariação de fundos como foi o fundo do Ambiente (FUNAB) que aglutinou fundos provenientes de receitas e taxas de ordem ambiental e climático bem como dos parceiros de cooperação e dos acordos ambientais multilaterais incluindo instituições financeiras internacionais.

Como desenvolvimento do sector do mar foi criado o Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul cuja acção complementa acção do actual Fundo para o desenvolvimento Sustentável (FNDS) bem como o Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural na vertente marinha. Por outro lado, o Fundo Mineiro e o Fundo Nacional para a Pesquisa e Exploração de Hidrocarbonetos constituem uma das potenciais fontes imediatas para o reforço do financiamento aos sectores de ambiente em geral a medir pelo impacto as actividades destes sectores no ambiente.

O Ministério de Planificação e Desenvolvimento hospeda o Gabinete de Financiamento Climático do qual o Relatório de revisão Institucional do MTA recomenda a capitalização de experiências deste sector e a sua expansão para outros mecanismos de mobilização de fundos.

Embora não se conheça a ordem de grandeza dos valores alocados para estas áreas, acredita-se que estejam muito abaixo das reais necessidades, o que tem aberto espaço para um crescente aumento de fontes externas ao Estado. Por outro lado, a actual arquitetura financeira para o ambiente e mudanças climáticas não tem estado à altura de explorar o potencial financeiro oferecido pela banca de investimento operando no país, bem como pelo investimento do sector privado e pelas diversas modalidades de investimento que poderão ser desenvolvidas tanto ao nível nacional como regional e internacional.

Neste contexto, aumentar o volume e diversificar as fontes de financiamento ao ambiente e clima requer, entre outras acções, o um desenvolvimento institucional acentuado para alavancar as capacidades de colecta de receita e mobilização de recursos financeiros e tecnológicos que, de acordo com a Revisão Institucional do MTA, associando a estes esforços, o de identificação e elaboração de projectos, poderão fortalecer a elegibilidade da Instituição como Agência Acreditada, para a preparação e submissão de projectos através dos MEA e outros mecanismos de parcerias e cooperação internacional.

Entretanto, a existência destas variadas fontes de financiamento á acção ambiental e climática poderá requer ainda a criação de uma plataforma de coordenação de financiamentos ao nível da área de ambiente, que estabelecerá contactos e diálogo permanentes, com as diversas fontes incluindo o sector privado nacional e internacional e, incentivará a identificação e exploração de fontes adicionais de financiamento incluindo a filantropia.

### Despesa do Sector do Ambiente

A despesa pública direccionada ao sector do ambiente em Moçambique tem um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável, conservação dos recursos naturais e mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Conceptualmente, a despesa do sector ambiental deve ser contabilizada incluindo as intervenções tanto o Ministério que superintende o ambiente, respectivos órgãos tutelados e subordinados, bem como a intervenção dos outros sectores na gestão transversal do ambiente, contudo, comparação entre fontes de dados não é tarefa fácil, pois as diferenças em termos de abrangência e de âmbito dos sistemas de classificação dificultam a agregação da informação proveniente das várias fontes e, a partir delas, produzir uma estimativa exacta da despesa pública ambiental global (Cabral e Francisco, 2008).

De acordo com o estudo sobre instituições, despesa pública e o papel dos parceiros no sector ambiental (Cabral e Francisco, 2008), estima-se que o Sector do Ambiente, incluindo o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), respectivos órgãos tutelados e subordinados (Fundo do Ambiente /FUNAB, Centros de Desenvolvimento Sustentável, Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental), bem como a intervenção dos sectores do MOPH, MITUR, MINAG na gestão transversal do ambiente, não ultrapassaram 1,2% da despesa global do Estado em 2007, uma cifra relativamente inferior ao volume de financiamento que o Banco Mundial recomenda em relação à dotação orçamental que os países em vias de desenvolvimento deveriam despender no ambiente que é entre 1,4 e 2,5% do PIB, conforme a figura abaixo.



Figura 2: Dotação Orçamental ao Sector do Ambiente em 2007

Dados de 2015 a 2022, indicam que o orçamento total alocado ao MITADER/MTA e aos órgãos subordinados e tutelados, foi de 1.8 mil milhões de meticais em 2015 tendo atingido os 4.1 mil milhões de meticais em 2022, um incremento de mais que o dobro. Contudo, os dados sobre a dotação orçamental não incluem outros sectores que concorrem para a gestão ambiental tal como indicado nos dados de 2007.

O aumento verificado na dotação orçamental ao MITADER/MTA, no período em análise, representa em média 0.5% do PIB, abaixo do recomendado. Importa salientar que esta cifra reduz para uma média de 0.3% se considerado o orçamento executado. Importa ainda destacar que do orçamento total alocado de 2015 a 2022, 74% é proveniente de fontes externas e apenas 26% do Orçamento de Estado, o que representa uma maior dependência de fontes externas para a prossecução da agenda ambiental em Moçambique.

## Constatações Sobre o Desempenho do Sector Ambiental

Nos últimos 30 anos, à luz das directrizes da PNA, constatam-se avanços significativos na gestão ambiental em Moçambique, partindo de uma base em que a ausência de quadros qualificados, a compreensão e visão comuns sobre o tratamento das matérias ambientais no país era inexistente, resultando numa intervenção “*ad hoc*”.

De entre os principais elementos que evidenciam os avanços na gestão ambiental, ressaltam os seguintes:

* Formação de quadros qualificados para o sector
* Surgimento de cursos específicos relacionados ao ambiente a todos os níveis
* Introdução de Matérias relacionadas ao ambiente nos currícula escolares
* Institucionalização do sector do ambiente
* Descentralização e desconcentração do sector do ambiente
* Adopção da gestão transversal do ambiente como directiva nacional
* Produção de legislação e pacotes regulamentares pertinentes à gestão ambiental
* Reforço da consciência ambiental a todos os níveis por via da Educação e Divulgação Ambiental
* Implementação de Mecanismos e iniciativas tendentes a reduzir os impactos ambientais resultantes das actividades económicas
* Adopção de Mecanismos de responsabilidade ambiental corporativa no sector privado
* Adesão e alinhamento das prioridades ambientais do País à agenda ambiental global e regional
* Elaboração de Políticas e Estratégias Sectoriais pertinentes à gestão transversal do ambiente
* Rápida resposta do País aos desafios ambientais emergentes tais como mudanças climáticas, transicção energética, economia azul, entre outros

Apesar dos avanços significativos na implementação da PNA, importa salientar alguns constrangimentos influenciaram negativamente o desempenho do sector, a destacar:

* Fraca dotação orçamental Pública ao sector
* Grande incidência da pobreza resultando em maior pressão sobre os recursos naturais
* Eventos climáticos extremos contribuíram negativamente para a desestabilização do tecido social e na degradação precoce de bens públicos e privados
* Incidência e aumento de crimes ambientais, apesar da aprovação de legislação específica
* Impunidade em relação aos prevaricadores na implementação de instrumentos de ordenamento do território
* Fraca implementação das Políticas e Estratégias Sectoriais e, instrumentos de ordenamento do território

No computo geral, a seguir apresenta-se a tabela resumo da avaliação da implementação da Política por directrizes.

**Tabela 1:Quadro resumo da avaliação da implementação da Política por directrizes**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Directrizes da PNA** | | **Desempenho** | |
| 1. Aspectos institucionais | Criação do Ministério e respectivos órgãos centrais e provinciais |  | Criado o MICOA, MTIDAER, MTA, MAAP; Direcções Provinciais, Serviços Provinciais; Institucionalizada a área do ambiente nas Autarquias e Distritos., entre outros. |
| Dotação financeira |  | Fraca dotação financeira pública. Muito abaixo do internacionalmente recomendado. |
| 2. Aspectos legais | |  | Lei do Ambiente; Regulamento sobre AIA e Auditoria; Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental; Legislação sectorial; entre outros |
| 3. Integração dos aspectos ambientais na planificação sócio-económica | |  | EADS enfatizando a gestão transversal; Unidades Ambientais nos sectores; capacitações aos decisores sobre a Agenda 21; entre outros. |
| 4. Desenvolvimento de políticas sectoriais | |  | Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES), órgão do Conselho de Ministros, responsável por assegurar a Coordenação da Gestão Ambiental a nível de todos os Ministérios; entre outros. |
| 5. Educação e divulgação ambiental (formal e não-formal) a todos os níveis | |  | PECODA; ENEA; Aspectos ambientais nos curricula; cursos específicos de ambiente a nível médio e superior; vários pragramas e iniciativas de educação ambiental; entre outros. |
| 6. Formação de profissionais ambientais | |  | Atribuídas mais de 50 bolsas de estudo a jovens graduados no pré-universitário dentro e fora do país; Criado o IMPFA; entre outros. |
| 7. Investigação, monitoria ambiental e banco de dados | |  | Ensaiada a Criação do SIGA; Cadastro Mineiro; Sistema de Gestão de Informação de Terras; entre outros. |
| 8. Papel da Mulher, Comunidade e sector privado | |  | Aprovada a EADS que identifica o papel específico de cada um dos actores acima elencados, na gestão ambiental;  Criadas diversas plataformas de diálogo, de actuação e articulação com o Governo agregando as comunidades, o sector privado e Mulheres, bem como Jovens e outros grupos de interesse.   * Núcleos e Clubes Ambientais * Conselhos Comunitários de Gestão de Recursos Naturais |
| 9. Cooperação internacional | |  | Adesão e ractificação de várias convenções e acordos; apoio multiforme Bilateral e Multi-lateral na área do ambiente; Moçambique foi identificado como campeão de gestão do risco de desastres a nível da União Africana; Hospeda o Centro Regional de Coordenação de Monitoria, Controlo e Fiscalização de Pescas da SADC (SADC MCS CC) em Katembe; entre outros. |

**Legenda:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Satisfatório |  | Não satisfatório |

# Sistema de Gestão de Informação Ambiental

## Contextualização

A modernização da Administração Publica em Moçambique tem merecido prioridade absoluta por parte das autoridades, assumindo que a implementação de iniciativas e serviços com recursos às TIC-Tecnologias de Informação e Comunicação, conferem maior celeridade e qualidade aos serviços prestados ao cidadão. Nesta base, o governo criou o INAGE – Instituto Nacional do Governo Electrónico, o braço tecnológico do Estado, com atribuições especificas na modernização da administração publica com recurso às TIC, no âmbito da Reforma da Administração Publica. O mandato deste Instituto visa fundamentalmente a coordenação e implementação de sistemas de governo electrónico, salvaguardando a disponibilidade ininterrupta dos serviços prestados na administração publica ao cidadão, através da criação de uma infraestrutura robusta e fiável de provisão de serviços de TI-Tecnologias de Informação, através dos Centros de Dados do Governo. Compete ainda a este órgão, a responsabilidade pela segurança cibernética, coordenando e implementando medidas que visam a prevenção, o tratamento e a resposta a incidentes cibernéticos. Assim o estabelecimento do Sistema de Informação para a Gestão Ambiental, sobre o qual se aborda abaixo, deve ser enquadrado como o esforço do Sector do Ambiente na prestação de serviços ao publico e outros interessados com recurso as TIC.

## Sistema de Informação para a Gestão Ambiental

O estabelecimento do Sistema de Informação para a Gestão Ambiental, incluindo o Laboratório Ambiental em Moçambique, tem figurado como prioridade absoluta desde os primórdios da implementação da Politica Nacional do Ambiente em 1995, partindo do principio de que a disponibilização regular de dados sobre as principais componentes ambientais, permite a correcta planificação das actividades do sector e a tomada de decisões assertivas por parte dos decisores, em resposta aos grandes desafios ambientais de que o pais enferma.

Nesta base, o governo e outros actores-chave na gestão ambiental, tem envidado esforços com vista ao estabelecimento de sistemas de informação sectoriais que de forma regular procedem a recolha, analise, sistematização e disponibilidade de informação de interesse publico e de outros interessados De entre os Sistemas operacionais a nível central e provincial desenvolvidos pelos outros os sectores, destacam-se: (i) SIGIT-Sistema de Gestão de Informação de Terras, (ii) SIF-Sistema de Informação Florestal, (iii) SIBMOZ-Sistema de Informação sobre Biodiversidade, (iv) Cadastro Mineiro, (v) Sistema de Aviso Prévio Baseado na Comunidade, entre outros. Contudo, o estabelecimento de um Sistema de Informação para a Gestão Ambiental (SIGA) funcional ainda não se tornou realidade. A inexistência do SIGA constitui um revés no papel do Ministério, responsável pela gestão do ambiente, que como se sabe, assume um papel transversal. A seguir são descritas as iniciativas de estabelecimento de Sistemas de Informação que concorrem para uma correcta gestão ambiental.

## SIGIT – Sistema de Gestão de Informação de Terras

O SIGIT, armazena dados geográficos, dados de identificação do cidadão, dados do processo, planos de exploração e taxas de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) e permite gerir todo o ciclo de vida do processo e da parcela de terreno nomeadamente transmissões, desanexações, expansões, revogações, demarcações, fiscalizações, emissão de títulos, delimitação de terras comunitárias.

## SIF-Sistema de Informação Florestal

O SIF é um Sistema Digital virado essencialmente a facilitar a gestão e administração dos recursos florestais, de forma moderna. Trata-se essencialmente de um acervo de dados sobre a cobertura florestal em Moçambique, incluindo o potencial florestal existente por espécie, corte admissível por cada espécie, mapeamento das concessões florestais por tipo, dados sobre a degradação florestal, e mapeamento das iniciativas de reflorestamento em curso no país.

## SIBMOZ-Sistema de Informação sobre Biodiversidade

Trata-se de uma plataforma (portal), na qual estão disponíveis informações relevantes sobre espécies, locais e acervo documental sobre a protecção da biodiversidade. Através da iniciativa, pretende-se que o país tenha conhecimento sobre as riquezas existentes para melhor tomada de decisões acerca da matéria. O Sistema de Informação de Biodiversidade em Moçambique (SIBMOZ) é uma iniciativa integrada no programa CONNECT que, além de Moçambique, engloba Gana e Uganda. Encabeçado pelo Ministério da Terra e Ambiente, pretende garantir que o país tenha uma plataforma de referência para a gestão de informação sobre a biodiversidade.

## Sistema de Aviso Prévio Baseado na Comunidade

Moçambique é um dos países mais vulneráveis do mundo ao impacto das mudanças climáticas. Graças a um novo sistema de aviso antecipado, o país está mais bem equipado para detectar potenciais eventos climáticos extremos, tomar medidas atempadas e minimizar os seus impactos nas vidas das pessoas. Brigadas comunitárias locais sensibilizam e alertam as comunidades sobre perigos iminentes, ajudando-as a prepararem-se e a manterem-se seguras durante eventos climáticos extremos.

Estes comités locais são formados e equipados para melhorar a preparação e a resposta a catástrofes, e coordenam com as diversas plataformas que divulgam mensagens de alerta antecipado. Estas incluem avisos por SMS emitidos através da *Datawinners* (uma plataforma digital que reduz o tempo entre a recolha de dados e a tomada de decisões), rádios comunitárias e provinciais, bem como as brigadas do ICS que realizam campanhas de comunicação porta-a-porta.

## Cadastro Mineiro

O Cadastro Mineiro de Moçambique, constitui uma ferramenta para a correcta gestão e monitoramento do sector mineiro no país. O Cadastro visa essencialmente melhorar a transparência, reduzir a corrupção, facilitar o ambiente de negócios no sector. O portal publico do Cadastro inclui todos os minerais e contratos de mineração do Estado, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e sustentável em Moçambique. Para alem deste aspecto, o sector mineiro aposta na actualização do sistema de cadastro, baseado em *e-government*.

## BAU – Balcão Único de Atendimento

Plataforma Integrada de Prestação de Serviços ao Cidadão. Os balcões de Atendimento Único, são unidades concentradas de prestação de serviços públicos, onde o cidadão, em geral, beneficia-se de vários serviços, obtendo respostas as suas preocupações, dentro dos prazos estabelecidos, incluindo o Licenciamento Ambiental e a abertura de empresas de prestação de serviços na área ambiental.

## e-Sistafe – Sistema de Administração Financeira do Estado

Plataforma informática que operacionaliza o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE). O e-SISTAFE, compreende módulos e funcionalidades que atendem os procedimentos da gestão das finanças públicas. O SISTAFE foi criado pela Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, tendo sido regulamentado pelo Decreto n.º 23/2004, de 20 de Agosto, onde estão contidas as principais normas de gestão orçamental, financeira, patrimonial, contabilística e de controlo interno do Estado. O SISTAFE estabelece e harmoniza regras e procedimentos de programação, gestão, execução e controlo do erário público, de modo a permitir o seu uso eficaz e eficiente, bem como produzir a informação de forma integrada e atempada, concernente à administração financeira dos órgãos e instituições do Estado.

## e-Tributação – O novo Sistema de Administração de Impostos

Operacionaliza a gestão de contribuintes através da atribuição flexível do Número Único de Identificação Tributária (NUIT) e gestão de impostos internos. A tributação tem em vista a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e promove a justiça fiscal, igualdade de oportunidades e a necessária redistribuição da riqueza e do rendimento, através do pagamento do imposto para o Orçamento Geral do Estado que tem natureza unilateral e obrigatória.

## Constatações

Constata-se um notável esforço no estabelecimento de Sistemas de Informação pelos diversos actores na gestão ambiental e na prossecução da agenda da governação electrónica, contudo o estabelecimento de um Sistema de Informação para a Gestão Ambiental (SIGA) funcional, que agregue e conecte estas diversas áreas, constitui uma fraqueza na implementação da gestão transversal do ambiente em Moçambique rumo ao desenvolvimento sustentável. A inexistência do SIGA consubstancia um revés no papel do Ministério, responsável pela gestão transversal do ambiente. Para ilustrar o quadro prevalecente baseando-se nas constatações da Avaliação Ambiental Estratégica da Costa de Moçambique, realizada em 2012 pelo então MICOA, verificou-se casos de sobreposição de direitos de uso e aproveitamento de terra conflituando com as Áreas Prioritárias de Investimento Turístico, Concessões Florestais, com Concessões de prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos em áreas de conservação, só para citar alguns exemplos, como o indicado na figura abaixo.

***Mapa de Concessões para diferentes actividades na zona centro de Moçambique***

**A map of the coast of the ocean

AI-generated content may be incorrect.**

Fonte AAE,MICOA,2012

Este mapa atesta a necessidade de interconectividade entre os diferentes sistemas de informação por forma a reduzir eventuais conflitos entre os concessionários, o que atesta a necessidade e urgência do SIGA.

# Indicadores Ambientais

Na Política Nacional do Ambiente (PNA), aprovada em 1995, os indicadores utilizados eram ainda limitados em número e profundidade, refletindo o contexto institucional, técnico e sócio-económico da época. No entanto, a PNA estabeleceu linhas orientadoras para a monitoria da qualidade ambiental, propondo categorias e áreas prioritárias que mais tarde seriam traduzidas em indicadores específicos nos planos, estratégias e relatórios.

Em 2009, em Sessão de Conselho de Ministros, foi aprovado um conjunto de indicadores ambientais temáticos para avaliar o estado, a pressão e a resposta ambiental no país, sistematizados no 1º Compêndio de Estatísticas Ambientais, agregados em 7 grupos, conforme se segue:

|  |  |
| --- | --- |
| **Grupo de Indicadores** | **Indicadores** |
| **Indicadores demográficos** | * Taxa de crescimento populacional * Densidade populacional por província * Taxa de urbanização * Índice de pobreza multidimensional |
| **Indicadores de recursos naturais e uso da terra** | * Taxa de desflorestamento * Área de florestas plantadas * Número de incêndios florestais registados * Áreas de conservação criadas ou ampliadas * Utilização de terras para agricultura e mineração |
| **Indicadores de Recursos Hídricos** | * Acesso à água potável * Qualidade da água superficial e subterrânea * Ocorrência de eventos de seca e cheias * Extração de água por sector (urbano, agrícola, industrial |
| **Indicadores de Qualidade do Ar e Energia** | * Fontes de poluição atmosférica (industriais e domésticas) * Emissões de gases de efeito estufa (GEE) * Consumo de energias renováveis vs. não renováveis * Utilização de fogões melhorados |
| **Indicadores de Biodiversidade** | * Espécies ameaçadas de extinção * Perda de habitat * Número de áreas de conservação por categoria * Casos de caça furtiva registados |
| **Indicadores de Ambiente Urbano e Resíduos** | * Produção de resíduos sólidos urbanos per capita * Percentagem de resíduos recolhidos e tratados * Presença de lixeiras a céu aberto * Existência de aterros sanitários funcionais |
| **Indicadores de Mudanças Climáticas e riscos ambientais** | * Número de eventos climáticos extremos (ciclones, secas, cheias) * Número de pessoas afetadas por desastres * Existência de planos de adaptação locais * Mecanismos de alerta precoce operacionais |

Os indicadores acima apresentados, constituem a base para a elaboração do 1⁰ e 2⁰ Relatórios do Estado do Ambiente, sumarizados no **capítulo 6**.

# O Estado do Ambiente em Moçambique

A presente avaliação baseia-se nas constatações do 1º Relatório do Estado do Estado Ambiente, aprovado na 18ª Sessão do Conselho de Ministros em 2011, do 2º Relatório elaborado em 2018, bem como outra informação relevante e actualizada. Ambos Relatórios seguiram a metodologia universalmente adoptada, baseada no modelo que destaca a cadeia de ligações entre as Forças impulsionadoras (factores culturais, socioeconómicas globais e locais), as Pressões (as actividades humanas), o Estado (físico, químico e biológico), os Impactos (nos ecossistemas, nos recursos, na saúde humana e no meio ambiente em geral) e, as Respostas do governo (políticas, legislação e intervenções diversas a nível institucional e da sociedade civil).

A avaliação aborda os seguintes temas, que constituem a base da caracterização do Estado do Ambiente em Moçambique, como se segue: (i) Ambiente e Desenvolvimento Economico, (ii) Transportes, (iii) Terra (iv) Actividade Agrária, (v) Recursos Florestais (vi) Biodiversidade, (vii) Ecossistemas Marinhos e Costeiros, (viii) Pescas, (ix) Recursos Hídricos (x) Sector Industrial, (xi) Sector de Mineração, (xii) Energia, (xiii) Qualidade Ambiental, (xiv) População, (xv) Pobreza e Ambiente, (xvi) Mudanças Climáticas e Gestão de Risco de Desastres. Abaixo apresentamos o detalhamento da situação ambiental de cada componente ambiental referidas.

## Ambiente e Desenvolvimento Económico

Desde a Conferencia de Estocolmo em 1972, reforçada pela Conferencia da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, o planeta assume que o desenvolvimento económico sustentável, depende exclusivamente de uma sabia gestão ambiental. Este pressuposto, parte do princípio de as actividades económicas, são dependentes do uso de recursos naturais (terra, água, floresta, recursos minerais, recursos humanos e faunísticos, de entre outros). O processo produtivo que alicerça o desenvolvimento económico, cuja viragem acontece com a revolução industrial no seculo XVIII, trouxe mudanças significativas em todo o planeta, desde os assentamentos humanos, o consumo humano, o consumo de matérias-primas, a poluição e as consequentes mudanças estruturais no clima a produção, o consumo e disposição dos resíduos, ocorrem no ambiente. Por conseguinte, existe a necessidade de serem examinados, em simultâneo, tanto os indicadores económicos como os ambientais, de modo a ser determinado o impacto das diversas actividades económicas sobre o ambiente.

No que toca a relação intrínseca entre ambiente e desenvolvimento económico, aponta-se vários exemplos da correlação entre os dois indicadores como se segue. Na análise entre o período de finais da década de 1990, e, apos Moçambique beneficiar do perdão da divida, bem como clima favorável (precipitação, ciclones e secas), o pais testemunhou um crescimento económico notável, chegando a 2 dígitos, numa média de 7,4% ao ano. Infelizmente, este período veio a ser bruscamente interrompido pela pior cheia de que se tem registo no país, no ano de 2000. Este indesejável fenómeno natural afectou profundamente a economia, reduzindo o PIB de 7,4% em 1999 para apenas 2% para alem de ter causada centenas de mortes e destruição sem precedentes de infraestruturas publicas e privadas. Ainda na esteira da vulnerabilidade do País aos choques climáticos testemunhamos nos últimos entre 1960 à 2025, um incremento no número de ciclones que causaram mortes e danos severos na economia, tendo o Ciclone Idai que devastou a região centro do país, em 2019, sido o considerado mais demolidor e mortífero, com um saldo de mais de 600 mortos, para alem de danos severos em infraestruturas em toda a região central do país, sendo a Cidade da Beira o epicentro deste desastre natural. Por conseguinte o desenvolvimento económico de Moçambique tem sido ciclicamente afectado pelos efeitos adversos do clima, sendo apontado na bibliografia, como o 4º pais mais vulnerável aos choques climáticos. Como resposta a esta situação, o governo determinou que o país embarque na adaptação, mitigação e resiliência climática em todo o processo produtivo e de desenho e implementação de infraestruturas cruciais ao desenvolvimento económico.

## Transportes

O sector dos transportes em Moçambique integra os transportes aéreos, ferroviários, marítimos e rodoviários. Na análise do impacto destas infraestruturas sobre o ambiente, tomamos como indicadores (i) o grau de desenvolvimento tecnológico dos meios usados em cada actividade versus sinistralidade, (ii) o número de unidades que operam no país, e (iii) o tipo de energia empregue e (iv) as formas de tratamento dos resíduos por estes produzidos. Estes indicadores nos levaram a avaliar o contributo do sector de transportes para a poluição ambiental.

### Transporte Aéreo

No que se refere ao transporte aéreo, os nossos entrevistados garantiram que os meios usados respondem aos meios modernos utilizados a nível global, pecando apenas pela continua redução numérica, contudo o índice de sinistralidade e bastante baixo, o que atesta o alto nível de segurança observado neste sector. Dada a incipiência do sector de transporte aéreo no nosso país, assume-se que o seu contributo na qualidade ambiental e simplesmente nulo.

### Transporte Rodoviário

Relativamente ao transporte rodoviário, os dados indicam que o parque automóvel tem vindo a crescer significativamente nos últimos anos. Os dados indicam que de 374.358 automóveis em 2010, o parque automóvel passou para 735.954 em 2017, estimando-se que hoje ultrapasse 1 milhar de unidades. Os dados de 2017 indicavam o registo de 469.319 veículos ligeiros e 167.627 pesados; 67.932 tractores; 19.569 reboques; e 11.507 motos.

Atendendo ao facto de que o parque automóvel em Moçambique e quase exclusivamente composto por viaturas importadas em 2ª e já com muitos anos de uso, movidos a combustíveis fosseis, como o diesel e gasolina, sendo reduzida a percentagem de viaturas que usam gás natural de que o pais se vangloria de deter grandes potencialidades, bem como o facto de o parque automóvel se concentra nas grandes Cidades particularmente Maputo, Beira e Nampula, os alarmes sobre o impacto deste na qualidade do ambiente nestes centros urbanos não pode ser subestimado. Na ausência de dados sistematizados, o alarme aqui colocado e qualitativo, baseando-se no facto de que não há evidencias sobre o destino adequado que se da aos óleos queimados extraídos dos motores aquando da revisão e aos pneus apos a sua vida útil.

Outrossim, apesar de várias tentativas frustradas, e salvo raras excepções como o caso de Quelimane, baptizada como a Cidade das Bicicletas, o uso de meios de transporte activos como a caminhada e a bicicleta não tem estado a vingar no país, agravado pelo colapso na provisão do transporte publico colectivo de passageiros, leva a alarmes graves neste sector do ponto de vista ambiental. Estima-se que na Cidade de Maputo que alberga 45% da população urbana de Moçambique, a contribuição do transporte publico colectivo de passageiros não ultrapassa os 10%, relegando os restantes 90% a operadores privados, que por sua vez pautam por um serviço classificado como péssimo em todas as vertentes pelos utentes.

### Transporte Marítimo

Apesar dos 2700 Km de costa e inúmeros rios de curso permanente, o transporte marítimo e fluvial em Moçambique, depois de testemunhar uma situação de colapso, na década de 1980, nos últimos anos, tem timidamente ensaiado melhorias, contudo o mesmo cinge-se ao transporte de mercadorias ao longo da costa. A preocupação ambiental neste sector, advém dos cargueiros petroleiros que demandam a nossa costa. Várias são as denuncias publicas relativas a deficiente gestão dos acidentes e derrames de petróleo, causadores de danos irreversíveis aos ecossistemas costeiros, mas, com poucos casos de sancionamento reportados pelas autoridades. Para ilustrar a situação recuamos para o caso do petroleiro Katina P, envolvido num grave acidente em 1990, que apos problemas técnicos na embarcação, terá se aproximado da costa do Distrito de Marracuene, tendo derramado 700.000 toneladas de crude, afectando a vida marinha e as populações circunvizinhas, particularmente os pescadores. Felizmente e apos várias démarches na Justiça Internacional, Moçambique terá sido ressarcido dos danos. Com os crescentes investimentos na prospeção e exploração de petróleo e gás a monitoria do ambiente marinho e costeiro afigura-se como prioridade absoluta do sector do ambiente.

### Transporte Ferroviário

Moçambique assume o papel de liderança do sector de transportes na SADC, dado o seu papel de através dos seus conhecidos 3 Corredores, assegurar o escoamento de mercadorias da costa para os países do *hinterland*. Os alarmes em relação ao ambiente nesta actividade centra-se no tipo de energia empregue nas locomotivas, bem como na recolha, tratamento e deposição dos óleos dos motores das locomotivas a diesel, apos o serem descartados apos a sua vida útil. Felizmente nos últimos anos, nota-se uma crescente substituição das antigas locomotivas movidas a diesel por novas unidades electricas, o que contribui para uma boa contribuição na qualidade do ambiente.

## Terra

O desenvolvimento agrário é uma prioridade em Moçambique. As recentes iniciativas no âmbito da Revolução Verde marcam a reafirmação desta vontade política, estabelecendo o guião orientador para o desenvolvimento do sector agrário do país. O empenho político é evidente a vários níveis de governação dando a visão estratégica para o sector.

As linhas mestres contidas no documento da Revolução Verde, aprovado pelo Conselho de Ministros em 2007, foram produzidas num momento particular marcado pela instabilidade mundial nos preços de petróleo e pela crise económica mundial, que perigavam o cumprimento do primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM), nomeadamente a redução da incidência da fome pela metade até ao ano de 2015.

Muito recentemente, o Governo elaborou o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2010-2019, dando uma visão de médio/longo prazo para o sector. O PEDSA sistematiza o leque de orientações estratégicas para a agricultura, com particular destaque para a estratégia da Revolução Verde, Estratégia de Investigação, Programa Nacional de Extensão Rural, Estratégia de Reflorestamento, Plano Nacional de Florestas, Estratégia de Irrigação, Plano de Acção para a Produção de Alimentos, entre outros.

A implementação do PEDSA materializa-se através dos planos quinquenais e planos económicos e sociais, nomeadamente, o Plano Quinquenal 2010-2014, recentemente aprovado, que harmoniza os esforços no sector para introduzir melhorias significativas no uso e aproveitamento da terra, água e florestas, tendo como alvo alcançar a meta de desenvolvimento do milénio.

A economia moçambicana atingiu uma média de crescimento do PIB de cerca de 7% na última década. Em consequência, a incidência da pobreza absoluta caiu de 69%, em 1997, para 54%, em 2003. Apesar destes resultados encorajadores, prevalecem desafios que se reflectem na insegurança alimentar, baixa renda das famílias e desemprego. O sector agrário figura como pilar da economia nacional, com uma participação no PIB de 22% em 2009 (INE). Nos últimos 10 anos, a participação da agricultura no PIB tem sido, em média, de aproximadamente 25%. A queda da contribuição da agricultura no PIB não indica necessariamente uma alteração estrutural do sector económico, mas sim um papel preponderante dos megaprojectos (MOZAL e indústria extractiva: gás de Pande e Temane e areias pesadas de MOMA), não significando necessariamente um sinal de baixo desempenho do sector agrário.

Por outro lado, a taxa de crescimento da agricultura no PIB tem variado bastante em consequência dos efeitos nefastos das mudanças climáticas, com particular realce para as variações pluviométricas de uma campanha para outra, uma vez que mais de 98% das explorações agrícolas no país praticam culturas de sequeiro.

As exportações do sector representam apenas 16% do total das exportações, uma cifra baixa se olharmos para o potencial do sector. Apesar do considerável crescimento da produção agrícola nos últimos anos, o país continua a ser um grande importador de produtos agrícolas para suprir os défices internos.

**Terra arável e a Actividade Agrária**

O país possui terra e condições naturais para, a longo prazo, desenvolver um sector agrário diversificado e dinâmico. De uma forma geral, essas condições podem ser ilustradas no seguinte:

* 799 380 km2 de superfície, com uma extensão de costa de 2 700 Km.
* 36 milhões de ha de terra arável, dos quais menos de 10 % estão sendo presentemente cultivados;
* 3,3 milhões de ha irrigáveis dos quais somente cerca de 50 000 ha (0,13%) são actualmente irrigados;
* 104 bacias hidrográficas;

Dentre os países da África Austral, Moçambique possui o maior potencial de produção agrária. Os solos são geralmente férteis, contendo mais húmus que a maior parte do continente (PEDSA, 2010-2019). Possuem uma combinação ideal de boa drenagem e boa retenção de humidade. Dos 3 300 000 hectares de terra arável em uso, 90% são usados pelo sector familiar.

A teoria do desenvolvimento indica que as economias crescem através da migração dos recursos humanos e materiais do sector primário (agricultura e extracção de recursos) para a indústria e serviços. No caso moçambicano, a migração campo-cidade não tem necessariamente resultado na absorção destes recursos pela indústria, mas sim pelo crescimento dos sectores terciário e informal das zonas urbanas.

Com cerca de 30% da população nacional a viver em zonas urbanas e com uma taxa de crescimento de cerca de 4% ao ano, estima-se que a população urbana atinja a cifra dos 45% em 2020. Estas projecções sugerem aumento na demanda de alimentos nos próximos 10 anos, o que impõe urgência na busca de soluções para a disponibilização destes.

Do ponto de vista de potencial, Moçambique possui 10 zonas agro-ecológicas com diferentes aptidões, geralmente definidas pela precipitação e tipo de solos. As distintas zonas agro-ecológicas podem ser agrupadas em três grandes zonas: Norte, Centro e Sul.

As zonas Norte e Centro de Moçambique possuem um bom potencial agrícola e bacias hidrográficas com regimes de escoamento mais permanentes do que no Sul, sendo as que detêm maior potencial florestal e terras aptas para o reflorestamento.

A zona Sul é caracterizada por solos arenosos, pobres, com um regime de precipitação irregular e de baixas quantidades, sendo pouco favorável para a agricultura de sequeiro. A actividade agrária mais importante nesta zona é a pecuária.

De uma forma geral, o país apresenta uma cobertura de floresta (densas, decíduas, abertas, mangais, áreas inundadas) representando cerca de 46% do território nacional.

Em segundo lugar, figuram as formações lenhosas que ocupam 19% do território nacional. A agricultura ocupa o terceiro lugar com cerca de 15%.

Em quarto lugar, figuram as pradarias com cerca de 12% da área total do país, sendo que outras áreas, incluindo as áreas urbanas, representam apenas 3%.

**Impacto das mudanças climáticas na agricultura**

A produção de alimentos básicos, que constitui a principal fonte de subsistência do sector familiar, está sujeita a grandes variações devido à incerteza do clima e a secas recorrentes, particularmente nas zonas semiáridas. Consequentemente, todos os anos se reportam bolsas de insegurança alimentar e nutricional. Onde se pratica a agricultura de sequeiro, o risco de perda de colheitas devido a condições climáticas desfavoráveis ultrapassa os 50% em toda a região a sul do Rio Save , chegando a 75% no interior da província de Gaza. Dado que o acesso a oportunidades de rendimento fora da agricultura é muito limitado nas áreas rurais, os baixos rendimentos agrícolas continuam a ser para muitas famílias a causa principal da pobreza e da insegurança alimentar, em particular.

Moçambique tem vindo a sofrer efeitos dos fenómenos climáticos extremos de natureza hidrológica, causados pelo baixo e/ou alto nível de escoamento superficial das águas através das bacias hidrográficas que atravessam o país. A magnitude do efeito das secas e cheias que tem assolado o país é extremamente assustador pelo facto de o sistema de controlo e avaliação dos níveis dos caudais dos rios e das bacias hidrográficas não estar ainda ao nível das exigências. A localização de Moçambique, a jusante das bacias hidrográficas que o atravessam, a qualidade e a quantidade de água que chega ao país, faz com que dependa das actividades realizadas nos países que estas bacias atravessam antes de entrarem no país. Estes factos colocam desafios a Moçambique que vão desde a criação de capacidade de armazenar água em alturas de abundância para posterior uso nos períodos de escassez e a criação de capacidade técnica e institucional na utilização eficiente da água para a agricultura.

No tocante à gestão e conservação de solos, o país tem enfrentado desafios no tocante à redução da terra arável, devido ao aumento dos níveis de erosão e salinização que se observa em quase todo o país. Com as mudanças climáticas, prevê-se um aumento acelerado de redução da fertilidade natural dos solos e do aumento da salinização dos solos nas zonas costeiras devido à intrusão salina, o que vai exigir acções ousadas na implementação do Plano Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA, 2007).

**Aspectos ambientais chave associados à actividade do sector agrário**

Os principais aspectos ambientais relevantes para a actividade agrícola são a elevada densidade populacional em certas áreas colocando maior pressão sobre o recurso terra, o que se traduz na redução das áreas cultivadas por família, redução dos períodos de pousio, sobre cultivação e erosão de solos. Por outro lado, o uso de pesticidas e de agro-químicos exige cuidados adequados no seu manuseio, bem como a deposição dos pesticidas e dos seus contentores no período pós uso. O manuseio descuidado dos pesticidas e dos agro-químicos tem resultado na poluição dos solos e dos lençóis de água. Os impactos sobre a saúde pública, derivados do maneio de pesticidas e de agro-químicos, ainda não foram devidamente estudados e aprofundados no país.

A erosão dos solos constitui um desafio ao sector agrário particularmente nas encostas das montanhas. Segundo a FAO, a agricultura praticada em montanhas com mais de 5% de declive exige medidas de controlo. Contudo, a realidade do país mostra que estas medidas não se têm traduzido em realidade efectiva, proliferando machambas em declives de dunas e montanhas do interior.

## Sector Agrário

Os aspectos ambientais relevantes na actividade agrícola são a elevada densidade populacional em áreas classificadas como desenvolvimento acelerado ( periferia das cidades e corredores de transporte e ao longo dos rios), tem colocado maior pressão sobre o recurso terra, o que se traduz na redução das áreas cultivadas por família, redução dos períodos de pousio, sobre cultivação e erosão de solos. Por outro lado, o uso de pesticidas e de agro-químicos exige cuidados adequados no seu manuseio, bem como a deposição dos pesticidas e dos seus contentores no período pós uso. O manuseio descuidado dos pesticidas e dos agro-químicos tem resultado na poluição dos solos e dos lençóis de água . Os impactos sobre a saúde pública, derivados do maneio de pesticidas e de agro-químicos, ainda não foram devidamente estudados e aprofundados no país.

A erosão dos solos e a prática de queimadas para a abertura de campos de cultivo, constituem um desafio ao sector agrário particularmente nas encostas das montanhas, proliferando machambas em declives de dunas e montanhas do interior. Apraz referir que o sector agrário, em coordenação com o Ministério do Ambiente, cientes do perigo que representavam os agrotóxicos importados desde os anos de 1980 e que por diversos motivos não chegaram a ser usados nas então machambas estatais, procederam a operação de identificação, recolha exportação de cerca de 300 toneladas de pesticidas obsoletos que dada a sua elevada perigosidade para o ambiente, aliada a falta de capacidade interna para a sua eliminação, foram exportados para o estrangeiro onde foram devidamente destruídos, observando as boas praticas de gestão ambiental deste tipo de resíduo.

Several barrels of toxic waste

AI-generated content may be incorrect.

## Recursos Florestais

Cerca de 51% do território nacional (40,1 milhões de hectares) é coberto de florestas, enquanto outras formações lenhosas (arbustos, matagais e florestas com agricultura itinerante) cobrem cerca de 14.7 milhões de hectares (19% do país). Da cobertura florestal, 22,5 milhões de hectares (56,2%) são florestas densas e 16,4 milhões de hectares (40.9%) florestas abertas. As florestas de mangal ocupam 357 mil hectares (0.9% das florestas) e as florestas abertas em áreas húmidas 802 mil hectares (2,0% do total das florestas). Em termos absolutos, Niassa é a província com maior área florestal (9,4 milhões de hectares, seguida da Zambézia (5,1 milhões de hectares) e Cabo Delgado (4,8 milhões de hectares).

Cerca de dois terços das florestas do país é do tipo Miombo; Moçambique conta também com a maior floresta de mangal do sul da África, e a segunda maior área de cobertura de mangal em África, cobrindo cerca de 357.000 hectares. O país detém um elevado potencial de florestas naturais para a indústria madeireira. O volume comercial total actual das florestas em Moçambique foi estimado em 123 milhões de m³. Deste volume comercial disponível, 4% pertence às espécies produtoras de madeira preciosa, 21% pertence as de 1ª classe, 44% as de 2ª classe, 14% as de 3ª classe e 17% as de 4ª classe.

No que se refere aos desafios ambientais no sector de florestas, destaque vai para o facto de os níveis de exploração de espécies de madeira de florestas naturais superarem os volumes de corte anual permitido para certas espécies, consideradas de maior valor quer no mercado nacional, como internacional. Outrossim a exploração ilegal de madeireira, a não adesão aos planos de gestão pelos concessionários e titulares de licenças, o abate de madeira sem a observância do diâmetro permitido por lei, aliada a fraquezas na aplicação das leis do sector florestal, a serem mantidos, poderão contribuir para a degradação florestal precoce. Estima-se que 438.000 hectares de floresta tenham sido desmatados no período de 2016 a 2017, sendo a taxa anual de desflorestamento para o país inteiro estimada em 219.000 hectares por ano, o que significa uma taxa anual de mudança de -0,58%. A procura de lenha e carvão ao redor dos grandes centros urbanos bem como as queimadas são os principais factores do desflorestamento e degradação florestal em Moçambique. Nos últimos 10 anos têm vindo a ser queimados anualmente entre 40 e 50 mil hectares. As actividades de reflorestamento têm sido implementadas em todo o país. Por exemplo, pelo menos 30 mil hectares foram plantados até 2016 e, até 2014, 34.614 áreas de florestais foram designadas comunitárias em todo o país. Apraz referir que o país coordena o Programa de Gestão Sustentável da Floresta de Miombo, abrangendo não só Moçambique, mas também outros países a montante, e, igualmente, o país implementa Projectos de Sequestro de Carbono, que consistem na captura e armazenamento de dióxido de carbono da atmosfera, figurando como pioneiro ao receber financiamento do Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF). A iniciativa de Redução de Emissões de Emissões Derivadas da Degradação Florestal (REDD+) e também uma realidade no país, o que atesta o compromisso nacional na gestão sustentável das nossas florestas.

A couple of children working on a fire

AI-generated content may be incorrect.

## Biodiversidade

Estima-se que existam no país 5.781 espécies vegetais, 35 das quais constituem novos taxa e 105 novos registos. Cerca de 800 são endémicas e quase endémicas, e mais de 300 espécies estão na lista vermelha da IUCN. Um número considerável de espécies de plantas foram introduzidas em Moçambique, destas, cerca de 53 espécies são consideradas invasivas.

Existem no país cerca de 4.271 espécies de fauna, das quais os insectos são o grupo mais abundante (72%) e os anfíbios os menos abundantes (2%), com o maior número de espécies endémicas encontrado nos grupos de répteis e insectos.

A caça furtiva constitui, entre outras a causa mais visível da redução dos efectivos faunísticos. Por exemplo, os efectivos dos elefantes reduziram em cerca de 48% dos 20.000 elefantes que havia ao longo dos últimos 6 anos; o rinoceronte, que se encontrava distribuído em quase todo o território nacional nos anos 60 e 70, à excepção de casos pontuais ao longo das fronteiras entre Moçambique e África do Sul já não existe hoje em Moçambique. Dos casos esporádicos de rinocerontes que têm sido registados em Moçambique, há registos de abates de 67 entre 2006 e 2012 e de 670 rinocerontes só em 2016. Por outro lado, regista-se o abate de espécies de fauna devido ao conflito com o Homem.

Para conservar a biodiversidade, o país consignou cerca de 197.033 km2, quase 26% do território nacional para áreas de conservação. A área de conservação cresceu substancialmente nos últimos anos, sendo que de 2009 para 2011 a percentagem da área passou de 15.8% para 17.6% (incluindo as áreas marinhas e terrestres), excedendo a meta internacional de 17% para áreas terrestres.

No total, as áreas de conservação incluem 6 Parques Nacionais, 6 Reservas Nacionais e 2 Áreas de Protecção Especial supervisionadas pela Administração Nacional das Áreas de Conservação. As áreas de conservação comportam ainda 19 coutadas e 42 Fazendas de Bravio. Existem ainda mais de 13 áreas sob programa comunitário e 9 blocos com actividades cinegéticas ou contemplativas. Para além destas, o país conta ainda com 17 Reservas florestais.

As áreas de conservação produzem uma receita de cerca de 73 milhões de Meticais, proveniente dos Parques, Reservas e Coutadas. A maior contribuição provém das coutadas com um total arrecadado de 31.489.055 de Meticais, seguindo-se os parques com 20.228.842 Meticais; as Reservas Nacionais contribuíram com 14.463.661 Meticais, e o programa comunitário TchumaTchato com 6.925.053,80 Meticais.

As principais ameaças às áreas de conservação em Moçambique residem no facto estarem sob excessiva pressão humana, tanto a partir do seu interior como das áreas adjacentes. Existem cerca de 270.000 residentes no interior das áreas de conservação, contribuindo em grande parte o Parque Nacional das Quirimbas com 167.185 habitantes.

Apesar do aumento substancial da rede de áreas protegidas com o objectivo de incluir os diferentes aspectos da biodiversidade, a situação actual das áreas de conservação revela a necessidade de uma revisão geral do estado actual da biodiversidade nessas áreas, dos seus limites, bem como dos seus sistemas de gestão.

## Ecossistemas Marinhos e Costeiros

Os ecossistemas marinhos e costeiros ocupam uma área aproximada de 572.000 km², cerca de 42% do país. As ervas marinhas cobrem cerca de 439 km2, os recifes de corais, cerca de 1890 km2 e os mangais cerca de 446.712 hectares, sendo este número resultado de uma redução significativa destes ecossistemas nos últimos 40 anos.

A flora e a fauna marinha compreendem mais de 900 espécies de peixes associadas aos recifes de coral, 122 espécies de tubarão e raias, mais de 900 espécies de moluscos, 27 espécies de mamíferos marinhos incluindo dugongos, 5 espécies de tartarugas marinhas, mais de 250 espécies de corais moles e duros, 14 espécies de ervas marinhas, 10 espécies de mangais, 82 espécies de crustáceos, 63 aves marinhas.

As águas interiores são também uma fonte de biodiversidade, sendo de destacar o Lago Niassa e o Delta do Zambeze. O potencial pesqueiro do país é estimado em cerca de 332.000 toneladas, para além do atum, os principais recursos incluem o camarão de águas pouco profundas, crustáceos de profundidade, diversos peixes pelágicos pequenos, peixes demersais.

## Sector de Pescas

O sector das pescas contribui com 3% para o PIB e mais de 3.6 milhões de dólares para as receitas nacionais devido às exportações, as quais representam 4% das exportações globais do País, sendo o camarão, a kapenta e a gamba os maiores contribuintes para essa cifra.

O sector pesqueiro garante emprego para uma grande parte da população ao longo da costa. Estima-se em 350.842 o número de pessoas envolvidas no sector, distribuídas em 1.555 trabalhadores da pesca industrial, 2.868 da semi-industrial, 352.252 da pesca artesanal e 30.842 da aquacultura. Só em 2016, foram licenciadas em todo o país, 329 embarcações da pesca semi-industrial e 135 embarcações na pesca industrial e cerca de 14.415 toneladas de produtos de exportação foram registados. A produção da pesca artesanal ou de pequena escala, principalmente de peixe, camarão e de moluscos foi de cerca de 276.000 toneladas, onde operam 39.550 barcos em todo o país.

O potencial para a aquacultura em águas interiores é estimado em cerca de 258.000 hectares, dos quais cerca de 171 hectares são explorados para o cultivo em tanques escavados e 10 hectares para o cultivo em gaiolas. Existem cerca de 120.307 hectares adequados para a aquacultura, dos quais 77.592 hectares para tanques de terra, 32.124 hectares para o cultivo em gaiolas e 10.591 hectares para o cultivo de algas marinhas. Do potencial existente, 30.000 hectares são apropriados para aquacultura do camarão, no entanto, apenas cerca de 2.500 hectares estão presentemente a ser utilizados. A produção da aquacultura tem registado um aumento, tendo passado de 747 toneladas em 2014 para 1.180 toneladas em 2016.

O volume de produção total da pesca no geral registou nos últimos 6 anos um crescimento significativo, tendo passado de 165.512 toneladas em 2010 para 303.385 toneladas em 2016, sendo o maior contribuinte a pesca artesanal o que gerou exportações da pesca excluindo a aquacultura de uma média de cerca de 69.000 dólares por ano.

A pesca ilegal bem como a pesca de arrasto e dragagem, as alterações climáticas, a exploração irresponsável dos recursos marinhos, a poluição proveniente de várias fontes e a degradação das zonas costeiras e da flora marinha pela acção humana; o ordenamento deficiente ou inexistente têm levado tanto à extinção e como à ameaças de algumas espécies (por exemplo, algumas espécies de tubarão), bem como à redução nos volumes de captura comercial de algumas espécies, como por exemplo, o camarão de superfície que reduziu em cerca de metade no período entre 2005 e 2014. Este facto afectou não só a viabilidade das populações marinhas, bem como a segurança alimentar e a economia nacional.

De modo a assegurar a conservação da biodiversidade marinha e aquática, Moçambique conta com 7 Áreas de conservação marinhas e uma aquática, que entre outras inclui a Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (1.040.926 hectares), Reserva Parcial Marinha da Ponta de Ouro (67.800 hectares) e Reserva Parcial do Lago Niassa (137.165.366 hectares) recentemente criadas. A criação destas áreas de conservação e a declaração de alguns santuários aumentou a rede de áreas protegidas nos últimos anos.

Moçambique possui ecossistemas aquáticos e áreas húmidas de importância reconhecida internacionalmente; o lago Niassa e o delta do Zambeze são os exemplos mais evidentes. Existem actualmente duas regiões no país declaradas terras húmidas pela Convenção RAMSAR, a Reserva de Marromeu e a Reserva do lago Niassa na província de Niassa. Juntas, totalizam uma área de 1978 km2, contribuindo a Reserva de Marromeu com 1.500 km2 e o lago Niassa com 478 km2. Estes dados indicam o esforço na preservação ambiental, que poderá reverter os desafios que actualmente se colocam no sector pesqueiro.

## Recursos hídricos

Moçambique possui abundantes recursos hídricos, sendo considerado como o de melhor potencial na região. Quanto ao uso do recurso água, 9% destina-se para o consumo doméstico, 2% para o sector industrial, e 89% para a agricultura; conta apenas com 4 barragens para o controlo de cheias e fornecimento de água e energia. Partilha 9 das 15 bacias hidrográficas internacionais da região da SADC. No seu extenso território existem 104 principais bacias de rios, representando uma área de drenagem com mais de 10. 000 km². O escoamento total anual superficial das 13 bacias mais importantes é estimado em cerca de 118 milhões de m3/ano, sendo 30% do escoamento representado pela bacia do Zambeze.

A disponibilidade per capita de água doce registada até 2011 era de 5.556 m3 /habitante/ano (fluxo nacional) ou 12. 000 m3/habitante/ano (incluindo fluxos vindos de países vizinhos). O país assinou diversos acordos de partilha de água dos rios partilhados com os países vizinhos, com vista a garantir o fluxo mínimo de água para Moçambique, mesmo nos períodos de estiagem. O país garante o monitoramento dos caudais dos principais rios, garantindo também a monitoria da qualidade de água destinada ao consumo humano, numa base regular. O maior desafio no sector de recursos hídricos prende-se com a capacidade de retenção do escoamento dos rios, por forma a que as aguas resultantes das chuvas e que são cruciais para o consumo humano e outros usos que no período chuvoso causam danos, possam ser devidamente armazenados para o período seco e produção de energia electrica. Para tal o governo aposta na construção de várias barragens que poderão responder a este desafio e permitir o melhoramento da qualidade de vida dos moçambicanos. Destacam-se como exemplos o Projecto da Barragem Moamba Major na Província de Maputo destinada ao reforço da capacidade de adopcao de água para a crescente população da Área do Grande Maputo e a de Mpanda Nkuwa ao longo do Rio Zambézia, destinada ao fornecimento de energia electrica Moçambique e os países vizinhos, para alem do Projecto, bem como o Projecto da Barragem Buè Maria ao longo Rio Pungoe.

## Sector Industrial

A economia de Moçambique tem uma extensa base agrária, o que pode reflectir o facto de que a economia nacional, em particular a sua indústria, é subdesenvolvida. A estrutura da actividade industrial não se alterou substancialmente nas últimas quatro décadas e meia. Segundo Castel Branco (2003), nos últimos 43 anos, o grau de concentração da produção industrial aumentou. O peso dos dez principais produtos industriais na produção industrial total passou de 50%, em 1959, para 80%, em 2001. No mesmo período, houve algumas indústrias importantes que desapareceram, como a do processamento da castanha de caju. O alumínio (48% do produto industrial em 2001) é o único produto novo com peso significativo na produção total que foi introduzido nesta estrutura industrial. De uma indústria concentrada em descaroçamento de algodão e processamento básico de castanha de caju, passou-se para uma indústria dominada por alumínio e cerveja. Ciente desta realidade e com vista a sua gradual reversão, o governo aprovou o Programa Industrializar Moçambique, bem como a criação de Parques Industriais e Zonas Francas, viradas a promover um ambiente atractivo ao investimento na área industrial.

Tal como acontece na maioria dos países do terceiro mundo, a actividade industrial está concentrada nas áreas urbanas. Cerca de 70% das indústrias estão localizadas nas cidades de Maputo e Matola.

Os desafios que se colocam ao sector da indústria nas zonas urbanas estão associados à deposição de resíduos e de efluentes, emissões (poeiras, gases e fumaças) agravado pelo facto de grande parte das mesmas se localizarem próximo de áreas habitacionais actualmente consolidadas. Nas zonas rurais, grande parte das indústrias de agro-processamento, sobretudo as do tabaco e panificação, dependem do combustível lenhoso como fonte primária de energia. Para além dos factos aqui descritos importa realçar que as agro-indústrias são responsáveis por outros danos ambientais, como a erosão e a degradação de solos causados pelo uso de pesticidas e outros agro-químicos, como foi apresentado no capítulo referente ao uso da terra e agricultura. No caso da gestão de resíduos industriais perigosos, assinalam-se avanços significativos com a construção do aterro industrial de Mavoco em 2004, por sinal o primeiro do género em Moçambique.

## Sector de Mineração

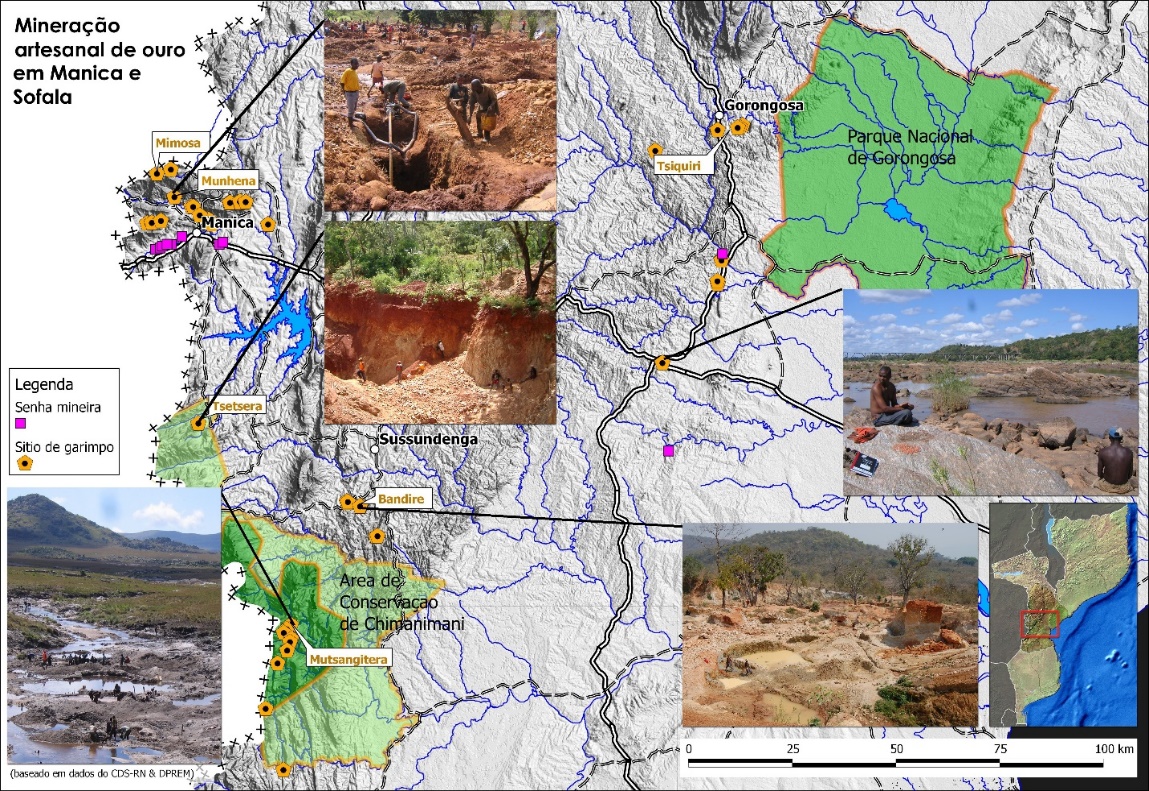
A indústria mineira vem crescendo de forma galopante desde os anos 2000. Em 2014 estimava-se um total de 150 concessões mineiras mapeadas e 18 projectos na área de hidrocarbonetos. Com vista ao empoderamento de cidadãos nacionais e ao abrigo da Lei de Minas e do respectivo Regulamento, estima-se que existam no país cerca de 79 Associações de Operadores Mineiros, que empregam cerca de 5.717 operadores mineiros. A mineração artesanal, vulgarmente conhecida como garimpo, é realizada com tecnologias rudimentares e sem equipamentos de sondagem. Os seus rendimentos podem oscilar em alguns casos, em centenas de milhares de Meticais.

A contribuição da mineração em grande escala para o PIB do país cresceu de 1,6% para 3.2% entre 2009 e 2013; os ganhos do governo no sector aumentaram de 40 milhões de dólares americanos em 2009 para mais de mil milhões de dólares americanos em 2014.

A exploração dos minérios tem-se mostrado irregular ao longo do tempo. Por exemplo, de 2010 a 2016 a exploração de ouro e de carvão aumentou enquanto a de bauxite e quartzo reduziu. Por outro lado, só em 2016 foram produzidos cerca de 194,2 milhões de GJ de Gás natural em Pande/Temane. O aumento na produção de gás tem permitido a geração de energia nas centrais Térmicas em Ressano Garcia para alimentar as actividades da indústria, para o sector dos transportes (veículos na Cidade de Maputo e Província de Maputo) e para a distribuição doméstica, para além de responder à demanda no mercado sul-africano. Como forma de garantir a integridade dos ecossistemas, todas as companhias mineiras são obrigadas a cumprir com normas ambientais, de funcionamento e encerramento bastante restritas. Entretanto, a manutenção de um ambiente saudável tem registado um revés devido à mineração ilegal. Com efeito, nos últimos anos tem se verificado o aumento da mineração ilegal dentro das áreas de conservação em particular na Reserva Nacional do Niassa, Parque Nacional das Quirimbas.

A actividade mineira de pequena escala e artesanal é considerada a maior contribuinte para os impactos ambientais negativos associados ao sector mineiro.

Figura 3: Distribuição dos locais de Mineração artesanal de Ouro em Manica e Sofala



A mineração artesanal, em particular a do ouro, pedras preciosas e semi-preciosas tem vindo a ser exercida há muitos anos no país de forma ilegal e desordeira. Como forma de acompanhamento sistemático dessas actividades, foi criado o Fundo de Fomento Mineiro (FFM), entidade que tem a responsabilidade de apoiar e prestar assistência em acções que visam o incremento da exploração mineira em pequena escala, aproveitamento e valorização dos respectivos produtos, garantindo a sustentabilidade socio-economica e ambiental das comunidades. A realidade indica que apesar desta resposta governamental aos desafios do sector, a situação só se agravou nos últimos 10 anos, afectando a qualidade da água nos principais rios de Manica, com atesta a imagem abaixo.

Figura 4: Poluição de rios e fontes de água, Província de Manica



## Sector de Energia

Moçambique é dotado de recursos energéticos extensos e ainda inexplorados com destaque para os recursos hídricos, gás natural, carvão e madeira. O País possui um elevado potencial de energias renováveis e é o segundo na África Austral com um elevado potencial hídrico. Por exemplo, o potencial hídrico do País, por explorar, é de cerca de 12.000 MW dos quais 10.000MW estão na província de Tete. Apesar de o Vale de Zambeze ter um potencial de mais de 5000 MW, Moçambique conta apenas com cerca de 2.075 MW de energia hídrica por ano, disponibilizados pela hidroeléctrica de Cahora Bassa. O potencial de geração de energia de biomassa é de mais de 2.000 MW (1.006 MW de biomassa florestal residual; 831 MW em açucareiras; 280 MW na indústria da pasta de papel; e 63 MW em Resíduos sólidos urbanos (RSU). O potencial de geração de energia solar é significativo e praticamente inexplorado, de mais de 2.700MW, dos quais 599 MW com capacidade de ligação à rede. O potencial de geração de energia eólica é de 4.500MW e de cerca de 147 MW de energia geotérmica, dos quais 20 MW são prioritários. O fluxo médio das ondas e marés está situado entre os 0.005 MW/m na costa Norte e Centro e 0.011 MW/m na costa Sul.

No entanto, nos últimos seis anos, a energia hídrica tem tido maior capacidade de geração no país (2 186,13 MW). A energia solar e a mini-hídrica só registaram uma capacidade de geração a partir do ano 2014 e 2015 respectivamente, contando com valores muito reduzidos.

A capacidade de geração de energias não renováveis registou um aumento entre 2011 e 2015. Por exemplo, durante este período a produção energética a partir do gás natural cresceu de 5.75 MW para 402.75 MW, respectivamente. Quanto ao gasóleo, a capacidade de geração tem-se mantido constante ao longo dos anos em cerca de 91 MW. No entanto, a produção de carvão vegetal para comercialização reduziu nos últimos anos de 1.284.514 m3 em 2010 para 381.867 m3 em 2016. A produção de lenha também registou a mesma tendência, tendo reduzido de 2.9655 m3 em 2010 para 21.425 m3 em 2016. Contudo, o preço do carvão vegetal aumentou nos últimos anos no mercado nacional.

O acesso a energia eléctrica em Moçambique, registou uma tendência crescente nos últimos 50 anos. Dados de Junho de 2025, indicam que 61% dos moçambicanos passou a beneficiar de energia electrica (EDM), um passo gigantesco rumo a melhoria de qualidade de vida no país, quando comparado aos 6% do Censo de 1980. As fontes principais de energia incluem a rede nacional da EDM e fontes isoladas movidas a energia solar, graças a implementação da política de massificação do uso de painéis solares a preços bonificados com a redução das taxas da sua importação e a implementação pelo governo, do Programa Energia para Todos até 2030, enquadrado nos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

## Qualidade Ambiental

Moçambique enfrenta muitos desafios ambientais resultantes do aumento do nível de poluição do ar, principalmente a partir de poluentes provenientes da indústria, transporte, geração de energia, agricultura e resíduos. A poluição do ar continua a ser uma grande preocupação para a saúde humana, dados efeitos respiratórios e cardiovasculares e as propriedades cancerígenas conhecidas. Os níveis de poluição excedem a média anual recomendada pela OMS (20 μg/m3), com PM10 26μg/m3 . Por exemplo, em 2012 morreram no país cerca de 1.350 indivíduos vítimas de doença aguda das vias respiratórias inferiores, 58 indivíduos por doença pulmonar obstrutiva crónica, 598 por doença cardíaca isquémica e 1.278 por acidente vascular cerebral, numa taxa padronizada por idade de 21 anos. Em 2015, a poluição atmosférica resultante das emissões geradas pela combustão de combustíveis sólidos domésticos pelos agregados familiares foi responsável por aproximadamente 18.000 óbitos prematuros em Moçambique.

Nas zonas de extracção mineira, com a exposição do mercúrio ao meio ambiente registam-se problemas ambientais e de saúde dos garimpeiros e nas comunidades locais. O nível médio do mercúrio expirado pelos garimpeiros da mina de Munhena na província de Manica pode atingir níveis 50 vezes maiores do que os níveis aceitáveis pela OMS para a exposição pública ao vapor de mercúrio. Em comunidades mineiras da província de Manica foi constatado um nível médio de mercúrio na respiração dos mineiros na ordem de 8,23 Hg μg/m3 em média, e um valor de 30 Hg μg/m3 em algumas áreas, contra o valor médio recomendado pela OMS de 1 Hg μg/m3 no ar e 1 μg/m3 nos corpos de água.

Existem no país 15 locais contaminados por poluentes orgânicos persistentes (POP’s) e pesticidas obsoletos, que são usados como agrotóxicos, nomeadamente, Nguri, Unango, Matama, hospital de Lichinga, base militar de Lichinga, Nacala, Muziva, Ifloma, Lamego, Beira CFPA, Chókwe Barro, Chokwe ICM, Matola PAS, Matola WS, Matola Frigo e Matola SDAE. Destes, 3 são críticos a saber:

1. Matola WS, na província de Maputo, onde cerca de 441 toneladas são para a deposição no aterro sanitário de Mavoco, sendo os principais contaminantes: Arsénio (626 mg/kg), trifluralina (956 mg/kg), toxafeno (1400 mg/kg).
2. Lamego, na província de Sofala, sendo o endosulfão o principal contaminante; onde em 80 m3 cerca de 144 toneladas são transportados para incineração em Maputo (teor de contaminante de 16.000 mg/kg); 144 toneladas são para deposição (teor de contaminante de mais de 370 mg/kg); e cerca de 57,6 toneladas resultantes da destruição do armazém são para deposição.
3. Muziva, na província da Zambézia, sendo o principal contaminante o endosulfão; onde em um volume de 190 m3 cerca de 342 toneladas são para deposição (teor de contaminante de 352 mg/kg).

Nas comunidades remotas e zonas rurais a qualidade da água é um dos grandes problemas. Nas zonas costeiras, esgotos não tratados e sedimentos que resultam da agricultura e construção civil contaminam os ecossistemas aquáticos, causando poluição e destruição de corais. A água das bacias hidrográficas tem condições mínimas para o consumo humano, embora necessite de algum tratamento. A maior parte dos parâmetros analisados está dentro dos limites admissíveis, apesar de existir grande acção agrícola nas bacias hidrográficas.

O elevado índice de crescimento populacional em Moçambique tem resultado numa maior produção de resíduos sólidos, que exige uma gestão apropriada de resíduos. Por exemplo, em 2013 a quantidade de resíduos sólidos produzida por indivíduo situava-se a níveis baixos, sendo produzidos em média 0.4 kg/dia/pessoa, correspondente há quase 2,5 milhões de toneladas de resíduos sólido por ano, dos quais 60% são resíduos orgânicos, 25% resíduos secos (recicláveis), e 15% outros resíduos. Em 2016 a quantidade de resíduos alterou ligeiramente para 0.45 kg/dia/pessoa. Existem cerca de três centros principais de produção de resíduos no país:

1. Maputo / Matola (Sul do país): de 216.810 a 1.135 mil toneladas por ano
2. Beira (Centro do país): 162.060 toneladas por ano
3. Nampula / Nacala (Norte do país): 224.752 toneladas por ano.

Moçambique é signatário da Convenção de Basileia de 1997; porém, a eliminação de resíduos perigosos em Moçambique continua a ser um importante desafio. A cobertura do saneamento urbano ainda é fraca. De realçar que, até 2012, os sistemas de saneamento cobriam cerca de 47,3% da população urbana e actualmente cobrem cerca de 48.1%. Nas zonas periféricas dos municípios, a queima de lixo pelos residentes é uma prática comum, pois o acesso aos veículos de recolha de resíduos nas vias residenciais é limitado.

Desde 2010, aumentaram as indústrias envolvidas na avaliação de tecnologias mais limpas e no fomento de diferentes opções que contribuam para a redução das emissões e dos resíduos, bem como, a utilização racional dos recursos e matérias-primas. As principais iniciativas de re-uso e reciclagem incluem os plásticos, vidros e metais.

Em Moçambique, o tratamento dos efluentes líquidos ainda é deficiente. Extensas áreas das cidades de Maputo e Beira e das restantes zonas urbanas recorrem às fossas sépticas, enquanto a maioria usa latrinas melhoradas com todas as consequências ambientais que daí advêm, como é o caso da contaminação do lençol freático por coliformes e nitratos. Nas zonas costeiras, esgotos não tratados contaminam os ecossistemas aquáticos, causando poluição e destruição de corais.

## População

O censo populacional de 2017 reportou que Moçambique tinha, nessa altura, 27,9 milhões de habitantes, dos quais 48% eram homens e 52% mulheres. A distribuição da população por idades indica que a população apresenta um perfil significativamente jovem, com mais de metade da população com menos de 19 anos. A densidade populacional geral do país tem vindo a aumentar e quase duplicou nos últimos 20 anos, como se pode ver abaixo.

|  |  |
| --- | --- |
| Figura 5: Repartição da população por género e extensão em 2017 | Figura 6: evolução da densidade populacional em moçambique entre 1985 e 2020 |

As projecções consideram um crescimento populacional de 2,6%, abrandando gradualmente daqui a 30 anos para uma taxa estável de 1,75%, conforme publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e apresentado na Figura 4. Considerando isto, e de acordo com a Figura 4, a população duplicará nos próximos 30 anos, o que significa que o país enfrentará um tremendo desafio para responder adequadamente às necessidades (educação, saúde, empregos, inclusão social, etc.) de tal número de habitantes.

|  |
| --- |
| Figura 7: Projecões do crescimento populacional de 2010-2050 |

## Pobreza e Ambiente

Os determinantes da pobreza em Moçambique, segundo o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II, incluem:

1. O baixo nível de educação dentro do agregado familiar;
2. Elevadas taxas de dependência nos Agregados Familiares;
3. Baixos retornos da actividade económica desenvolvida dentro da agricultura e indústria, em relação ao comércio e serviços; e
4. Localização intraprovincial devido ao acesso diferenciado a infraestruturas e meios de produção dentro da província.

Apesar de o combate a pobreza figurar como prioridade nos sucessivos ciclos governativos, a pobreza não tem estado a dar tréguas em Moçambique. Os dados do INE indicavam passos agigantados no combate a pobreza em Moçambique, até ao ano 2014, alinhando as políticas e acções governativas aos Objectivos Globais de Desenvolvimento do Milénio, visando a redução da pobreza para metade até 2015, partindo dos índices de 1990. De facto, a incidência da pobreza em 1990 era de cerca de 80% tendo reduzido para 48,4% em 2014. Infelizmente e numa tendência contrária, o índice de pobreza voltou a crescer, atingindo um pico de 68% em 2024.

A grande dependência da maioria da população moçambicana em relação aos recursos naturais para a sua subsistência e geração de rendimentos impõe o reconhecimento de que o sucesso e relevância dos programas de combate à pobreza dependem profundamente do modo como a quantidade e qualidade dos recursos naturais de que o país dispõe é gerida e conservada, assim como da relação directa entre o uso e exploração de recursos naturais e a geração de rendimentos para benefício dos pobres. Por isso, este assunto constitui uma permanente chamada de atenção para a necessidade de que as opções estratégicas para a redução da pobreza absoluta reflictam e priorizem a relação estreita existente entre a pobreza e a qualidade do ambiente em que os pobres vivem.

Os factos ilustram uma forte relação entre a pobreza e o ambiente. A contínua ocupação desordenada do espaço físico contribui grandemente para uma degradação ambiental mais acelerada. Os agregados familiares pobres tendem a depender, para a sua subsistência quotidiana, de actividades que incidem directamente sobre o ambiente tais como, por exemplo: habitação e cultivo em zonas propensas à erosão; uso permanente de material vegetal e lenhoso para a construção, confecção de alimentos e produção de utensílios domésticos; drenagem e saneamento inadequados; recurso a queimadas para limpeza de áreas de cultivo; incorrecto maneio e depósito de resíduos sólidos e orgânicos, que caracterizam o Moçambique de hoje, não abanam para um ambiente saudável.

Nas zonas urbanas e costeiras, onde a densidade da população é mais elevada, a degradação ambiental pode contribuir para exacerbar os problemas de saúde e bem-estar das famílias. Doenças endémicas, como a malária e a cólera, são consequência directa de condições precárias de drenagem, saneamento, gestão de resíduos sólidos e abastecimento de água. A melhoria destas condições de degradação ambiental passa por medidas de planeamento territorial adequado, dotação correcta de infraestruturas de acesso, drenagem e abastecimento de água. A correcta implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial e do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano, aprovados nos últimos 2 anos poderá conter a proliferação de aglomerados informais nos centros urbanos e em outros assentamentos humanos, que são uma das expressões mais abjectas de atentado à saúde pública, bem-estar social.

A capacidade dos extractos pobres de usarem os recursos naturais de uma forma racional e sustentável é geralmente muito fraca. Isso resulta em que os rendimentos desses grupos tenham um grau de imprevisibilidade enorme. A exaustão dos recursos naturais coloca em risco o futuro desses grupos. Uma gestão racional e sustentável dos recursos naturais é fundamental para o desenvolvimento da agricultura e redução dos elevados índices de incidência da pobreza. Adicionalmente, as flutuações enormes de rendimentos aumentam a insegurança alimentar e nutricional aumentando, deste modo, o nível da pobreza. Como se pode depreender, existe um ciclo vicioso entre pobreza e ambiente onde os pobres figuram como vítimas e actores da degradação ambiental simultaneamente. Infelizmente os dados da ENDE, indicam que de 2014 a 2024 a pobreza em Moçambique, terá aumentado em 87% exacerbando o cenário da pressão que os pobres exercem sobre o ambiente, o que levanta alarmes sobre o estado do ambiente no nosso país.

A economia moçambicana e os meios de subsistência da sua população estão intrinsecamente ligados aos recursos naturais. Contudo, os recursos naturais especialmente o recurso terra ao longo da costa, onde 70% da população vive, assim como nos principais centros urbanos, estão sob pressão e uso insustentável o que acelera a sua degradação precoce e poderá contribuir, a médio prazo, para minar os esforços de redução da pobreza empreendidos pelo governo.

Assim, os vários programas de desenvolvimento relativos à intensificação da produção alimentar, o incremento da actividade industrial com destaque para o agro-processamento, as alternativas à importação de combustíveis, tudo isso pressupõe a implementação efectiva de um mecanismo de desenvolvimento limpo e de vários instrumentos de avaliação de impacto ambiental e, consequentemente, a monitoria e auditoria dos planos de gestão ambiental aprovados para as diversas iniciativas de desenvolvimento.

## Mudanças Climáticas e Gestão de Risco de Desastres

Nos dias que correm, as evidências sobre a ocorrência de mudanças climáticas no nosso dia a dia são perceptíveis mesmo para os leigos. Mais ainda, estudos científicos levados a cabo pelo então INGC em 2009, pelo INAM em 2023 e, mais recentemente, pelo Banco Mundial em 2025, apresentam evidências científicas robustas que sustentam a percepção de que o nosso clima tem sofrido mudanças significativas desde, pelo menos, a década de 1950 até aos dias de hoje.

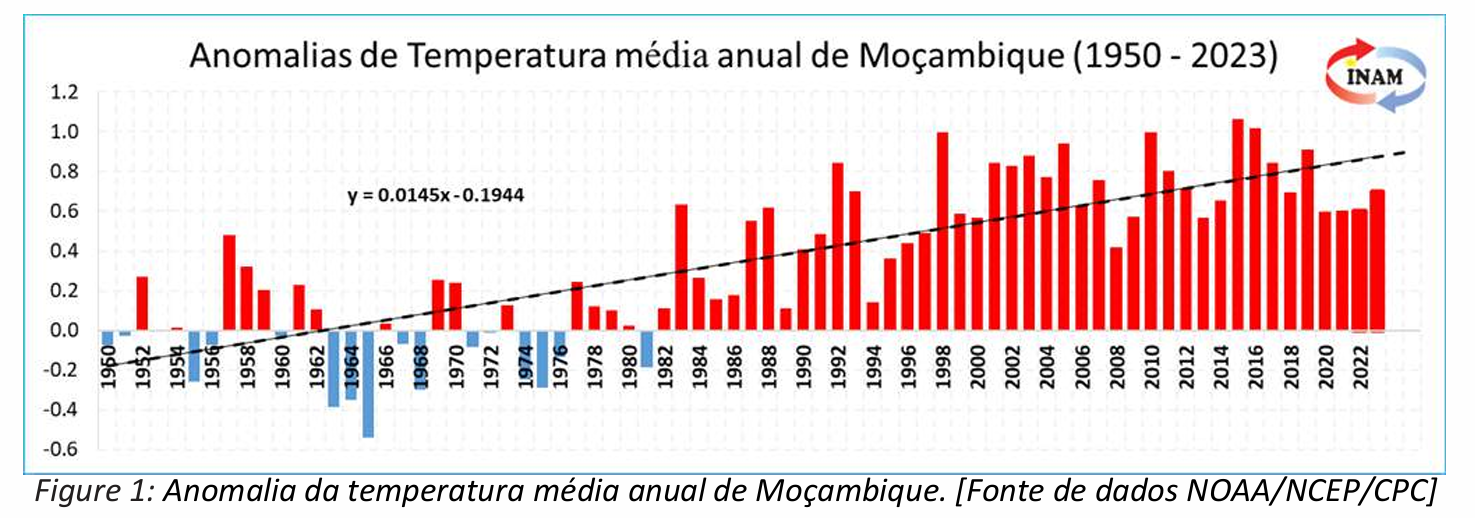


Figura 8: Anomalia de temperatura media anual de Moçambique (INAM, 2023)

Com o objectivo de ilustrar essa percepção, foram recolhidos e analisados dados que demonstram o sucedido em matéria de clima, para tal foram considerados quatro factores climatéricos cruciais (Temperatura, Precipitação, Actividade Ciclónica e Alteração na Hidrologia Fluvial) e os impactos mais significativos (Desastres Naturais e Aumento observado do nível médio das águas do mar).

Abaixo apresentam-se resumidamente as principais constatações, reforçadas por evidências recentes.

### Tendências na Temperatura

Entre 1960 e 2005, verificaram-se tendências de aumento significativas nas temperaturas em quase todo o território nacional, com aumentos máximos de até 1,6°C no Centro durante o Inverno. No Norte, as temperaturas máximas aumentaram cerca de 1,1°C durante os períodos MAM (Março Abril e Maio) e SON (Setembro, Outubro e Novembro)(INGC,2009). De acordo com o INAM no seu relatório do estado do clima 2023, revela que, entre 1960 e 2006, a temperatura média anual subiu 0,6°C, com uma taxa de 0,13°C por década, e entre 1971 e 2020 essa taxa subiu para 0,22°C por década. O ano de 2023 registou um desvio médio de +0,7°C face à normal climatológica 1981–2010, com províncias como Sofala, Manica, Zambézia, Nampula e Niassa apresentando anomalias superiores a 2°C. Em Chingodzi (Tete), foi registada a temperatura mais elevada do ano: 44,9°C.

O número de dias e noites quentes aumentou significativamente, enquanto os dias e noites frios diminuíram. As ondas de calor tornaram-se mais longas, com destaque para o Norte, onde as noites quentes aumentaram em 25% entre Dezembro e Fevereiro. O número de dias quentes subiu 17% entre Setembro e Novembro (INAM,2023).

O aumento da frequência de dias quentes foi mais evidente durante os meses de Março, Abril e Maio (MAM), com um acréscimo médio de 3,2 dias quentes por mês nesse período, o que representa 10,2% a mais de dias quentes em MAM. De forma semelhante, entre 1960 e 2003, registou-se um aumento considerável no número médio de noites quentes, especialmente nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro (DJF), com mais 3,6 noites quentes por mês um acréscimo de 11,6% das noites em DJF.

Desde 1960, a frequência de dias e noites frias tem diminuído de forma significativa em todas as estações, com exceção dos meses de Setembro, Outubro e Novembro (SON). Além disso, o número anual de dias quentes aumentou em 31 dias, correspondendo a um acréscimo de 8,4% ao longo do ano. (Irish Aid, 2018)

As projeções apontam para um aumento contínuo da temperatura, estimando-se uma subida de 0,31°C por década entre 2000 e 2050, e 0,47°C por década entre 2050 e 2100. A população exposta a mais de 30 dias com temperaturas superiores a 35°C pode passar de 30% (1975–2024) para 87% até ao fim do século(Banco Mundial, 2025).

### Tendências na Precipitação

Entre 1960 e 2006, as tendências não foram estatisticamente significativas a nível nacional, mas observou-se maior variabilidade inter-anual e atrasos no início da estação chuvosa, especialmente no Nordeste, com aumentos na duração do período seco em até 20 dias em SON (setembro, outubro e novembro). Dados do ERA5 e CRU(2025) indicam uma precipitação média de 888 a 970 mm/ano entre 1991 e 2020, com défices acentuados em 2023 em Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete e Manica.

Entre o período de 1960-2005, constatou-se que o começo da estação das chuvas atrasou-se até 45 dias em certos locais (Tadross, 2009). Algumas das maiores alterações nos registos observacionais durante este período, tanto em termos de subidas de temperatura observadas como dos atrasos observados na chuva (em direcção a Leste), ocorreram no Norte. No Sul, a variabilidade da precipitação chuvas é muito maior e nenhum quadro claro se destaca.

Paralelamente, os valores máximos anuais de precipitação acumulada em intervalos de 5 dias aumentaram em média 8,4 mm por década, sendo este crescimento mais acentuado na estação chuvosa (DJF).

Embora os totais anuais de chuva tenham diminuído, os registos diários revelam um aumento na proporção de precipitação concentrada em eventos extremos, com uma taxa média de acréscimo de 6,3 mm por mês (3,4% por década). (Irish Aid, 2018).

A projecção para 2040–2059 sugere uma ligeira redução de 2,6% na precipitação total (mediana de -23 mm), com Sofala a sofrer a maior diminuição (-4,4%). A pluviosidade deve tornar-se mais concentrada em eventos extremos e mais frequente na estação chuvosa.

### Actividade Ciclónica

Segundo o INGC, o período 1980–2007 registou 56 ciclones tropicais no Canal de Moçambique, sendo que 15 (25%) assolaram a costa de Moçambique. Desde os anos 2000, observa-se um aumento da frequência e intensidade destes fenómenos. O Ciclone Freddy, em 2023, foi o mais marcante, atingindo o país duas vezes com volumes de chuva superiores a 670 mm em Marromeu e ventos até 213 km/h.(INGD,209 e Banco Mundial 2023).

As projeções indicam aumento na intensidade, ainda que a frequência não se altere significativamente. Estima-se que eventos como os de 100 anos poderão ocorrer 2,8 vezes mais frequentemente até ao fim do século, passando a ser quase anuais.

A graph of a bar chart

AI-generated content may be incorrect.

### Alterações na Hidrologia Fluvial

Moçambique possui cerca de 103 bacias hidrográficas, das quais 13 apresentam áreas de drenagem superiores a 10.000 km², segundo o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (MTA, 2023). Das 13 maiores, 9 bacias são transfronteiriças, partilhadas com países vizinhos como África do Sul, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. Esta configuração hidrográfica torna o país altamente vulnerável a decisões e eventos ocorridos fora das suas fronteiras de acordo com , cerca de 56% do escoamento superficial nacional é gerado externamente, principalmente em países a montante.

Estudos climáticos e hidrológicos mostram que entre 1950 e 2008, as bacias hidrográficas de Moçambique registaram a ocorrência de cheias a cada 1,6 a 4,8 anos, dependendo da região.(NGC, 2009; RAECM, 2023)

As grandes cheias, aquelas que ultrapassam 1,5 vezes o nível de alerta, têm uma frequência muito menor ocorrem em média a cada 15 a 20 anos, mas com impactos socioeconômicos devastadores. A década de 1970 a 1980 foi especialmente ativa em termos de cheias severas, seguida por um período de relativa estabilidade nos anos 1990 e uma nova intensificação a partir de 2000, com episódios marcantes como as cheias de 2000, 2015, 2019 (Idai) e 2023 (Freddy).

Além das cheias, as secas têm se tornado mais prolongadas e frequentes, afetando severamente o abastecimento de água, a produção agrícola e a segurança alimentar, particularmente nas províncias do sul. A alternância entre eventos extremos (cheias e secas) passou a ocorrer com maior intensidade, tornando o regime hidrológico nacional mais irregular e imprevisível.

Segundo o Mozambique Climate Risk Country Profile do Banco Mundial (2025), prevê-se que o risco de eventos hidrológicos extremos aumente substancialmente nas próximas décadas, com:

* + Até 40% de redução no escoamento em bacias do sul até 2050 em cenários pessimistas (SSP5-8.5);
  + Aumento de 15–25% no escoamento em bacias do centro-norte, com maior risco de cheias.
  + A vulnerabilidade hidrológica de Moçambique é agravada por:
  + Fraca infraestrutura de retenção e controle de águas (dificultando amortização de cheias);
  + Uso ineficiente da água nos setores agrícola e urbano;
  + Baixa integração da informação climática nos processos de planejamento hídrico.

Nos últimos 20 anos, a exposição de Moçambique aos desastres naturais aumentou consideravelmente devido às mudanças climáticas. A frequência e severidade das inundações, secas e ciclones têm afetado populações inteiras, danificado infraestrutura crítica e comprometido o desenvolvimento socioeconômico.

### Desastres Naturais

Uma subida do número de desastres naturais foi observada em Moçambique nas últimas seis décadas, com o Ciclone Idai em 2019 e as Cheias do ano 2000 a figurarem como os mais mortíferos e devastadores de sempre no nosso país. As províncias centrais são mais propensas a cheias, ciclones tropicais e epidemias, seguidas pelas províncias do Sul e do Norte. O Sul, com o seu clima de savana, tropical e seco, é mais propenso a secas do que as regiões Centro e Norte, as quais são dominadas por um clima tropical chuvoso e clima moderadamente húmido modificado pela altitude, respectivamente. Quanto ao impacto dos desastres naturais a nível nacional, o número de mortos de 1960 até ao ano de 2024, ascende a perto de 2500 fatalidades.

### Aumento observado do nível médio das águas do mar

O relatório do INGC apontava que existem muito poucos dados disponíveis com a qualidade necessária sobre o nível do mar para o período de quarenta anos de 1960 a 2001, que possam ser usados para a análise do aumento do nível médio das águas do mar e nenhum para os anos mais recentes. O melhor que se pode afirmar é que os registos para Maputo não são inconsistentes relativamente às estimativas das tendências regionais (ex. Church et al 2004) e às tendências globais identificadas (ex. PIAC 2007). Portanto, as tendências passadas recentes nas taxas globais de aumento do nível do mar devem ser usadas cautelosamente para a costa de Moçambique, uma vez que reflectem as melhores estimativas disponíveis. Estas taxas globais têm aumentado desde 1961 a uma taxa média de 1,8 [1,3 a 2,3] mm por ano e desde 1993 a uma taxa acelerada de 3,1 [2,4 a 3,8] mm por ano.

Não foi ainda reunido um registo observacional longo e representativo do nível do mar para testar se a aceleração será ou não mantida no futuro, nem para saber a que taxa (PIAC AR4, 2007). Contudo, devido às temperaturas elevadas e às mudanças nas emissões, parece provável a ocorrência de aceleração adicional no aumento do nível do mar ligado ao processo de mudanças climáticas.

### Resposta Nacional às Mudanças Climáticas no Período Pós-Copenhaga e Acordo de Paris

Como membro das Nações Unidas, Moçambique tem participado nos principais fóruns globais de combate às mudanças climáticas, aderindo aos acordos de Copenhaga e Paris. No período pós-Copenhaga, o país desenvolveu importantes instrumentos de adaptação e mitigação, incluindo a Estratégia Nacional de REDD+, a campanha "Um Aluno, Uma Árvore", projectos de sequestro de carbono e o Programa de Conservação da Floresta de Miombo.

# Síntese das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) na Implementação da PNA

Por forma a apoiar a definição de orientações estratégicas mais eficazes para a implementação da futura Política Nacional do Ambiente (PNA), procurou-se identificar e sistematizar os principais fatores internos e externos que influenciam o desempenho e a eficácia da PNA vigente, conforme se apresenta a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Forças | Fraquezas |
| * Institucionalização do Sector do Ambiente no País; * Base legal e regulamentar pertinente ao sector do ambiente existente e consolidada * Consciência ambiental em alta a todos os níveis * Manifesto comprometimento político em relação ao ambiente * Existência de regulamentação específica sobre o mercado de carbono. * Moçambique aderiu e ractificou vários acordos e compromissos ambientais * Adopção da gestão transversal do ambiente * Manifesto compromisso da Sociedade Civil e do Sector Privado para implementação da Agenda Ambiental * Moçambique já implementa várias iniciativas e programas de mitigação às mudanças climáticas, como o REDD+, Iniciativa do Miombo, Plantio do Mangal, entre outros * Pegada ecológica do País ainda a níveis satisfatórios * Cerca de 30% do território nacional constituídos por reservas ou sob outras formas de protecção ambiental | * Fraco domínio dos mecanismos de financiamento global para a agenda ambiental do País * Manifesta impunidade dos infractores em relação aos instrumentos de gestão ambiental e ordenamento do território, mina os esforços de desenvolvimento sustentável * Os instrumentos de monitoria do Estado do Ambiente, são produzidos de forma irregular e apresentam uma abordagem predominantemente qualitativa * Inexistência do Laboratório Ambiental, penaliza a avaliação da qualidade ambiental no País * Fraca implementação dos Planos de Gestão Ambiental (PGAs), Planos Locais de Adaptação às Mudanças Climáticas (PLAs) e Instrumentos de Ordenamento do Território (IOTs) concorrem para a degradação ambiental; * Fraca dotação orçamental pública ao sector do ambiente, resulta no fraco desempenho do sector ambiental * Falta de incentivos as práticas de produção amigas do ambiente * Perda de memória institucional * Ausência de um Sistema de Informação para Gestão Ambiental * Falta de regulamentações específicas para algumas matérias (ex.: lixo eletrónico, entre outros). |
| Oportunidades | Ameaças |
| * Quadros técnicos especializados disponíveis * Abertura dos parceiros internacionais em apoiar a agenda ambiental do País * Janelas de financiamento globais para a agenda ambiental nacional * Inclusão de prioridades ambientais na ENDE * O ambiente constitui uma prioridade a nível global * Actuação crescente da sociedade civil e ONGs na defesa ambiental * Desenvolvimento de novas tecnologias e soluções verdes (economia circular, economia azul) | * Grande dependência do País ao financiamento externo, aliado à volatilidade dos parceiros internacionais comprometem a implementação cabal da agenda ambiental do País à luz dos compromissos internacionais ractificados (ex. Acordo de Paris) * Crise económica internacional * Conflitos armados internacionais e nacionais * Pobreza e debilidade económica do País * Eventos Climáticos Extremos * Mudanças climáticas, aliadas a fraca capacidade de adaptação e mitigação * Crescimento desordenado urbano e proliferação de assentamentos informais * Práticas nocivas como queimadas descontroladas e exploração insustentável de recursos naturais (mineração, desmatamento, pesca ilegal) |

# Síntese da Análise Funcional do ex-MTA, Análise Jurídica e Implicações para a Nova Política

## Análise Funcional do ex-MTA e Implicações para a Nova Política

A anterior estrutura orgânica do MTA foi concebida de modo a contribuir para responder com maior eficácia as actuais exigências que se prendem com a rápida e espontânea ocupação do solo, incluindo mudanças no seu padrão de uso, expansão suburbana e rural, degradação dos ecossistemas, perda de biodiversidade, crescentes choques climáticos bem como a poluição e emissões de gases de efeito de estufa, sobretudo em centros urbanos e correspondentes zonas costeiras em particular. Essas exigências são consentâneas com as acções estratégicas prioritárias definidas na actual política do ambiente. Como resultado, o extinto MTA que criou como instituições nucleares, terra e ordenamento do território, ambiente, mudanças climáticas e florestas, todas elas apoiadas apenas pela ANAC e AQUA como instituições técnico-científicas.

A nova estrutura governamental do MAAP surge no âmbito do melhoramento da eficácia governamental que é vista como alcançável através da redução do número de órgãos institucionais do MAAP que, sendo um ministério expressivo aglutina para além dos extintos Ministério da Terra e Ambiente, os de Agricultura e das Pescas, Mar e Águas Interiores que, assim considerados, constituem 6 grandes áreas de governação.

O estatuto orgânico do MAAP define actualmente, pelo menos 39 instituições, sendo que 9 são instituições nucleares, nomeadamente, Agricultura, Pecuária, Extensão, Sanidade e Biossegurança, Terra e Desenvolvimento Territorial, Florestas e Fauna Bravia, Ambiente e Mudanças Climáticas, Assuntos de Mar e, Pesca e Aquacultura. Destes, o sector de Terra e Desenvolvimento Territorial, mantem as atribuições anteriores, o sector de florestas expandiu para reincorporar o subsector de fauna bravia enquanto o sector do ambiente se uniu com o das mudanças climáticas.

Segundo a Revisão do Revisão Institucional do sector Terra e Ambiente, que também recomendou a junção do sector de terra com o do ordenamento territorial, a fusão das Direcções de Ambiente e Mudanças Climáticas atende a sua transversalidade e a conexão intrínseca entre a gestão ambiental e as estratégias para mitigação e adaptação às mudanças climáticas e, a união do sector de florestas e o com o regressado sector de fauna bravia junto ao sector de agricultura, fortalece a gestão integrada de paisagens, combate ao desmatamento, gestão costeira integrada e gestão de fauna bravia fora das áreas de conservação, incluindo gestão de conflito homem-fauna-bravia.

O novo quadro institucional para gestão ambiental do MAAP indica uma continuação de todas funções exercidas pelo sector de terra e ambiente. De ressaltar que, do ponto de vista estrutural, houve até ganhos ao se incorporar no sector de gestão ambiental, as salvaguardas ambientais, um subsector que antes pertencia ao extinto MIMAIP apenas. Espera-se que esta última função seja melhor exercida em estreita colaboração com a AQUA e com o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental pela sua importância como função de apoio aos dois órgãos.

Por outro lado, a fusão dos sectores do ambiente com o das mudanças climáticas, reduziu significativamente a capacidade de ambas as áreas poderem exercer plenamente o seu mandato visto que acarreta vários desafios como a manutenção dos níveis de eficiência ate então alcançados tendo em conta o aumento da carga de funções de âmbito político, estratégico em relação ás rotinas administrativas internas, conflito de prioridades entre as duas áreas que poderá embarcar na distribuição desigual de recursos, agravando pela acumulação de funções de carácter técnico-científico que já eram funções de cada uma das instituições, separadamente.

Um dos desafios apresentados na Revisão Institucional do sector de Terra e Ambiente, é a necessidade de um apoio político crescente que a acção climática e a acção ambiental devem encontrar, visando a sua integração de forma sistemática e eficiente nos planos de desenvolvimento económico e social, para assegurar que todo cidadão tenha o direito de viver num ambiente equilibrado, e resiliente ao clima tal como definido na Constituição da República. Adicionalmente, o sector de mudanças climáticas e do ambiente são chamados a fortalecer a harmonização das suas agendas com os sectores de agricultura e pescas, dois dos sectores estratégicos de desenvolvimento do país, com mandato de produção de alimentos e segurança alimentar, tendo em conta a sua vulnerabilidade climática.

De referir que a área de ambiente, em particular é a que tem estado a ressentir-se da falta de instituições de caracter técnico-científico, que apoiem as direções na avaliação do grau de implementação das suas políticas, estratégias e planos, incluindo a respectiva monitoria com vista ao enriquecimento do seu quadro regulatório temático que incorporaria um grande apoio na produção técnico-científica necessária para sustentar a decisão bem como para elaboração de relatórios periódicos das convenções.

**Terras e Ordenamento Territorial**

O MAAP criou a Direcção Nacional de Terras e Ordenamento Territorial visando sobretudo liderar o processo de implementação da Política Nacional de Terras. Importa referir que este sector enquanto Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) de onde originou, foi também o berço da Comissão Nacional do Ambiente que depois evoluiu para o Ministério para a coordenação da Acção Ambiental. Por outro lado, importa referir que como INPF, este órgão na década de 1980, evoluiu para Secretaria de Estado de Planeamento Físico, o que lhe proporcionou uma forte autonomia administrativa na gestão de terras em geral.

A política de terras aponta como uma das principais fraquezas, um sistema de titulação, cadastro e registo da terra ainda deficientes e, avança propostas para a consolidação do seu quadro legal e institucional sendo uma, a criação do Sistema de Cadastro Nacional de Terras, uniformizado e autónomo, gerido por uma entidade de administração técnica da terra, com funções de autoridade técnica cadastral nacional. Essa instrução da política, encontra respaldo na Revisão Institucional do sector de Terra e Ambiente que também recomenda a autonomização da área de administração de terras e ordenamento territorial. Esta função, constitui em si, um Pilar da Política Nacional de Terras que, nas suas Acções de Seguimento, define a institucionalização de um Sistema Nacional de Cadastro de Terras, desdobrado aos níveis territorial e sectorial, institucionalização de um Sistema Nacional de Cadastro de Terras, como Medida Específica de Implementação imediatamente após a aprovação da Política.

**Avaliação de Impacto Ambiental**

A avaliação de impacto ambiental desempenha um papel importante como instrumento de garantia de conformidade dos projectos de desenvolvimento sócio-económico com a legislação ambiental de protecção da biodiversidade, ecossistemas e dos recursos naturais e protecção de comunidades. O actual quadro institucional avaliação de impacto ambiental no MAAP, matem este sector ao nível de Departamento tal como foi no extinto MTA limitando a possibilidade de se apresentar como um órgão autónomo dotado de autonomia financeira e administrativa, o que fortaleceria o seu papel na tomada de decisões mais alinhada com as políticas e normas vigentes fortalecendo o caracter neutro que esta instituição deve assumir no seu desempenho diário.

A Função de avaliação de Impacto ambiental, sendo de caracter técnico-científico, requer uma base cientifica e legal forte, acompanhada de processo dinâmicos de desenvolvimento e adequação de instrumentos regulatórios e de monitoria, associados a constante actualização dos seus recursos humanos, visando preservação da capacidade cientifica e o desempenho responsável das requeridas competências pelo que, uma reflexão profunda sobre a disposição institucional deste sector poderá conduzir a pelo menos dois cenários sendo o primeiro, o de criação de uma Agência ou de um Instituto público de AIA, o segundo cenário consiste na recomendação da Análise institucional do MTA que incorpora este sector na Agência Nacional do Ambiente.

Neste contexto, a revisão institucional do MTA recomendou desconcentração de funções, aspectos no qual a AIA também angariaria grandes benefícios, desde uma maior autonomia na tomada de decisão, na verificação escrupulosa de procedimentos técnico-científicos assim como no avanço objectivo de propostas de regulamentação afim, com vista ao aumento da transparência, até melhor assunção de responsabilidades pelos actos e resultados e alinhamento e coordenação com as políticas ambientais dos diversos sectores.

**Educação Ambiental**

A Educação Ambiental, que foi um Departamento da ex-DINAB, apesar de manter as suas funções como Repartição, irá necessitar de uma mais forte articulação no seu desempenho, pelo facto ter sido reduzida a uma repartição. Foi anteriormente constatado que este sector já possuía um desempenho fraco, por falta de recursos financeiros e um programa de intervenção próprios. Com a recente adopção da Estratégia Nacional de Educação Ambiental pelo Governo, uma permanência ou ascensão deste sector a orgânica da área do ambiente, permitiria maior autonomia de articulação e implementação da ENEA e consequentemente melhor visibilidade e impacto das suas acções na sociedade em geral. Com a expansão das tecnologias de Informação e comunicação, a função de educação ambiental é vista como uma função de informação pública pelo relatório da análise funcional do MTA, o que daria maior autonomia e melhor aproveitamento dos diversos meios de potencial uso na consciencialização ambiental da sociedade bem como na necessária e constante função de interpretação dos resultados e recomendações científicas para a contínua melhoria de políticas. Por outro lado, a incorporação deste sector num órgão como uma agência ambiental, permitiria uma maior autonomia de produção e intervenção social.

**Criação de Centros e Institutos Independentes**

Tem sido constatada uma relativa fraqueza na base técnico-científica disponível para a tomada de decisão ao nível do sector do ambiente e reconhecida a necessidade de ampliá-la para a captação de dados quantitativos e qualitativos resultantes da implementação das políticas, estratégias, directrizes e regulamentos ambientais em diversos sectores. A este facto, associa-se a necessidade procura de dados e informações, para a avaliação da efectividade dos diversos instrumentos disponíveis para assegurar a racionalidade no uso e aproveitamento dos recursos naturais e da biodiversidade visando a garantia do equilíbrio dos ecossistemas bem como a manutenção e melhoria na prestação de outros serviços ecossistémicos como a regulação, protecção, culturais, entre outros.

Adicionalmente, constata-se a necessidade de incorporação na gestão ambiental actual, informação de base científica sobre o volume do capital natural e a forma como é incorporado nas diversas cadeias de valor que contribuem em última instância para a contabilização do Produto Interno Bruto do sector do ambiente, indicador essencial para elevação da percepção sobre o impacto da economia ambiental na sociedade.

Esta fraqueza, estende-se ainda na recolha de dados visando o fortalecimento dos sistemas de monitoria da implementação das políticas sobre emissão de gases de estufa e poluição derivada do desenvolvimento industrial, incluindo maior coordenação dos efeitos dos desastres naturais e ciclones.

Neste contexto a Revisão Institucional do MTA, recomendou a criação de Instituições de Investigação visando a separação e desenvolvimento rápido das funções técnicas, que abordem estas matérias podendo ainda fazer a ligação do desenvolvimento sócio-económico do país em relação aos indicadores do Índice de Desempenho Ambiental que permitiria em simultânea uma avaliação mais robusta do progresso do país em relação as metas de desenvolvimento do sustentável.

## Análise Jurídica da PNA

**Enquadramento Jurídico-Constitucional**

Nos termos do artigo 90 da CRM, *todo cidadão tem o direito de viver num ambiente equilibrado e o dever de defender.*

*O Estado e as autarquias locais, com a colaboração das associações de defesa do ambiente, adoptam políticas de defesa do ambiente e vela, pela utilização racional de todos os recursos naturais.*

Art. 117 da CRM versa sobre a qualidade de vida, e condiciona a integração na política ambiental, valores ambientais, programas educacionais, aproveitamento racional, estabilidade ecológica, ordenamento do território, controle da poluição e a erosão, os objectivos ambientais nas políticas sectoriais.

Neste desiderato, urge adequar a política nacional do ambiente aos aspectos políticos, sociais, culturais e económicos com vista se seguir o preconizado ma lei constitucional pois a política nacional vigente alcançou alguns objectivos, desde os culturais, legislativos e de desenvolvimento sustentável.

Pelo que, a revisão do quadro político legal do sector de ambiente, após estes 30 anos da sua vigência, tornou-se necessário de modo a conferir-lhe consentaneidade com a dinâmica socio-económica e ecológica do país e do mundo, em geral.

**Análise das Normas Substantivas e Adjectivas**

***A Lei do Ambiente*** é o corolário da aprovação da política nacional da ambiente aprovada em 1995, tendo em função desse instrumento legal nos termos do artigo da Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro, dado o comando legal aprovar instrumentos legais complementares de prevenção ambiental neste caso regulamentos com vista a aprimorar o controlo da qualidade ambiental desde os de padrões de qualidade ambiental, de avaliação de impacto ambiental, de gestão de resíduos sólidos urbanos, perigosos, zonas costeiras, plásticos, ordenamento do território, auditoria ambiental entre outros.

Estes instrumentos permitiram evidenciar algum controlo por parte das entidades competentes no que tange a inspeção, fiscalização e auditoria ambiental. No entanto, não foi acompanhado pelas várias componentes de consolidação para efectuar as análises e diagnósticos com vista a aferir o grau de poluição.

***Houve avanços desta natureza no que tange as normas substantivas, entretanto faltou consolidar a parte adjectiva***, devendo esta política alcançar este desiderato, por via de um instrumento processual com vista a responsabilização civil e criminal, embora o Código Penal tenha a previsão com vista a responsabilização criminal, a lei da biodiversidade e florestal. ***Entretanto, falta um código processual ambiental próprio e entidades jurisdicionais especializadas*** para o julgamento destes ilícitos ambientais a todos níveis, com o propósito de garantir a tutela jurisdicional efectiva, a tutela colectiva do ambiente, interesses difusos e interesses colectivos.

***Não menosprezando o papel do Ministério Público*** como garante da legalidade e defensor do Estado. Pelo que é necessário garantir a legitimidade processual em ametria ambiental, prevista no artigo 26 do Código de Processo Civil, que determina a constituir o autor da parte legítima quendo tem interesse directo em demandar, garantindo as duas dimensões fundamentais, uma preventiva e a outra repressiva accionando os meios não jurisdicionais e jurisdicionais através dos recursos aos tribunais. A consagração do acesso a justiça e defesa do ambiente deve ser o prisma e consagração na política do ambiente e mecanismos procedimentos e processuais eficazes com vista a defesa do direito ao ambiente equilibrado, intervindo, nesse sentido em nome da colectividade.

***Há necessidade de adequar a legislação ambiental substantiva ao desenvolvimento socioeconómico do país e aos novos desafios na componente de gás, petróleo e a mineração artesanal e, não só***, como de protecção da zona costeira. Pois, a legislação encontra-se desajustada. É imperioso acompanhar a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, urbanização, florestas e fauna.

***Outro especto importante é o desfasamento institucional*** e organizacional vem sofrendo em face dos ciclos governativos, o que tem posto em causa o desenvolvimento do sector. Os planos de implementação e as políticas devem perdurar para além do tempo, incorporando a componente ambiental em instituições fortes e um fundo de desenvolvimento ambiental que possa ser institucionalizado e perdure no tempo para criar receitas com o propósito de fortificar o processo de fiscalização e auditoria ambiental a todos níveis.

***O Ministério ora criado é complexo***, tem uma componente ambiental, onde se desdobra em duas direções nucleares, ***desde a direção nacional do ambiente e mudanças climáticas, terra e ordenamento territorial*** que são componente importantes para o desenvolvimento do sector, não se esquecendo que o ordenamento do território e parte essencial e que contribui para a resiliência climática, atendendo que as mudanças climáticas tem neste governo uma ação enérgica neste novo ministério.

# Lições Aprendidas da Política Vigente

As lições aprendidas baseiam-se nas constatações do desempenho à luz das directrizes emanadas na PNA vigente, bem como o desempenho sectorial plasmado na Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, conjugado com os indicadores ambientais adoptados em Moçambique e na análise dos Relatórios do Estado do Ambiente de 2012 e 2018, para além de outra documentação relevante. As lições aprendidas são agrupadas e Positivas e Desafios, conforme se segue:

**Lições positivas**

* A aposta na formação de quadros, o estabelecimento de cursos específicos em ambiente foram decisivos na criação de uma base técnica, essencial para a gestão ambiental no País;
* A introdução de matérias ambientais nos currícula escolares, a educação, divulgação e consciencialização ambiental demonstraram ser ferramentas eficazes para promover uma sociedade mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente;
* A implementação do PECODA (Programa de Educação, Comunicação, Divulgação Ambiental), iniciativa “um líder uma floresta”, “um aluno uma árvore”, núcleos, clubes e ONGs pró-ambiente demonstraram ser meios eficazes para a elevação da consciência ambiental a nível local;
* Criação de unidades ambientais em diversos sectores, baseada no princípio da gestão transversal do ambiente, a identificação clara do papel dos diferentes actores (Governo, Sociedade Civil, Sector Privado), permitiu a integração progressiva da componente ambiental nos planos e programas sectoriais assegurando uma melhor implementação das prioridades ambientais rumo ao desenvolvimento sustentável;
* O desenvolvimento de um Quadro Legal e Regulatório permitiu a adopção de princípios de gestão ambiental e a criação de mecanismos de responsabilidade ambiental corporativa no sector privado;
* A adesão de Moçambique a compromissos e acordos regionais e globais permitiu o alinhamento das prioridades ambientais do País à agenda ambiental global, partindo do princípio de que os desafios ambientais ignoram fronteiras artificiais, o que permitiu a atracção de parcerias estratégicas, financiamento e apoio técnico;
* O país colocou no topo da agenda nacional desafios ambientais cruciais que afectam a humanidade tais como mudanças climáticas, transição energética, economia circular, economia verde e economia azul, o que reforça sua capacidade adaptativa em contextos globais em transformação, o que indica o grande compromisso político com o ambiente.
* Grandes avanços na cobertura do País com instrumentos de ordenamento territorial a todos os níveis, incluindo Planos Locais de Adaptação as Mudanças Climáticas (PLAs)
* A Sociedade Civil tem sido um actor-chave na gestão do ambiente, pelo que, afigura-se importante que se destaque o seu papel na futura Política;

**Desafios**

* A baixa dotação orçamental pública, aliada a imprevisibilidade dos desembolsos dos financiamentos por parte dos parceiros internacionais tem estado a constituir uma barreira para a implementação cabal da agenda ambiental do País;
* A grande mobilidade dos técnicos a todos os níveis concorrem para o desempenho deficiente do sector ambiental, com maior destaque para o nível local e autarquias;
* A ausência de memória institucional contribui para a descontinuidade dos programas;
* A descentralização deve ser acompanhada de capacidade técnica e recursos para o nível local;
* O órgão responsável pela gestão ambiental e ordenamento do território a nível local, regra geral, não dispõe de quadros especializados;
* A directiva que veda novas contratações, aliada ao processo de reforma constitui um desafio para o preenchimento das vacaturas no Quadro Técnico;
* As constantes mutações sofridas na Institucionalização do Ministério concorrem para o fraco desempenho do sector ambiental;
* O ambiente tem sido visto como obstáculo ao desenvolvimento económico;
* O crescimento populacional exponencial, aliado a elevada incidência da pobreza, que obriga parte significativa da população a recorrer à exploração directa e intensiva dos recursos naturais, tem minando os esforços para a uma gestão sustentável do ambiente;
* A exposição do País aos efeitos das Mudanças Climáticas, aliada a fraca capacidade adaptativa afectam negativamente as aspirações de crescimento do país, concorrendo para exacerbar a pressão sobre os sobre os ecossistemas e serviços ambientais
* Apesar de o País dispor de legislação ambiental e de ordenamento do território, bem como a adesão aos compromissos plasmados na agenda ambiental global por via dos ODS, convenções e protocolos internacionais e regionais, a fraca capacidade na sua implementação efectiva, aliada a uma manifesta impunidade aos infractores agravam a degradação ambiental, prejudicando o Estado do Ambiente;
* Prevalecem fraquezas no estímulo ao sector privado e as comunidades para adoptarem práticas ambientalmente responsáveis;
* O País deverá capacitar-se para o domínio das plataformas e mecanismos globais de financiamento ao sector do ambiente;
* A extinção dos centros de pesquisa e investigação adstritos ao (ex-MICOA) colocam um vazio na produção de dados e informação ambiental regular e sistemática, afectando a tomada de decisões devidamente informadas e a produção de instrumentos de monitoria do ambiente (Relatórios, Compêndios e Estatísticas);
* A extinção do FUNAB e integração das funções no FNDS colocou sérios desafios no desempenho ao Ministério que superintende a área do Ambiente;
* A inexistência do Laboratório Ambiental dificulta a correcta monitoria do Estado do Ambiente;
* Com base na experiência da AAE da Costa de Moçambique e do Vale do Zambeze, verifica-se a necessidade de se incluir a AASE como um dos instrumentos da nova política;
* Tendo se verificado que, regra geral, as autarquias não tem cumprido com os instrumentos de ordenamento do território por estas aprovados, urge a necessidade de acionamento dos mecanismos de penalização;
* O papel do CONDES (Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável) na coordenação da agenda ambiental sectorial afigura-se de extrema importância, pelo que, urge a sua revitalização;
* Necessidade de actualizar a informação sobre os dados dos indicadores ambientais para uma melhor análise do Estado Actual do Ambiente.

De forma geral conclui-se que a situação actual do Sector do Ambiente, resultante da implementação da PNA é encorajadora, constituindo a base para melhoria no desempenho da gestão ambiental no futuro, devendo-se considerar as lições aprendidas para subsidiar a intervenção dos vários actores no desenho, implementação e monitoria da futura Política do Ambiente.

# Recomendações (Prioridades para a Futura Política)

As recomendações (Prioridades para a Futura Política) a seguir apresentadas, assentam nas lições aprendidas (positivas e desafios) constatado na avaliação da implementação da Política vigente, bem como recomendações das personalidades e entidades entrevistadas, conjugado com o plasmado na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025-2044).

## Prioridades Plasmadas na ENDE 2025-2044

* Promover a gestão sustentável dos recursos naturais e a transição para a economia circular, incentivando a redução, reutilização e reciclagem de materiais, assegurando o uso responsável dos recursos naturais;
* Promover a transição justa baseado em princípios de equidade, justiça social, transparência e respeito pelos direitos dos trabalhadores e comunidades afectadas;
* Estimular a renovação dos padrões de pesca e aquacultura, desmantelamento de plataformas *offshore*, energias renováveis no mar que também contribuirão no processo de fornecimento de energia, turismo azul, transporte marítimo, biotecnologia azul, entre outros;
* Estimular práticas sustentáveis nas indústrias (*offshore, deep offshore e onshore*) e sectores produtivos, promovendo a eficiência energética, a redução de perdas e do uso responsável dos recursos naturais;
* Promover um desenvolvimento nacional integrado e resiliente às mudanças climáticas e reduzir a vulnerabilidade das pessoas e comunidades aos vectores de transmissão de doenças associadas às mudanças climáticas, do capital natural e edificado;
* Aperfeiçoar a coordenação intersectorial dos grandes investimentos, nomeadamente os relacionados com a extracção de minerais, produção de hidrocarbonetos e de energias renováveis, faixa costeira e terrestre, espaço marítimo e águas interiores e, particularmente, nas áreas de maior de ocorrência de ecossistemas sensíveis;
* Fortalecer as capacidades técnicas e institucionais para a gestão ambiental e a promoção da economia circular e aceder a fontes adicionais de financiamento climático de iniciativas orientadas para o desenvolvimento sustentável;
* Promover a resiliência climática e práticas adaptativas em sectores-chave como agrário (agricultura, florestas, pecuária e pescas), energético (*offshore e onshore*) e transportes, para enfrentar as mudanças climáticas;
* Promover um desenvolvimento de baixo carbono através de investimentos em tecnologias limpas e sustentáveis para redução das emissões de gases de efeito estufa;
* Promover a educação ambiental e consciencialização pública, envolvendo a sociedade civil, empresas e instituições na adopção de práticas sustentáveis e na valorização da economia circular;
* Fomentar parcerias e cooperação regional e internacional para gestão sustentável dos recursos naturais incluindo a promoção da conservação do maneiro sustentável de florestas e mercados de carbono bem como a troca de conhecimentos, tecnologias e boas práticas em economia circular aliado a azul e verde;
* Monitorar e avaliar regularmente o progresso os resultados das acções implementadas, visando o aprimoramento contínuo das práticas de desenvolvimento sustentável;
* Reforçar o sistema de aviso prévio e a capacidade institucional para preparação perante iminentes eventos climáticos extremos e as operações de socorro durante e depois da ocorrência de choques.

## Outras Recomendações

**1. Reforço do Quadro Institucional Ambiental, desde o nível Local ao Central**

Reforçar a capacidade técnica, sobretudo a nível local e autárquico. Clarificação dos papeis e responsabilidades de gestão ambiental entre os SPA e as DPDTA. A descentralização deverá ser acompanhada pela necessária dotação de recursos humanos e financeiros. Desenvolvimento institucional para alavancar as capacidades de colecta de receita e mobilização de recursos financeiros e tecnológicos que, de acordo com a Revisão Institucional do ex-MTA, associando a estes esforços, o de identificação e elaboração de projectos, poderão fortalecer a elegibilidade da Instituição como Agência Acreditada, para a preparação e submissão de projectos através dos Acordos Multilaterais sobre o Meio Ambiente (MEA) e outros mecanismos de parcerias e cooperação internacional. Criação de uma plataforma de coordenação de financiamentos ao nível da área de ambiente. Criação de um braço técnico agregando funções de investigação, pesquisa.

**2. Ordenamento Territorial**

Reforçar a capacidade de fiscalização da implementação dos instrumentos de ordenamento do território, com enfoque nas cidades, vilas e povoações não autarcizadas. Garantir a produção regular dos relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território, do Ambiente e do Clima, conforme exigido por lei. Sanções e penalizações exemplares aos infractores na implementação dos instrumentos de ordenamento do território e de gestão ambiental.

**3. Consolidação dos Instrumentos da Política do Ambiente**

Incluir na futura Política do Ambiente a Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE), o Sistema de Informação para Gestão Ambiental (SIGA) e o Zoneamento Ecológico como instrumentos obrigatórios e operacionais de gestão ambiental integrada.

**4. Reforço da Integração do Princípio da Gestão Transversal do Ambiente**

Reforçar a integração das prioridades ambientais nos programas e planos sectoriais, garante que o desenvolvimento económico ocorra em equilíbrio com a sustentabilidade ambiental. A institucionalização da Avaliação Ambiental Estratégica em todos os planos e políticas públicas relevantes, bem como a operacionalização de unidades ambientais nos sectores prioritários, permitirá assegurar o cumprimento dos princípios da Política do Ambiente e da agenda ambiental nacional no geral, elevando o grau de integração e consideração do ambiente nos processos de decisão.

**5. Gestão do Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas**

Incorporar a gestão do risco de desastres e a adaptação às mudanças climáticas como pilar da política do ambiente, reconhecendo a elevada vulnerabilidade climática do país. O reforço dos sistemas de aviso prévio, a promoção de infraestruturas resilientes e a integração do risco climático no ordenamento territorial permitirão salvaguardar as comunidades e os ecossistemas face ao aumento da frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos como ciclones, inundações e secas.

**6. Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade**

Proteger e conservar os ecossistemas e a biodiversidade, no geral, assegurando o seu uso sustentável, com especial atenção para habitats críticos como mangais, florestas, zonas húmidas e recifes de coral. A expansão das áreas de conservação, o reforço da gestão comunitária dos recursos naturais e a implementação dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica e do Protocolo de Nagoya constituem pilares fundamentais para garantir os serviços ecossistémicos e a resiliência ecológica do território nacional. Incluir assuntos emergentes (organismos geneticamente modificados, libertação para o ambiente, DSI - Digital Sequential Information), derrames de óleos provenientes da exploração de petróleo e gás, e de embarcações.

**7. Melhoria da Qualidade Ambiental em Zonas Urbanas**

Melhorar a qualidade ambiental nas zonas urbanas, enfrentando os desafios associados à poluição (incluindo a poluição derivada de fontes radioactivas), aos assentamentos informais e à pressão sobre os recursos naturais. A regulamentação eficaz de efluentes e resíduos, a promoção de tecnologias limpas e a consolidação de sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos contribuirão para um ambiente urbano mais saudável, seguro e sustentável, particularmente para as populações mais vulneráveis.

**8. Consolidação da Educação Ambiental**

Consolidar a educação ambiental como instrumento estratégico para a mudança de atitude e comportamento em relação ao ambiente, abrangendo os sistemas formal, não formal e informal de educação. A Estratégia Nacional de Educação Ambiental, a integração sistemática de conteúdos nos currícula escolares e a dinamização de campanhas de sensibilização permitirão fortalecer uma cidadania ambiental activa, informada e participativa em todo o território nacional.

**9. Promoção da Economia Ambiental (Verde e Azul)**

Promover a transição para uma economia verde e azul inclusiva, baseada na utilização sustentável dos recursos naturais, incluindo a fauna e a flora, e na geração de emprego digno e sustentável. A dinamização de sectores como ecoturismo, agroecologia e pesca responsável, aliada à formalização de actividades económicas e ao incentivo ao empreendedorismo ambiental, permitirá reforçar os meios de subsistência e impulsionar o desenvolvimento local com base na sustentabilidade.

**10. Desenvolvimento de um Sistema Informação para a Gestão Ambiental**

Desenvolver um Sistema Integrado de Informação Ambiental que permita recolher, processar, analisar e divulgar dados ambientais com base em tecnologia moderna e interactiva com as outras plataformas. A integração de plataformas digitais de monitoria, sistemas de georreferenciação e indicadores ambientais em tempo real, acessíveis ao público e aos decisores, fortalecerá a gestão baseada em evidência científica, com recurso a um laboratório ambiental a ser estabelecido.

**11. Estabelecimento de Mecanismos de Financiamento Ambiental Sustentável**

Estabelecer mecanismos de financiamento ambiental previsíveis, diversificados e sustentáveis, capazes de assegurar a implementação efectiva da política ambiental. A criação de um Fundo Nacional do Ambiente, a aplicação de instrumentos fiscais verdes e a mobilização de recursos junto de mecanismos internacionais como o Fundo Verde para o Clima, o GEF, o REDD+ e os mercados de carbono contribuirão para garantir a continuidade dos programas ambientais e o reforço das instituições envolvidas. Para maximizar as oportunidades de acesso ao financiamento global para o sector do ambiente pressupõe-se um passo crucial que é a acreditação do Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas, um processo renovável periodicamente. O financiamento global consiste em janelas de oportunidades que são abertas periodicamente, com prazo determinado e que o País deve dominar, para que possa desenhar projectos alinhados aos objectivos destas janelas.

**12. Fortalecimento da Participação da Sociedade Civil e do Sector Privado**

Fortalecer o papel da sociedade civil, comunidades locais e sector privado na gestão ambiental, reconhecendo-os como actores estratégicos no processo de implementação da política. A criação de fóruns de concertação, conselhos comunitários e parcerias público-privadas, aliada à valorização e patenteamento do conhecimento tradicional e ao empoderamento de mulheres, jovens e outros grupos de interesse, permitirá consolidar uma governação ambiental inclusiva, participativa e eficaz.

# Referências Bibliográficas

* 9º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia, *Soluções Técnicas para Tratamento de Águas Residuais*. Proceedings CLME2022/VICEM- / VI Congresso de Engenharia de Moçambique, Maputo, 4-8 Setembro 2017; Ed: J.F. Silva Gomes et al. Publ: INEGI/FEUP (2022), <https://paginas.fe.up.pt/clme/proceedings_clme2022/>
* Agência Nacional de Áreas de Conservação (ANAC). (2024). *Relatório Anual de Conservação*. Disponível em:<https://www.anac.gov.mz>
* André, Silva Da. (2020). *Quadro Legal,* *Políticos e Institucional para Gestão dos plásticos Marinhos em Moçambique*
* Associação Moçambicana de Reciclagem (AMOR). (2024). *Relatórios e Publicações*. Disponível em:<https://www.amor.co.mz>
* Banco Mundial. (2010). *Economia de Adaptação às Alterações Climáticas: Moçambique*. Washington DC
* Banco Mundial. (2017). *Gestão integrada de paisagens e florestas em Moçambique: paisagens, florestas e pessoas. Washington,* DC: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial
* Banco Mundial. (2020). Serviços de dados online. Acessado em dezembro de 2020. https://data.worldbank.org/country/MZ
* Bandeira, Salomão, et. al. (2018). *Estudo de Lições Aprendidas e Boas Práticas de Reabilitação do Mangal*. Maputo: MITADER
* C.G. Lundin & O. Lindén. (1997). *Integrated Coastal Zone Management in Mozambique, Inhaca Island and Maputo, Mozambique*
* CEAGRE. (2015). *Mapeamento de habitats de Moçambique: criando as bases para contrabalanços de biodiversidade em Moçambique. Maputo: Centro de Estudos de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais, Universidade Eduardo Mondlane*
* Centro Terra Viva. (2012). *1.º Relatório de Monitoria de Boa Governação na Gestão Ambiental e dos Recursos Naturais em Moçambique* *(2010 – 2011*). Maputo: Centro Terra Viva – Estudos e Advocacia Ambiental
* COUTO, Graça Tomo et al. (2013). *Estudo sobre gestão comunitária de recursos naturais em Moçambique*
* Duarte, Maria Cristina; Romeiras, Maria Manuel; Bandeira, Salomão. (2012). E*cossistemas costeiros de Moçambique: biodiversidade, distribuição e conservação dos prados marinhos*. In: Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência
* Environmental Performance Index (EPI). (2022). *Mozambique Country Profile*. Yale University. Disponível em:<https://epi.yale.edu/epi-results/2022/country/moz>
* Eucke & Reichel. (2012), *Thematic Window, Environment & Climate Change,* MGD Achievement Fund
* FAO, Governo de Moçambique. (2009). *Quadro das Demandas e Propostas de Guiné-Bissau para o Desenvolvimento de um Programa Regional de Cooperação entre Países da CPLP no domínio da Luta contra a Desertificação e Gestão Sustentável das Terras*
* GdM. (2012). Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas de Moçambique (ENAMMC) 2013-2025. Ministério para a Coordenação dos Assuntos Ambientais, Moçambique
* GdM. (2018). *Contribuição Pretendida Determinada nacionalmente (NDC) de Moçambique para a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)*. Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Maputo, Moçambique
* GdM. (2020). *Programa Quinquenal do Governo 2020-2024. Prioridade III – Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente* (Maputo, República de Moçambique)
* Iniciativa da Grande Muralha Verde. (2023). *Plano de Ação Nacional (PAN)*, Moçambique
* Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE). (2024). *Relatórios e Estudos*. Disponível em:<https://www.idppe.gov.mz/>
* Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). (2024). *Informação Institucional*. Disponível em:<https://www.iiam.gov.mz/>
* Instituto Nacional de Estatística (INE). (2017). *Projecções populacionais 2017-2050*, extraídas do Censo Geral da População e Habitação. Dados consultados online, 10 de Abril de 2020. http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/projeccoes-da-populacao-2017-2050
* Instituto Nacional de Estatística (INE). (2023). *Estatísticas do Ambiente*. Disponível em:<https://www.ine.gov.mz>
* Instituto Universitário de Lisboa iscte. (2023). *Balanced Scorecard do Sector de Água e Saneamento*. Disponível em:<https://www.dnaas.gov.mz>
* Jones, K., Duarte, E., Grantham, H., Costa, H.M., Sidat, N., Sitoe, J., Van Beuningen, D., Bennet, R., Afonso, P., Agy, B., Montanha, C., Suege, I. & Harris, L.R. (2021) *Análise de Priorização Espacial para apoiar a expansão das Áreas de Conservação Marinhas em Moçambique*. Wildlife Conservation Society Moçambique e Instituto Nacional de Investigação Pesqueira. Maputo, Moçambique
* Ministério da Agricultura (MINAG). (2024). *Informação Institucional*. Disponível em:[http://www.minag.gov.mz/[2][4][6]](http://www.minag.gov.mz/%5b2%5d%5b4%5d%5b6%5d)
* Ministério da Energia. (2012), *Estratégia de conservação e uso sustentável da energia de biomassa*, Maputo, Moçambique
* Ministério da Terra e Ambiente. (2022). *A educação ambiental como ferramenta chave para o desenvolvimento sustentável*. Coord. Emília Fumo; Guilhermina Amurane. Maputo
* Ministério da Terra e Ambiente. (2023). *Revisão Da Legislação De Ordenamento Do Território E Do Regulamento Do Solo Urbano,* Maputo, Moçambique
* Ministério da Terra e Ambiente. (2025). *Estratégia Nacional de Educação Ambiental ENEA*, LBC Moçambique & Mentes Sustentáveis, Maputo, Moçambique
* Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). (2023). *Documentos Institucionais*. Disponível em:[http://www.micoa.gov.mz/[2](http://www.micoa.gov.mz/%5B2)[]](http://www.micoa.gov.mz/%5B2%5D)
* Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). (2009). *Manual do Educador Ambiental*
* Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). (2004). *Plano Estratégico do Sector do Ambiente (2005-2015)*
* Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). (2009). *Lançamento da Campanha Nacional de Educação Ambiental 2009-2025*
* Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). (2012). Relatório do Estado do Ambiente de Moçambique
* Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental. (2009). *Balanço Da Implementação Das Actividades da 1a Fase Do PECODA (2009-2014)*
* MITADER. (2018). Plano de Operacionalização da NDC de Moçambique - 2020-2025. 2018, Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Moçambique (MITADER), CAOS Sustentabilidade, Parceria NDC, Camões IP
* Ministério da Terra, Ambiente E Desenvolvimento Rural Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras*, (*2015) *Estratégia e plano de acção nacional para restauração de mangal 2015-2020*
* Ministério da Planificação e Desenvolvimento, *Estratégia Nacional De Desenvolvimento (ENDE) 2025-2044*
* Ministério da Terra. (2014). *Ambiente e Desenvolvimento Rural, Estratégia para a gestão integrada da zona costeira*. Maputo
* Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, (2019) *Quadro de Política de Reassentamento – QPR (P161777). Projecto de Saneamento Urbano e Drenagem em Moçambique*
* MMAIP. (2020). Estratégia Nacional de Gestão de Mangais 2020–2024. Maputo: MMAIP
* Ministério da Terra e Desenvolvimento Rural, (2019), *Agenda Florestal 2035 e Programa Nacional de Florestas – Moçambique. Versão após harmonização multissectorial*. Maputo
* Ministério do Planeamento e Desenvolvimento; Ministério da Administração Estatal, (2013) Projecto Cidades e Mudanças Climáticas: Manual de Implementação (Volume III). Banco Mundial
* Nzualo & Silvestre. (2019). *Avaliação da vulnerabilidade costeira na costa Moçambicana: Índice de Vulnerabilidade Costeira simplificado,* Universidade Salgado de Oliveira, disponível em [Avaliação da vulnerabilidade costeira na costa Moçambicana: Índice de Vulnerabilidade Costeira simplificado | AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos](https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/35267#:~:text=A%20vulnerabilidade%20da%20costa%20mo%C3%A7ambicana%20em%20raz%C3%A3o%20da,usando%20o%20%C3%8Dndice%20de%20Vulnerabilidade%20Costeira%20Simplificado%20%28IVCs%29.)
* Observatório do Meio Rural. (2019). *Gestão De Resíduos Sólidos Em Moçambique*, Destaque Rural Nº 76 Maputo, Moçambique
* Overseas Development Institute. (2008). *Instituições, Despesa Pública E O Papel Dos Parceiros Do Desenvolvimento No Sector Ambiental, Estudo Do Caso De Moçambique*
* Pereira, M.A.M. (2021). *Marine & Coastal Areas under Protection: Mozambique*, In: UNEP-Nairobi Convention and WIOMSA. 2021. Western Indian Ocean Marine Protected Areas Outlook: Towards achievement of the Global Biodiversity Framework Targets. UNEP and WIOMSA, Nairobi, Kenya
* Pereira, Marcos. (2021). *Marine & coastal areas under protection: Mozambique*. In: WESTERN INDIAN OCEAN MARINE PROTECTED AREAS OUTLOOK. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353259357>
* PDUL. (2021). *Guião metodológico para a gestão e controlo da qualidade de pequenos projectos de infra-estruturas. Projecto de Desenvolvimento Urbano e Local*
* Política Industrial e Estratégia de Implementação (2016–2025)
* Programa das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2024). *Mozambique Country Programme*. Disponível em:<https://www.unicef.org/mozambique>
* SADC. (2023). *Environment & Climate Change*. Disponível em:[https://www.sadc.int/pillars/environment-climate-change[3][5][7][8][9]](https://www.sadc.int/pillars/environment-climate-change%5b3%5d%5b5%5d%5b7%5d%5b8%5d%5b9%5d)
* Serra, Carlos Manuel. (2011). *Quadro jurídico-ambiental de Moçambique*. Centro de Integridade Pública (CIP), Maputo
* Serra, Carlos Manuel; Dondeyne, Stefaan; Durant, Tom. (2013). *Meio ambiente em Moçambique*: *Notas para reflexão sobre a situação actual e os desafios para o futuro*, Maputo
* SIBMOZ. (2024). *Sistema de Informação sobre a Biodiversidade de Moçambique*. Disponível em:<https://sibmoz.gov.mz>
* SIBMOZ. (2021). Ameaças à Biodiversidade em Moçambique. Disponível em: https://sibmoz.gov.mz/threats-to-biodiversity/?lang=pt-pt
* Sitoe, Almeida; Macamo, Célia. (2017). *Governação E Gestão De Mangais Em Moçambique*: *Relatório de Governação Ambiental. Maputo, Moçambique*
* The World Bank. (2021). *Análise nacional de lixo marinho em Moçambique, disponível em The* [*World Bank Document*](https://documents1.worldbank.org/curated/en/623311645006154444/pdf/Analise-Nacional-de-Lixo-Marinho-em-Mocambique-Sumario-Executivo.pdf)
* The World Bank. (2023). *Mozambique Climate Resilience Project: Final Report*. Disponível em:<https://www.worldbank.org/en/country/mozambique>
* UN-Habitat. (2008) *Mozambique, Urban Sector Profile*, UNON/Publishing Services Section/Nairobi, Nairobi, Kenya
* UNICEF. (2023)**.** *Rural Sanitation Costed Roadmap 2023–2030: Guinea-Bissau*. United Nations Children's Fund
* USAID/SPEED+, (2023) *Co-gestão, Governanção e Quadro Jurídico-Legal das Áreas de Conservação Comunitária em Moçambique*: R20 - Final Draft. Maputo: Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS)
* WWF Moçambique. (2023). *Relatório de Sustentabilidade Marinha*.

**Leis e decretos**

* Decreto Presidencial n.º 2/94, de 21 de Dezembro
* Decreto n.º 2/2016 de 10 de Fevereiro. Altera o Decreto n.º 80/2010 e extingue os CDS
* Decreto Presidencial n.º 4/2020, de 28 de Fevereiro: Aprova as atribuições do Ministério da Terra e Ambiente
* Decreto Presidencial n° 6/95, de 16 de Novembro
* Decreto n.º 78/2022, de 30 de Dezembro: Ajusta as atribuições, competências, autonomia, a gestão e funcionamento da Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental, designada AQUA
* Decreto Presidencial n.º 11/2015: Altera a composição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES)
* Política de Urbanização. Resolução n.º 31/2024, de 10 de julho
* Regulamento de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (Decreto n.º 94/2014)
* Regulamento de Qualidade da Água para Consumo Humano (Decreto n.º 18/2004)
* Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho e Costeiro, Decreto n.º 45/2006, de 30 de Novembro de 2006
* Lei das Pescas (Lei 22/2013 de 1 de Novembro)
* Regulamento da Pesca Marítima (REPMAR) (Decreto 89/2020 de 8 de Outubro)
* Regulamento da Pesca nas Águas Interiores (REPAI) (Decreto n.º 21/2022, de 13 de Maio)
* Regulamento da Aquacultura (RAQUA) (Decreto n.º 99/2021, de 31 de Dezembro)
* Regulamento da Pesca Recreativa e Desportiva (Decreto n.º 82/2021 de 15 de Outubro)
* Regulamento sobre a prevenção da poluição e a protecção do ambiente marinho e costeiro. Decreto n.º 45/2006, de 30 de Novembro
* Resolução n.º 3/2018: Criação da Comissão de revisão da Política e Legislação Ambiental (CRPLA).
* Constituição da República de Moçambique
* Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental. Decreto n 54/2015, de 31 de Dezembro
* Regulamento de Gestão das Áreas Costeiras. Decreto n.º 26/2023, de 21 de abril
* Regulamento de Gestão e Ordenamento da Zona Costeira. Decreto n.º 97/2020, de 4 de Novembro
* Regulamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES). Decreto n.º 13/2013, de 11 de Abril
* Regulamento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Decreto n.º 94/2014, de 31 de dezembro
* Regulamento de Segurança de Barragens. Decreto n.º 60/2013, de 2 de dezembro
* Regulamento de Ecoturismo. Decreto n.º 88/2009, de 7 de dezembro
* Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes. Decreto n.º 18/2004, de 2 de junho.

# Anexos

## Anexo A – Lista de Entrevistados

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **#** | **Nome** | **Instituição** | **Cargo/Posição** | **Área de especialização** |
| 1 | Guilhermina Amurane | Direcção Nacional do Ambiente (DINAB) | Directora Nacional | Gestão Ambiental |
| 2 | Jadwiga Massinga | Direcção Nacional de Mudanças Climáticas (DMC) | Directora Nacional | Mudanças Climáticas |
| 3 | António Hoguane | UEM | InOM | Académico | Director do InOM | Oceanografia Física |
| 4 | Carlos Serra | ONG Repensar | UEM | Académico | Professor Universitário / Director Repensar | Direito Ambiental |
| 5 | Salomão Bandeira | UEM – Departamento de Ciências Biológicas | Professor Associado | Biodiversidade e Conservação |
| 6 | Bonifácio António | INGD | Assessor do Presidente do INGD | Gestão Ambiental |
| 7 | Alda Salomão | Tindzila | Directora Geral | Jurista Ambiental |
| 8 | Almeida Sitoe | UEM- FAEF-CEAGRE | Professor | Engenharia florestal / mudanças climáticas |
| 9 | Almeida Guissamulo | UEM | Professor | Biodiversidade Marinha e Costeira |
| 10 | Luciana Santos | IMPACTO Projectos e Estudos Ambientais | Directora Geral | Gestão Ambiental |
| 11 | Inês Macamo | Migrações Forçadas e Geografia Humana/ População e Saúde | Professora Universitária | Geografia |
| 12 | Erasmo Nhachungue | ISCTEM – Faculdade de Arquitectura e Urbanismo | Professor Universitário | Arquitectura |
| 13 | António Queface | UEM | Meteorologia / Mudanças climáticas | Professor Universitário | Meteorologia |
| 14 | Jacinto Tualufo | Direcção provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Gaza | Director provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Gaza |  |
| 15 | Lexa Fernandes | Direcção provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Sofala | Substituta da Directora provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Sofala |  |
| 16 | Pascoal Lisboa | Direcção provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Inhambane | Substituto do Director provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Inhambane |  |
| 17 | Adelino Mugadui | Direcção provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Manica | Substituto do Director provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Manica |  |
| 18 | Óscar Zalimba | Direcção provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Tete | Director provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província de Tete |  |
| 19 | Marcos Sapateiro | Direcção provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província da Zambézia | Director provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente da província da Zambézia |  |
| 21 | Manuel Mutimucui | Banco Mundial | Salvaguardas Ambientais | Salvaguardas Ambientais |
| 22 | Helton Chigamane Sociado Huo | Banco Mundial | Salvaguardas Ambientais | Salvaguardas Ambientais |
| 23 | Ana Elisa Bucher | Banco Mundial | Salvaguardas Ambientais | Salvaguardas Ambientais |
| 24 | Juliana Arsenio Come | Banco Mundial | Salvaguardas Social | Salvaguardas Social |
| 25 | Sean Nazerali | Biofund | Director de Financiamentos Inovadores | Director de Financiamentos Inovadores |
| 26 | Ismael Chale | MIREME | Técnico Sector Ambiental | Técnico Sector Ambiental |
| 27 | Julião Guezi | ANAMM | Associação Moçambicana dos Municípios | Associação Moçambicana dos Municípios |

## Anexo B – Convenções e Acordos Ractificados

| **Convenção / Acordo** | **Tema** | **Estado** | **Objectivo Principal** |
| --- | --- | --- | --- |
| Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) | Convenção da Biodiversidade | Biodiversidade | Ractificada (1994)  Resolução n° 2/94 | Conservação da biodiversidade e uso sustentável dos seus componentes. |
| Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança | Biossegurança | Ractificada (2001)  Resolução n° 11/2001 | Segurança no uso de organismos geneticamente modificados. |
| Convenção de RAMSAR sobre Terras Húmidas | Terras húmidas | Ractificada (2003)  Resolução n° 45/2003 | Conservação e uso racional de Terras húmidas de importância internacional e seus recursos. |
| Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) | Convenção sobre Mudanças Climáticas | Mudanças climáticas | Ractificada (1994)  Resolução n° 1/1994 | Estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. |
| Protocolo de kyoto | Clima / Emissões | Ractificada (2004)  Resolução n° 10/2004 | Redução das emissões de gases com efeito de estufa pelos países industrializados. |
| Acordo de Paris | Clima | Ractificada (2017)  Resolução n.° 8/2017 | Limitar o aquecimento global a menos de 2°C em relação aos níveis pré-industriais. |
| Convenção sobre o Combate à Seca e Desertificação (UNCCD) | Desertificação | Ractificada (1996)  Resolução n.° 20/96 | Combater a degradação dos solos em áreas áridas, semi-áridas e secas sub-húmidas |
| Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes | Substâncias tóxicas | Ractificada (2004)  Resolução no 56/2004 | Eliminar ou restringir a produção e uso de poluentes orgânicos persistentes (POPs). |
| Convenção de Basileia | Resíduos Perigosos | Ractificada (1996)  Resolução n° 18/96 | Controlo de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seu descarte. |
| Convenção de Roterdão | Produtos Químicos Perigosos | Ractificada (2009)  Resolução n.º 10/2009 | Procedimento de Prévia Informação e Consentimento para Determinados Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional |
| Convenção da ONU sobre o Direito do Mar (UNCLOS) | Recursos marinhos / Costas | Ractificada (1996)  Resolução n° 21/96 | Proteção do meio marinho e regulamentação da exploração de recursos oceânicos. |
| Convenção de Viena sobre Protecção da Camada de Ozono e Protocolo de Montreal | Camada de ozono | Ractificada (1993)  Resolução n° 8/1993 | Proteção da camada de ozono, reduzindo o uso de substâncias que a destroem. |
| Convenção CITES (Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas) | Espécies Ameaçadas / Comércio | Ractificada (1981)  Resolução n° 20/1981 | Controlar e regular o comércio de espécies da fauna e flora selvagens ameaçadas. |
| Convenção (emenda) de Gaborone | Áreas protegidas transfronteiriças | Ractificada (2013) | Promover a gestão conjunta de áreas protegidas que atravessam fronteiras nacionais. |
| Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS) | Convenção de Bona | Espécies migratórias | Ractificada (2008)  Resolução n° 9 /2008 | Conservar espécies migratórias e seus habitats ao longo de suas rotas migratórias. |
| Convenção de Nairobi | Gestão costeira e marinha | Ractificada (1996)  Resolução n° 17/1996 | Promover a gestão sustentável do ambiente marinho e costeiro do Oceano Índico Ocidental. |
| Convenção de Bamako | Resíduos perigosos | Ractificada (1996)  Resolução n° 19/96 | Proibir a importação de resíduos perigosos e regular seu movimento transfronteiriço na África. |
| Convenção de Argel | Áreas protegidas transfronteiriças | Ractificada (1981)  Resolução n° 18/1981 | Estabelecer áreas protegidas transfronteiriças na África para conservação da biodiversidade. |
| Protocolo de Nagoya | Acesso e repartição de benefícios | Ractificada (2014)  Resolução n° 2/2014) | Garantir o acesso justo e equitativo aos recursos genéticos e a repartição dos benefícios derivados. |
| Coligação de Alta Ambição (meta 30x30) | Conservação da biodiversidade | Participante (2019) | Compromisso global para proteger 30% das áreas terrestres e marinhas até 2030. |

## Anexo C – Principal Legislação Pertinente ao Ambiente

| **Instrumento Legal** | **Descrição** |
| --- | --- |
| **Ambiente** | |
| Lei do Ambiente (Lei n.º 20/1997, de 1 de Outubro) | Estabelece bases legais para a utilização e gestão correta do ambiente e seus componentes, visando à materialização de um sistema de desenvolvimento sustentável no país. Inclui as bases gerais do regime de proteção da biodiversidade e promove uma gestão participativa que permita envolvimento local, cooperação nacional e internacional. |
| Regulamento da Avaliação do Impacto Ambiental (Decreto n.º 54/2015, de 31 de Dezembro) | Regula o licenciamento ambiental a nível nacional, condicionando projetos que, pela sua natureza, dimensão e localização, possam causar impactos ambientais negativos e significativos. Reconhece também os locais com alto valor de biodiversidade e os que constituem “questões fatais”. Introduz o conceito de hierarquia de mitigação e de contrabalanços de biodiversidade. |
| Regulamento Ambiental de Operações Petrolíferas (Decreto n.º 56/2010, de 22 de Novembro) | Estabelece o regime para o cumprimento da legislação ligada ao ambiente no exercício de operações petrolíferas, proibindo a exploração em zonas protegidas e a necessidade de uma licença adicional para exploração próxima a áreas de conservação e a necessidade de planificação e desenvolvimento de ações contra a erosão. |
| Regulamento Ambiental para a Actividade Mineira (Decreto n.º 26/2004, de 20 de Agosto) | Estabelece normas para prevenir, controlar, mitigar, reabilitar e compensar os efeitos adversos que a atividade mineira possa ter sobre o ambiente, com vista ao desenvolvimento sustentável desta atividade. |
| Regulamento relativo ao processo de auditoria ambiental (Decreto n.º 25/2011, de 15 de Junho) | Regula a gestão e avaliação sistemática das ações de monitorização e gestão das atividades suscetíveis de provocar danos ao ambiente, exigindo sua adequação à atual conjuntura jurídico-econômica vigente. |
| Directiva sobre Contrabalanços da Biodiversidade (Diploma Ministerial n.º 55/2022, de 19 de Maio) | Estabelece os princípios, metodologias, requisitos e procedimentos para a correta implementação dos Contrabalanços da Biodiversidade integrados nos processos de avaliação do impacto ambiental, ao abrigo do artigo 2 do Decreto n.º 54/2015, de 31 de Dezembro. |
| Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes (Decreto n.º 67/2010, de 31 de Dezembro) | Estabelece os padrões de qualidade ambiental e de emissão de efluentes de modo a assegurar um controle e fiscalização efetiva da qualidade do ambiente e dos recursos naturais do país. |
| Regulamento para acesso e partilha dos benefícios provenientes de recursos genéticos (Decreto n.º 19/2007, de 9 de Agosto) | Estabelece orientações para acesso, uso de informação ligada à genética e ao conhecimento tradicional que lhes está associado, garantindo medidas para que o uso e acesso a esses recursos seja efetuado por forma a salvaguardar uma partilha justa dos benefícios derivados deste processo. |
| Regulamento sobre a gestão de substâncias que destroem a camada de Ozono (Decreto n.º 24/2008, de 1 de Julho) | Estabelece as bases gerais do regime de proteção do ambiente, proibindo, nomeadamente, o lançamento para atmosfera, de quaisquer substâncias tóxicas ou poluidoras, a produção e o depósito no solo, atribuindo ao Governo a responsabilidade de assegurar que sejam tomadas medidas para a proteção da camada de ozono. |
| Regulamento do banimento do amianto e seus derivados (Decreto n.º 55/2010, de 22 de Novembro) | Proíbe a produção, o uso, a importação, a exportação e a comercialização do amianto e seus derivados, com vista à proteção da saúde pública e do ambiente. Com exceção para os casos de pesquisa ou de ordem científica, e outros. |
| Regulamento de biossegurança relativa a organismos geneticamente modificados (Decreto n.º 71/2014, de 15 de Junho) | Estabelece normas de Biossegurança e mecanismos de fiscalização para autorização de importação, exportação, trânsito, investigação, libertação para o ambiente, manuseamento e uso de organismos geneticamente modificados (OGM) e seus produtos contribuindo para a garantia da proteção da saúde humana, ambiente e, particularmente, a conservação da diversidade biológica. |
| Regulamento sobre gestão de resíduos perigosos (Decreto n.º 83/2014, de 31 de Dezembro) | Estabelece normas e procedimentos para garantir a gestão correta de resíduos perigosos que resultam da implementação de atividades humanas e de processos industriais cujo impacto se reflete na saúde pública e no meio ambiente. |
| Regulamento sobre a gestão e controlo do saco de plástico (Decreto n.º 16/2015, de 5 de Agosto) | Estabelece normas e procedimentos referentes à gestão e controle do saco de plástico, no que respeita à sua produção, importação, comercialização e uso, com vista a reduzir os impactos negativos na saúde humana e no ambiente em geral. |
| Regulamento Interno das Comissões Técnicas de Avaliação (Diploma Ministerial n.º 182/2010, de 3 de Novembro) | Regula a organização e funcionamento das comissões técnicas de avaliação, criadas nos termos do Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental. |
| Directiva Geral para a Elaboração de Estudos do Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º 129/2006, de 19 de Julho) | Este instrumento visa normalizar os procedimentos e dotar os vários intervenientes de linhas mestras que deverão orientar a realização dos EIA’s. A directiva serve de base mínima para orientar o processo de avaliação do impacto ambiental, pelo que os documentos relativos ao processo deverão apresentar e seguir a estrutura mencionada bem como os requisitos de informação necessários. |
| Directiva Geral para o Processo de Participação Pública no processo de Avaliação do Impacto Ambiental (Diploma Ministerial n.º 130/2006, | Visa estabelecer e harmonizar as normas e procedimentos que deverão orientar o processo de participação pública, o qual abrange todas as fases de Avaliação do Impacto Ambiental. |
| **Conservação da Biodiversidade** | |
| Lei da Conservação (Lei n.º 5/2017, altera Lei n.º 16/2014) | Estabelece normas e princípios básicos sobre a proteção, conservação, restauração e utilização sustentável da diversidade biológica em todo o território nacional, especialmente nas Áreas de Conservação. Define as categorias de áreas de conservação, incluindo áreas de proteção total e áreas de uso sustentável, e estabelece os mecanismos de gestão e fiscalização. |
| Regulamento da Lei de Conservação (Decreto n.º 89/2017) | Complementa a Lei da Conservação, estabelecendo os princípios e normas básicas sobre a proteção, conservação, restauração, contrabalanços e utilização sustentável da diversidade biológica, especialmente nas áreas de conservação. Define os procedimentos para a elaboração e implementação dos planos de gestão das áreas de conservação e os mecanismos de participação comunitária na gestão dessas áreas. |
| Regulamento de Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Avifauna (Decreto n.º 51/2021) | Visa a proteção, conservação e o uso sustentável da avifauna que ocorre no território nacional, incluindo os seus habitats naturais, continentais, marinhos, lacustres e fluviais. Estabelece as Áreas-chave para a biodiversidade (KBAs) como áreas de proteção para a avifauna e seus habitats. |
| Regulamento para o Controlo de Espécies Exóticas e Invasoras (Decreto n.º 25/2008) | Estabelece medidas para o controle de importação e transporte de espécies invasoras, contribuindo assim para a preservação de espécies nativas ameaçadas. Define os procedimentos para a avaliação de risco, quarentena e erradicação de espécies exóticas invasoras. |
| Regulamento de Caça (Decreto n.º 82/2017) | Estabelece os termos e as condições para o exercício da atividade de caça, com salvaguarda da proteção e conservação da biodiversidade faunística, no quadro do desenvolvimento sustentável. Define as espécies permitidas para caça, as temporadas de caça e os métodos autorizados, bem como as penalidades para infrações. |
| Regulamento sobre o Valor das Taxas de Exploração dos Recursos Faunísticos (Decreto n.º 83/2017) | Estabelece as bases jurídicas sobre as taxas devidas pela exploração dos recursos faunísticos e a emissão das licenças de caça e da carteira de caçador guia. Define os valores das taxas a serem cobradas e os procedimentos para a sua arrecadação e fiscalização. |
| Regulamento sobre Taxas a Cobrar nas Áreas de Conservação (Decreto n.º 84/2017) | Aprova os valores das taxas devidas pelo acesso e utilização de recursos naturais, pela compensação ao esforço de conservação e pelos serviços ecológicos nas áreas de conservação. Define os critérios para a fixação das taxas e os procedimentos para a sua cobrança e fiscalização. |
| Regulamento do Caçador-Guia (Decreto n.º 52/2021) | Regulamenta o exercício da atividade de Caçador-guia, garantindo a utilização sustentável dos recursos naturais e a aplicação de padrões de ética e deontologia no exercício da atividade. Define os requisitos para a formação, certificação e fiscalização dos caçadores-guias. |
| Regulamento Cobre a Convenção CITES (Decreto n.º 34/2016) | Estabelece normas relativas à proteção e comércio internacional de espécimes de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção (CITES) descritas nos Apêndices I, II e III da CITES. Define os procedimentos para a emissão de licenças de exportação e importação e os mecanismos de fiscalização e controlo. |
| **Mar** | |
| Lei do Mar (Lei n.º 20/2019, de 8 de Novembro) | Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício dos poderes de soberania e de jurisdição sobre o espaço marítimo nacional, à exploração dos recursos marinhos vivos e não-vivos, bem como à utilização do domínio público marítimo. |
| Lei de Pescas (Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro) | Estabelece o regime jurídico das atividades pesqueiras e das atividades complementares da pesca, visando à proteção, conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos aquáticos nacionais e à gestão participativa desses recursos, assim como os ecossistemas a eles inerentes. |
| Regulamento da Pesca Marítima (REPMAR) (Decreto n.º 89/2020, de 8 de Outubro) | Regula as disposições da Lei de Pescas relacionadas à pesca marítima. Aprova planos de desenvolvimento, esclarece como os Conselhos Comunitários de Pesca (CCP) podem tornar-se entidades legalmente reconhecidas e regula o licenciamento das atividades de pesca. Apresenta uma lista de espécies marinhas protegidas. |
| Regulamento que Estabelece o Regime Jurídico de Utilização do Espaço Marítimo Nacional (Decreto n.º 21/2017, de 24 de Maio) | Fixa os mecanismos para o planeamento, ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional, de forma a assegurar a sua utilização sustentável. |
| Regulamento para Prevenção da Poluição e Proteção do Ambiente Marinho e Costeiro (Decreto n.º 45/2006, de 30 de Novembro) | Assegura que sejam tomadas medidas para prevenir, controlar e combater a poluição marinha por navios dentro das águas jurisdicionais e ao largo da costa moçambicana ou por fontes de origem telúrica. Estabelece a necessidade e as formas de compensação por todas as formas de poluição causadas por embarcações e plataformas. |
| Regulamento de Gestão da Zona Costeira e das Praias (Decreto n.º 97/2020, de 4 de Outubro) | Define os princípios e normas para a gestão, ordenamento e desenvolvimento sustentável e integrado da zona costeira e das praias no território nacional. |
| Regulamento da Pesca Recreativa e Desportiva (Decreto n.º 82/2021, de 15 de Outubro) | Estabelece os regimes que regulam a atividade de pesca recreativa e desportiva nas águas marítimas e nas águas continentais ou interiores de Moçambique. |
| Regime Jurídico para o Estabelecimento de Áreas de Pesca de Gestão Comunitária | Estabelece o regime jurídico para o estabelecimento de áreas de pesca de gestão comunitária, incluindo as responsabilidades das entidades envolvidas. |
| **Terra** | |
| Lei de Terras (Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro) | Estabelece os termos em que se opera a constituição, exercício, modificação e extinção do direito de uso e aproveitamento da terra. Reconhece a proteção parcial e/ou total de áreas importantes para a biodiversidade, o papel das comunidades na gestão de recursos, entre outros. |
| Lei do Ordenamento do Território (Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho) | Estabelece as orientações do ordenamento do território visando o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a promoção da coesão nacional, a valorização dos diversos potenciais de cada região, a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, a segurança das populações vulneráveis a calamidades, entre outros. |
| Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (Resolução n.º 7/2021, de 28 de Dezembro) | Aprova o Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial e o respetivo Plano de Ação. |
| **Floresta** | |
| Lei de Florestas (Lei n.º 17/2023, de 29 de Dezembro). Revoga a Lei n.º 10/99, de 7 de Julho. | Estabelece os princípios, objetivos e normas sobre a criação, proteção, conservação, acesso, utilização, valorização e fiscalização do património florestal nacional para o benefício ecológico, social, cultural e económico das atuais e futuras gerações. |
| Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia (Decreto n.º 12/2002, de 6 de Junho) | Aplica-se às atividades de proteção, conservação, utilização, exploração e produção de recursos florestais e faunísticos, abrangendo a comercialização, o transporte, o armazenamento e a transformação primária, artesanal ou industrial destes recursos. |
| Regulamento para Implementação de Projetos Inerentes a REDD+ (Decreto n.º 23/2018, de 3 de Maio) | Define princípios e normas para a implementação de programas e projetos que contribuem para o processo de implementação de projetos e programas de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, conservação e aumento de reservas de carbono. |
| **Indústria Extractiva** | |
| Lei de Minas (Lei 20/2014 de 18 de Agosto) | Regula o uso e aproveitamento dos recursos minerais, em harmonia com as melhores e mais seguras práticas mineiras, sócio-ambientais e transparência, incluindo os aspectos relacionados com a conservação da biodiversidade, referindo a necessidade de realização de um plano de gestão ambiental, com vista a um desenvolvimento sustentável e de longo prazo e captação de receitas para o Estado. |
| Regulamento da Lei de Minas (Decreto n.º 31/2015, de 31 de Dezembro) | Estabelece as regras para o exercício das operações de prospecção e pesquisa, desenvolvimento, exploração, processamento e tratamento mineiro, adoptando-se o princípio da Responsabilidade pelos Danos Ambientais. |
| Lei do Petróleo (Lei n.º 21/2014, de 18 de Agosto) | Estabelece o regime de atribuição de direitos para a realização de operações petrolíferas no território nacional, devendo o Governo assegurar a observância rigorosa das normas de protecção e reabilitação ambiental, nos termos da lei e das convenções e boas práticas internacionais. |
| Regulamento das Operações Petrolíferas (Decreto n.º 48/2018 de 6 de Agosto) | Define as modalidades, termos e condições de contratos, incluindo a gestão de recursos, segurança, saúde e protecção ambiental de forma a assegurar que todas as operações petrolíferas sejam realizadas de modo sistemático e sustentável. |
| Regulamento de Licenciamento de Infraestruturas e Operações Petrolíferas (Decreto n.º 84/2020, de 18 de Setembro) | Estabelece as regras e procedimentos para o licenciamento da construção, instalação, alteração, substituição, operação e desmobilização de Infra-estruturas petrolíferas, incluindo armazenagem e transporte. |
| **Turismo** | |
| Lei do Turismo (Lei n.º 4/2004, de 17 de Junho) | Estabelece o quadro legal para o fomento e exercício das actividades turísticas e tem como objectivos: impulsionar o desenvolvimento económico e social do país respeitando o património florestal, faunístico, mineral, arqueológico e artístico, que deve ser preservado e transmitido as gerações |
| Regulamento do Ecoturismo (Decreto n.º 88/2009, de 31 de Dezembro) | Estabelece o regime jurídico para o fomento e exercício das actividades de ecoturismo, respeitando os princípios da sustentabilidade, protecção dos valores ambientais intrínsecos, responsabilidade ambiental, entre outros. |
| **Água e Saneamento** | |
| Lei das Águas (Lei n.º 16/91, de 3 de Agosto) | Estabelece o regime jurídico dos recursos hídricos no país. Esta legislação define as águas interiores, superficiais e subterrâneas como propriedade do Estado, constituindo domínio público hídrico. Estabelece também os princípios de gestão, a necessidade de inventário dos recursos hídricos existentes, o regime geral de sua utilização, as prioridades a ter em conta, os direitos gerais dos utentes e as correspondentes obrigações. |
| Regulamento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Biomédicos (Decreto n.º 8/2003, de 18 de Fevereiro) | Estabelece as regras para a gestão dos lixos bio-médicos, com vista a salvaguardar a saúde e segurança dos trabalhadores das unidades sanitárias, dos trabalhadores auxiliares e do público em geral e minimizar os impactos de tais lixos sobre o ambiente |
| Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (Decreto n.º 94/2014, de 31 de Dezembro). Revoga o Decreto n.º 13/2006, de 15 de Junho | Estabelece regras gerais para a gestão de resíduos sólidos urbanos no território nacional, com objectivo de garantir a disposição adequada, tratamento e gestão desses resíduos, promovendo a saúde pública e a proteção ambiental |
| **Energia** | |
| Lei de Electricidade (Lei n.º 12/2022 de 11 de Julho). Revoga a Lei n.º 21/97, de 1 de Outubro | Define a organização geral do sector de energia eléctrica e o regime jurídico das actividades de fornecimento de energia eléctrica.  Esta legislação visa modernizar a estrutura do setor energético, promovendo a eficiência, sustentabilidade e acesso universal à energia elétrica.​ |
| Normas referentes à Rede Nacional de Energia Eléctrica (Decreto n.º 42/2005, de 29 de Novembro) | Visa regulamentar a participação de pessoas singulares e coletivas na exploração do serviço público de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como a gestão da Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica |
| Regulamento de Acesso à Energia nas Zonas Fora da Rede (Decreto n.º 93/2021, de 10 de Dezembro) | Estabelece os princípios e normas aplicáveis às actividades de fornecimento para acesso à energia nas zonas fora da rede, através de mini-redes até 10 Megawatts de serviços energéticos. |
| Código de Energias Renováveis (Diploma Ministerial n.º 119/2023, de 14 de Novembro) | Este código visa regulamentar a produção, distribuição e consumo de energias renováveis no país, promovendo práticas sustentáveis e alinhando-se às metas de desenvolvimento sustentável.  Estabelece de regras e procedimentos, com vista a assegurar a integração harmoniosa de energias renováveis no Sistema Eléctrico Nacional. |

## Anexo D – Guião de Entrevistas

**Contextualização**

Em 1995, através da resolução n.º 5/95, foi aprovada a Política Nacional do Ambiente (PNA), com o objectivo de assegurar um desenvolvimento sustentável do País, considerando as condições específicas, através de um compromisso aceitável e realístico entre o progresso sócio-económico e a protecção do ambiente, e consequentemente foi aprovada a Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro, Lei do Ambiente, um instrumento aplicável a todas as actividades públicas ou privadas que directa ou indirectamente possam influir nas componentes ambientais de solo/subsolo, ar e água.

Volvidos cerca de 30 anos da sua implementação, o Governo através do Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas – Direcção Nacional do Ambiente está a levar a cabo um trabalho de Revisão da Política Nacional do Ambiente e Lei do Ambiente de modo a responder as necessidades e desafios actuais e futuros do desenvolvimento sustentável e dos impactos das mudanças climáticas no país.

Assim, o presente guião visa auxiliar a equipa nesta sessão (de auscultação) e inclui alguns dos tópicos/questões que possibilitarão captar a visão/opiniões/sugestões desenvolvimento de uma política do ambiente robusta e implementável.

**Dados do Entrevistado**

1. Instituição:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
2. Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
3. Cargo/função:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
4. Tempo de Serviço no Sector:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Tópicos/Questões Macro**

1. Que balanço faz do grau de implementação da actual PNA? Quais são os pontos fortes e fracos?
2. Quais foram os maiores desafios na implementação da PNA até agora?
3. Existe alguma área onde a PNA tenha tido um impacto mais positivo? Se sim, quais?
4. Que aspectos na PNA precisam ser actualizados ou ajustados para responder às questões ambientais actuais? *Reflectir sobre as áreas de intervenção prioritárias da actual política*
5. A PNA tem considerado adequadamente os desafios relacionados às mudanças climáticas? O que poderia ser feito para melhorar a sua abordagem?
6. Como a política pode ser mais eficaz no combate à degradação do meio ambiente, poluição, na conservação da biodiversidade marinha e costeira, etc..?
7. Como avalia a suficiência e qualidade do nosso quadro regulatório e programas existentes?
8. Em termos de inclusão das questões ambientais em curricula nacionais, sente que há uma parceria saudável com o Ministério da Educação? O que poderia ser melhorado?
9. Como avalia o modelo/estrutura de gestão/coordenação, implementação e monitoria da implementação da PNA (governo, empresas, sociedade civil, comunidades locais)? Onde se pode melhorar?
10. No que se refere a Sustentabilidade e Economia Verde será que a Política tem incentivado adequadamente a transição para uma economia verde e sustentável? O que mais poderia ser feito nesse sentido?
11. Como imagina a PNA daqui a 15 anos? Que mudanças são essenciais para garantir um futuro sustentável?
12. Que recomendações específicas pode deixar para a futura política?

**Questões de detalhe e seguimento por tópicos da PNA**

**Domínio Legal**

1. Há ou não necessidade de se efectuar uma revisão da política do ambiente? Caso não, justifique a sua posição.
2. Caso sim, indique as razões que levam à sua revisão. Explorar durante a conversa os domínios da política que necessitam de ser revistos, na perspectiva do entrevistado.
3. A actual denominação/ âmbito da política satisfaz as necessidades do país no que se refere a um desenvolvimento socio-económico sustentável? Justifique a sua reposta.
4. Quais são os interesses públicos locais que devem ser tratados ou incorporados no Anteprojecto Política do Ambiente?
5. Que aspectos devem ser equilibrados no âmbito dos interesses públicos?
6. Quais são os interesses nacionais e regionais que não foram considerados na vigente Política do Ambiente e que devem ser tratados no anteprojecto Política do Ambiente? Explorar os aspectos institucionais ou relacionados aos arranjos institucionais e aos procedimentos.
7. Que interesses locais, nacionais e regionais relacionados com as Mudanças Climáticas não foram considerados na vigente Política do Ambiente?
8. Qual seria a função da nova Política do Ambiente tendo em conta os efeitos das Mudanças Climáticas?
9. Até que ponto a vigente Política do Ambiente aborda os aspectos ambientais no seu todo? Explorar o quão a actual Lei e Política do Ambiente impulsiona a aplicação de regulamentos sobre: padrões de qualidade ambiental; produtos tóxicos, desenvolvimento industrial; avaliação do impacto ambiental?
10. Na sua opinião, o actual quadro legal ambiental responde aos desafios sócio-económicos/desenvolvimento sustentável ou há necessidade de se propor uma nova legislação (políticas e leis)? Caso não, que legislação está em falta? Que estratégias e actividades devem ser tomadas no Anteprojecto Política do Ambiente?
11. Os princípios gerais que orientam a vigente Política do Ambiente devem ser reformulados? Caso sim, em que sentido e para responder a que questão? Explorar que princípios gerais devem orientar o Anteprojecto Política do Ambiente.

**Domínio Institucional**

1. A actual forma de organização institucional para responder aos desafios do ambiente necessita de ser modificada para uma melhor transparência institucional ou clarificação do cidadão?
2. Há necessidade de uma melhor articulação com alguma instituição que não foi prevista ou considerada? Caso sim, indique a instituição e as responsabilidades que se esperariam da mesma?
3. O actual papel e responsabilidade das instituições ou estruturas envolvidas na gestão ambiental é claro? Caso não, que aspecto precisa de ser clarificado ou de se tornar transparente?
4. Que estratégias o MTA deve considerar a nível central e local para uma melhor coordenação entre os sectores envolvidos na gestão ambiental? Que actividades são necessárias?
5. Que aspectos críticos existem na coordenação intersectorial? Que actividades são cruciais considerar na futura política?
6. Existe alguma duplicação de esforços por parte das estruturas envolvidas? Caso sim, qual é e como se pode ultrapassar?
7. A actual forma de organização dos Órgãos Locais do Estado facilita a operacionalização da vigente Política do Ambiente? Caso não, que ajustes se devem efectuar em concreto?
8. Há necessidades de políticas sectoriais para impulsionar as políticas de desenvolvimento sustentável? Caso sim, que políticas e para que sector ou área especifica de desenvolvimento sócio-económico?
9. Como avalia a coordenação inter-sectorial na questão ambiental: explorar o actual grau de envolvimento de diferentes intervenientes na gestão ambiental.
10. Que estratégias se pode definir para uma melhor coordenação? Explorar as actividades que são cruciais tendo em conta o contexto actual e os desafios impostos pelos efeitos das mudanças climáticas?
11. Qual tem sido o lugar e o papel do sector privado na promoção da preservação do meio ambiente? O que precisa de ser melhorado?
12. Que aspectos a nível das instituições internacionais tem sido observados no que concerne a promoção do meio ambiente? Que desafios se mantêm?

**Domínio Social**

1. Quais são os aspectos críticos da política vigente no geral e, os da sua área de intervenção?
2. Quais são os aspectos potenciais da vigente política?
3. Quais são as oportunidades que existem para uma política ajustada ao contexto actual tendo em conta os desafios das mudanças climáticas?
4. Que ameaças existem que podem limitar o anteprojecto Política do Ambiente? Explorar as ameaças do ponto de vista, legal, político, social, económico, cultural, e tecnológicos e ambiental.
5. Quais são os principais problemas que a futura política do ambiente deve considerar?
6. Quais são as causas desses problemas? Explorar as formas de minimizar os problemas.
7. Os actuais objectivos da Política do Ambiente visam assegurar o progresso sócio-económico e proteger o ambiente. Considera que estes objectivos foram alcançados? Justifique o grau de alcance.
8. Que objectivos devem orientar a futura política do ambiente? Explorar que objectivos são considerados ambíguos ou críticos na vigente política.
9. Até que ponto é que a actual política representa uma base para o desenvolvimento sustentável do país em particular na redução da pobreza e dos danos sobre o ambiente? Existe alguma área ou aspecto crítico por considerar?
10. Que princípios sociais devem ser considerados no anteprojecto Política do Ambiente?
11. Até que ponto os planos nacionais de desenvolvimento da sua área de intervenção integram as questões ambientais nas diferentes fases: concepção, implementação e pós materialização?
12. Até que ponto os planos de desenvolvimento da sua área de intervenção integram questões de género e inclusão social?
13. Que actores considera chave neste processo de auscultação sobre o grau de implementação da vigente Política Nacional do Ambiente que nos recomenda consultar?

**Formação Profissional e Educação Ambiental**

1. Que estratégias foram consideradas para a formação profissional no seu sector de modo a responder as exigências da vigente Política do Ambiente para a área de formação?
2. Que melhores estratégias podem ser consideradas na formação profissional em ambiente para o pessoal técnico do seu sector (de modo que existam quadros à altura das exigências da legislação ambiental)?
3. Que actividades devem ser actualizadas para responder aos desafios actuais do ambiente, em particular os impostos pelas mudanças climáticas no seu sector?
4. Que actividades de informação, formação, conscientização e sensibilização na identificação das causas da degradação ambiental e das soluções dos problemas ambientais considera que não foram bem exploradas na implementação da vigente política?
5. As actividades de formação e educação ambiental (formal ou informal) articulam ou consideram as questões de género, violência baseada no género e inclusão social?
6. Que estratégias e actividades podem melhor funcionar ou são necessárias para o anteprojecto Política do Ambiente?
7. Quais são as soluções para as carências de educação ambiental verificadas na sua instituição? Explorar estratégias e actividades cruciais para a educação formal e não -formal.

**Investigação Ambiental, Documentação e Acessibilidade da Informação**

1. Até que ponto foi ou tem sido promovida a investigação ambiental no seu sector? Explorar se foram envolvidas outras instituições para um trabalho de investigação em conjunto?
2. Até que ponto as pesquisas existentes exploram a utilização de fontes de energia renováveis?
3. Existem pesquisas que articulam conhecimentos tradicionais sobre gestão ambiental e assuntos de género? Justifique? Que limitações se colocam?
4. Quais tem sido as áreas de pesquisa que tem vindo a desenvolver?
5. Que desafios se colocam na investigação ambiental?
6. Até que ponto a investigação ambiental considera questões de género, inclusão social e mudanças climáticas?
7. Qual é o ponto de situação das publicações na área de investigação?
8. A divulgação dos resultados tem envolvidos diferentes instituições ou áreas?
9. Que terminologias devem ser exploradas ou fazer parte do Anteprojecto Política do Ambiente tendo em conta os desafios das mudanças climáticas e outros?
10. Como avalia a existência e acesso à informação sobre o ambiente? Caso exista alguma lacuna que estratégias são necessárias para melhorar a actual situação? Que actividades são necessárias tomar? Que outros aspectos não foram pensados até então?
11. Os dados informáticos estão disponíveis para a consulta por várias instituições e público no geral? Que desafios se colocam?
12. Até que ponto a informação se encontra informatizada ou em um banco de dados na sua instituição?
13. Existe alguma rede nacional de informação ambiental que liga diversas instituições governamentais e não governamentais? Caso não, que desafios existem? Caso sim, avalie a operacionalidade da rede. Explorar os aspectos que precisam de ser melhorados.
14. Os técnicos ambientais foram capacitados para a recolha de dados ambientais? Que limitações se colocam? Que sugestões recomenda?
15. A recolha de dados ambientais tem sido desagregada por sexo?
16. Tem se realizado estudos interdisciplinares no que se refere a questões ambientais? Se sim, quais tem sido as áreas de investigação? Caso não, por que não tem se realizado?

**Áreas de Desenvolvimento Sócio-económico**

**Zonas rurais**

1. Uma vez que o desenvolvimento nacional passa necessariamente pela redução da pobreza, que iniciativas foram promovidas para o aumento da produção agrícola direccionadas à população rural?
2. Que iniciativas de inclusão social e de empoderamento da mulher e rapariga rural incluindo os grupos vulneráveis foram ou tem sido implementadas? O que necessita de ser melhorado?
3. Que iniciativas para a zona rural foram bem sucedidas e quais falharam na Política do Ambiente vigente?
4. Que iniciativas legais incluindo as capacidades institucionais estão em vigor para a gestão comunitária e descentralizada dos recursos naturais? Que desafios se colocam tendo em conta as mudanças climáticas?
5. Actualmente como avalia a capacidade das comunidades locais, autoridades tradicionais e das mulheres em particular na gestão dos recursos naturais? Que desafios permanecem? Que estratégias para melhoria?
6. Existem iniciativas de gestão dos recursos naturais que são sensíveis ao género e inclusão social?
7. Até que ponto as comunidades participam na gestão dos recursos hídricos? Que desafios se colocam? Que soluções?
8. Que estratégias gerais para as zonas rurais se podem tomar em consideração no Anteprojecto Política Nacional do Ambiente tendo em conta as mudanças climáticas? Que actividades são cruciais para as zonas rurais do país?

**Gestão Costeira e Marinha**

1. A costa marinha é um potencial de desenvolvimento e gostaríamos de saber, até que ponto avalia a gestão da mesma em termos de coordenação dos vários sectores envolvidos? Explorar os principais sectores actualmente envolvidos e suas responsabilidades. Explorar os nós de estrangulamento na implementação da vigente política.
2. Que estratégias para uma intervenção coordenada entre os sectores envolvidos tendo em conta os efeitos das mudanças climáticas?
3. Que melhorias devem ser sugeridas nos actuais planos integrados de desenvolvimento costeiro tendo em conta os efeitos das mudanças climáticas?
4. Existe algum sector que não foi considerado, mas que é relevante?
5. As actuais responsabilidades e papéis de cada sector envolvido estão claros? Que actividades são necessárias para cada sector tendo em conta o contexto actual?

**Pesca**

1. Como tem sido a forma de cooperação entre o sector das pescas e o MTA? Que desafios se colocam na colaboração entre os dois sectores?
2. Como avalia as acções em curso que visam aumentar a capacidade institucional de gestão e administração dos recursos pesqueiros relacionados com questões ambientais, a nível central e local? Que desafios se colocam nessa gestão e administração pesqueira?
3. Que aspectos precisam ser melhorados na gestão pesqueira? Que soluções estratégicas são necessárias tendo em conta as mudanças climáticas?
4. Que sistemas de gestão sustentáveis da pesca estão em curso que envolvem as comunidades que praticam a pesca artesanal? Que desafios se colocam? Que soluções estratégicas sugere para uma melhor gestão?
5. Que medidas que visam melhorar o nível de aproveitamento do potencial da pesca ao nível nacional estão em curso? Que aspectos precisam de ser melhorados? Que ameaças existem?
6. Que iniciativas existem para empoderar as mulheres e raparigas envolvidas na gestão da pesca artesanal?
7. Que medidas de redução das perdas de pescado na fase pós-captura estão em curso? Que melhores estratégias sugere para a redução das perdas pós-captura?
8. O quão os técnicos do sector de pesca se encontram capacitados em matérias sobre o ambiente?
9. Existem planos de capacitação aprovados e implementados na sua instituição? Que estratégias são necessárias?
10. Existe um quadro legal suficiente na pesca para regular as acções ambientais e sobre as mudanças climáticas em particular? Caso não, que legislação está em falta? Que desafios se colocam?
11. Que investigação foi levada a cabo no sector de pescas que visa introduzir práticas sustentáveis de pesca e aquacultura? Explorar a investigação em curso e as práticas sustentáveis.
12. Existe um programa de pesquisa em comum com o MTA para uma melhor gestão de pesca sustentável? Caso sim, quais são as áreas de investigação pesquisadas? Quais as áreas em falta e porquê? Que áreas de investigação são mais relevantes?

**Gestão dos Eco-sistemas Costeiros e Marinhos**

1. Há necessidade de alguma legislação para uma melhor gestão dos ecossistemas costeiros e marinhos? Caso sim, qual? Caso não, existem lacunas na legislação em vigor?
2. Até que ponto as comunidades e agentes económicos foram sensibilizadas sobre a importância dos ecossistemas costeiros e marinhos? Que desafios se colocam? Que melhores estratégias sugere para os dois (comunidades e agentes económicos)?
3. Até que ponto as mulheres e raparigas foram sensibilizadas sobre a importância dos ecossistemas costeiros e marinhos?
4. Estão claras as responsabilidades da instituição responsável pela gestão dos ecossistemas costeiros e marinhos? Há necessidades de responsabilizar outras instituições?
5. Há políticas claras para o reassentamento das populações nas terras do interior? Caso sim, as mesmas definem infraestruturas e serviços essenciais? As mesmas são sensíveis ao género e a inclusão social? Que desafios existem ou permanecem?
6. Existem programas de sensibilização sobre a importância económica e ambiental dos ecossistemas costeiros e marinhos? Que lições se podem aprender desses programas? Que desafios permanecem?
7. Existe uma base de dados sobre os ecossistemas costeiros e marinhos que pode servir para a planificação nacional? Caso sim, que desafios existem? Caso não, que aspectos são relevantes ou necessários tomar?

**Proteção Costeira e Marinha**

1. Existe legislação suficiente que norteia a protecção costeira e marinha tendo em conta as actuais mudanças climáticas?
2. Como avalia a coordenação multissectorial entre os actores intervenientes?
3. Que instituições intervêm na protecção costeira e marinha? Há necessidade de incluir novas instituições? Que responsabilidades tomaria essa nova instituição?
4. Que medidas de protecção marinha são necessárias considerar na futura política? Que lacunas actualmente se apresentam?
5. Como avalia as actividades de estudos de impacto ambiental nesta área?
6. Existem pesquisa na área para minimizar os actuais problemas? Que desafios se coloca para implementar possíveis soluções que esses estudos recomendam?
7. Quais tem sido as zonas de elevado risco de erosão? Que soluções se apresentam para estas zonas?
8. Existem estudos sobre poluição marinha, caso sim o que permitem esses estudos mapear, identificar, quantificar? Que problemas se mantém e como ultrapassá-los.

**Parques Marinhos**

1. Existe legislação suficiente que norteia a gestão dos parques marinhos? Caso sim, há algum nó de estrangulamento na implementação dessa legislação? Como ultrapassar?
2. Como avalia as acções de gestão dos parques marinhos? Que potencialidades e fraquezas se colocam?
3. Que melhores estratégias podem ser tomadas?
4. Até que ponto as comunidades locais são envolvidas na gestão dos parques marinhos? Como as questões de género e inclusão social são levadas em consideração nessas iniciativas?
5. Que estratégias de melhor envolvimento da mesma na planificação e gestão dos parques marinhos?
6. Até que ponto os técnicos do sector estão capacitados na área de gestão ambiental?
7. Que medidas de alargamento das áreas costeiras e marinhas estão em curso? Que desafios se colocam?
8. Até que ponto as acções de desenvolvimento de modelo de gestão de parques envolvem as comunidades locais? Que desafios se colocam?
9. De forma as mulheres e raparigas estão envolvidas na gestão desses parques?

**Turismo**

1. Existem planos directores para as principais zonas turísticas estratégicas? Caso sim, até que ponto os mesmos protegem as mesmas zonas em termos ambientais? Que lacunas /obstáculos se apresentam na implementação desses planos directores?
2. Que estratégias e actividades se devem tomar para uma melhor protecção das zonas turísticas?
3. Que legislação seria necessária para articular e integrar o ambiente nas actividades do turismo?
4. Que centros de desenvolvimento sustentável urbano foram criados? Que desafios se colocam no funcionamento desses centros?
5. As actividades de turismo contemplam a inclusão social e de género?
6. Que pesquisas ambientais sobre o ambiente e turismo foram realizadas? Que recomendações esses pesquisas trazem? Que áreas de pesquisa não foram ainda exploradas, mas que são relevantes?

**Gestão do Ambiente Urbano**

**Capacidade Institucional e Mecanismos de Coordenação**

1. Que instituições urbanas são responsáveis pela gestão urbana do ambiente? Caso não existam, justifique. Caso sim, como avalia o desempenho das instituições e governos locais envolvidos e responsáveis pela gestão urbana do ambiente?
2. Existe alguma instituição em falta que poderia dinamizar as actividades de gestão do ambiente urbano?
3. Como avalia a coordenadora entre as várias instituições e governos locais envolvidas?
4. Que estratégias são necessárias para uma melhor gestão do ambiente urbano através das infraestruturas de WASH? Que lacunas existem nas infraestruturas de WASH implementadas no âmbito da operacionalização da Política do Ambiente?
5. Como avalia as acções ou programas em vigor de combate à erosão e ao desflorestamento urbano?
6. Até que ponto as acções ou programas em vigor de combate à erosão e ao desflorestamento urbano são sensíveis ao género e a inclusão social?
7. Que acções e resultados já foram alcançadas e quais ainda constituem problema?
8. Que legislação ainda é necessária? A actual legislação responde aos desafios actuais?
9. O pessoal técnico encontra-se capacitado (conselhos municipais capacitados nas áreas de erosão, aplicação de tecnologias, participação comunitária, uso dos recursos locais)?
10. Que estratégias de assentamento populacional urbano estão em curso? Que resultados foram alcançados a partir dessas estratégias? Que obstáculos ainda se colocam?
11. Até que ponto as estratégias em de assentamento populacional urbano em vigor consideram medidas de mitigação da violência baseada no género, exploração e abuso sexual?
12. Que estratégias e actividades sugere para o contexto actual desafiado constantemente pelos efeitos das mudanças climáticas?
13. Que estratégias sugere para um melhor envolvimento do cidadão na gestão do ambiente urbano?
14. Que medidas foram implementadas para estancar os factores que concorrem para a proliferação de doenças como malária, cólera e outras epidemias?
15. Que lacunas se encontram no Plano Director para o Saneamento? Que soluções propõe?

**Reabilitação e ou Edificação dos Sistemas de Saneamento Urbano e Fornecimento da Água Potável**

1. Tendo em conta que uma das condições fundamentais para uma gestão ambiental urbana é a existência de infraestruturas e boa rede de prestação de serviços, que iniciativas estão e vigor para uma boa gestão ambiental urbana?
2. Como avalia os programas de extensão da cobertura dos sistemas de água às periferias das cidades? Que acções estratégicas são necessárias?
3. Como avalia as acções de reabilitação da rede existente? Que acções estratégicas são necessárias?
4. Existem estudos sobre a utilização de tecnologias apropriadas (economicamente e ecologicamente sustentáveis? Caso sim que recomendações sugerem?
5. Que politicas de tarifas baseadas no custo real do abastecimento da água estão em vigor? Que melhorias sugere?
6. Que reforços institucionais são necessários para as empresas de água, incluindo a DNAS?
7. Existem acções de capacitação dos técnicos em matérias de planificação e gestão do risco ambiental,
8. Como avalia as acções de elaboração de mapas de risco ambiental por aglomerado populacional através da recolha e sistematização de dados referentes as fontes de água (localização, características de construção, dejectos, sistemas de acondicionamento empregues e quantidades, resíduos sólidos e sua funcionalidade)? Que estratégias de melhoria sugere?

**Programas de Combate à Erosão e ao Desflorestamento**

1. Que acções estão em curso para estancar a erosão do solo nas cidades? Que desafios se colocam? Que soluções estratégicas recomenda?
2. Que acções de prevenção à erosão do solo nas cidades estão sendo implementadas? Que desafios se colocam? Caso existam essas estratégias, até que ponto as mulheres e raparigas estão envolvidas?
3. Existem políticas de reassentamento da população para a prevenção da erosão dos solos? Caso não, justifique. Caso sim, que se deve melhorar nessas políticas? Foram tomadas em considerações estratégias de mitigação da violência baseada no género no reassentamento da população?
4. Que estratégias para combater o desflorestamento urbano existem? Caso existam, até que ponto o género foi considerado nessa estratégia? Que limitações se colocam? Que estratégias recomenda?
5. Até que ponto os técnicos dos conselhos municipais foram capacitados nas áreas de combate à erosão?
6. Que acções existem para proteger as zonas de reflorestamento e de protecção das cidades? Existem actividades de zoneamento ecológico em curso? Que limitações se colocam?
7. Que estratégias estão em curso para promover o usos de recursos renováveis de modo a reduzir o consumo de fontes de energia fóssil e biomassa? Caso existem iniciativas de uso de energias renováveis, até que ponto o genro e a inclusão social foram considerados? Explorar ainda que limitações se colocam na promoção dessas actividades? Que soluces estratégicas recomenda?
8. Que modelos de gestão de áreas florestais situadas nas proximidades das cidades e das zonas de protecção estão em curso? Que desafios se colocam e que recomendações faz?

**Gestão dos Resíduos Sólidos Domésticos e Hospitalares**

1. Como avalia as actividades de gestão dos resíduos sólidos domésticos e hospitalares dos centros urbanos? Que avanços se verificam e que obstáculos se mantém?
2. Até que ponto os conselhos municipais forma capacitados nas áreas de gestão de resíduos sólidos domésticos e hospitalares? Caso sim, como avalia as suas actividades de gestão dos resíduos sólidos urbanos? O que precisa de ser melhorado?
3. Como a participação comunitária está sendo levada a cabo nos centros urbanos na gestão dos resíduos sólidos? Que desafios se colocam?
4. Que estratégias e actividades de melhor participação são necessários? Que actores ou instituições deveriam fazer parte dessa gestão?
5. Existe algum mecanismo introduzido aos citadinos para a prática de separação dos resíduos sólidos domésticos? Que limitações se colocam? Foram envolvidas as mulheres em capacitações sobre gestão de resíduos sólidos domésticos? Caso sim, que estratégias foram ou têm sido utilizadas?
6. Que sistemas de tratamento e reciclagem dos resíduos sólidos estão em vigor? Que estratégia para melhorar sugere?
7. Há necessidade de se aprovar alguma legislação para que se obrigue os poluidores a procederem à reciclagem dos seus desperdícios? Que desafios se colocam?

1. Vide anexo A. [↑](#footnote-ref-1)